

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS  
ESCOLA DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO  
EM  
CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO  
MESTRADO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO**

**CULTURA, IDENTIDADE E MEMÓRIA:  
UMA LEITURA INFORMACIONAL DOS MUSEUS HISTÓRICOS  
EM  
AMBIENTES COMUNITÁRIOS**

**Orientanda**

**VANIA CARVALHO RÕLA SANTOS**

**ORIENTADORA  
Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Regina Maria Marteleto**

**Belo Horizonte – MG  
2005**

Santos, Vânia Carvalho Rôla.  
S237c      Cultura, identidade e memória [manuscrito] : uma leitura informacional dos museus históricos em ambientes comunitários / Vânia Carvalho Rôla Santos . – 2005.  
161 f. : il.

Orientador: Regina Maria Marteleto.  
Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Ciência da Informação.  
Referências bibliográficas: 9 f.

1. Ciência da informação - Teses 2. Cultura - Teses 3. Museus históricos – Minas Gerais – Teses 4. Museologia - Teses I. Título II. Marteleto, Regina Maria III. Universidade Federal de Minas Gerais. Escola de Ciência da Informação.

CDU: 02:069

Catalográfica: Biblioteca Etelvina Lima, Escola de Ciência da Informação da UFMG

**VANIA CARVALHO RÕLA SANTOS**

**CULTURA, IDENTIDADE E MEMÓRIA:  
UMA LEITURA INFORMACIONAL DOS MUSEUS HISTÓRICOS  
EM  
AMBIENTES COMUNITÁRIOS**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado da Escola de Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Ciência da Informação.

Área de concentração: Produção, Organização e Utilização da Informação

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Regina Maria Marteleto  
Universidade Federal de Minas Gerais

**Belo Horizonte  
2005**

**VANIA CARVALHO RÔLA SANTOS**

**CULTURA, IDENTIDADE E MEMÓRIA:  
UMA LEITURA INFORMACIONAL DOS MUSEUS HISTÓRICOS  
EM  
AMBIENTES COMUNITÁRIOS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Escola da Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial para a obtenção do Grau de Mestre.

Linha de Pesquisa: Informação, Cultura e Sociedade.

I

**BANCA EXAMINADORA**

---

**Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Regina Maria Marteleto, orientadora.  
Doutora em Comunicação e Cultura – UFRJ**

---

**Prof<sup>o</sup>. Dr. José Newton Coelho Meneses  
Doutor em História Social – UFF**

---

**Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Alcenir Soares dos Reis  
Doutora em Educação - UFMG**

---

**Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Ana Maria Rezende Cabral  
Doutora em Comunicação – USP**

**Belo Horizonte, 12 de junho de 2005.**



UFMG

Universidade Federal de Minas Gerais  
Escola de Ciência da Informação  
Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação

FOLHA DE APROVAÇÃO

**"CULTURA, IDENTIDADE E MEMÓRIA: UMA LEITURA INFORMACIONAL DE MUSEUS HISTÓRICOS EM AMBIENTES COMUNITÁRIOS".**

Vânia Carvalho Rola Santos

Dissertação submetida à Banca Examinadora, designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais, como parte dos requisitos à obtenção do título de **"Mestre em Ciência da Informação"**, linha de pesquisa **"Informação, Cultura e Sociedade"**.

Dissertação aprovada em: 12 de julho de 2005.

Por:

*Regina Maria Marteleto*  
\_\_\_\_\_  
Profa. Dra. Regina Maria Marteleto - ECI/UFMG (Orientadora)

*Alcenir Soares dos Reis*  
\_\_\_\_\_  
Profa. Dra. Alcenir Soares dos Reis - ECI/UFMG

*José Newton Coelho Meneses*  
\_\_\_\_\_  
Prof. Dr. José Newton Coelho Meneses - UFMG

*Ana Maria Rezende Cabral*  
\_\_\_\_\_  
Profa. Dra. Ana Maria Rezende Cabral - ECI/UFMG

Aprovada pelo Colegiado do PPGCI

*Maria Eugênia Albino Andrade*  
\_\_\_\_\_  
Profa. Maria Eugênia Albino Andrade  
Coordenadora

Versão final Aprovada por

*Regina Maria Marteleto*  
\_\_\_\_\_  
Profa. Regina Maria Marteleto  
Orientadora

**Ao meu pai (in memoriam) e minha mãe**

**Para Luciano e Lucas companheiros de todas as horas.**

## **AGRADECIMENTOS**

À Professora Regina Marteleto, por me propiciar a oportunidade de realizar este trabalho, pela indicação de rumos e pelo constante incentivo.

—————

Às Professoras Ana Cabral, Maria Eugenia Andrade, Alcenir Soares e Johanna Smit , pelo apoio e preciosas dicas.

—————

A Professora Hebe Rôla, pela disponibilidade de fazer a revisão do meu texto, pois embora sendo minha sogra, sei o quanto a agenda dela é apertada.

-----

Aos colegas do Programa de Pós Graduação da Escola da Ciência da Informação, em especial Elaine, Julianne, Luís Carlos, Mara e Ruben.

—————

Aos funcionários da Escola de Ciência da Informação, que sempre atenderam com carinho e atenção a todas as minhas solicitações.

**“Talvez não tenhamos conseguido fazer o melhor. Mas lutamos para que o melhor fosse feito. Não somos o que deveríamos ser, não somos o que iremos ser, mas graças a Deus não somos o que éramos”.**

**Martin Luther King**

## RESUMO

A partir dos conceitos de Cultura, Identidade e Memória procuramos proceder a leitura informacional dos museus históricos especificamente aqueles em contextos comunitários, como as cidades coloniais de Minas Gerais, possuidores de forte carga cultural que os liga à gente da terra, às suas tradições, seu modo de ser. Apreendendo como a instituição museológica persiste em desconhecer a sua “oferta” (objeto museológico) e a sua “demanda” (sujeito). Ao reconhecermos como espaço informacional e comunicacional, através da pesquisa realizada junto ao público visitante do Museu do Ouro, em especial com os moradores do município de Sabará, em Minas Gerais, e dirigentes da área de museus do IPHAN, autarquia a qual o museu está vinculado, percebemos como o distanciamento da prática informacional ainda persiste, embora o discurso teórico seja ao contrário.

Palavras-chave: Ciência da Informação / Cultura / Identidade / Memória / Museu / Museologia / Museu do Ouro.

SANTOS, Vania Carvalho Rôla. Cultura, Identidade e Memória: Uma leitura informacional dos museus históricos em ambientes comunitários/Vania Carvalho Rôla Santos. 2005. 161 fls. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação). Belo Horizonte: UFMG/ECI. Orientador: Regina Maria Marteleto.

## **ABSTRACT**

From the concepts of Culture, Identity and Memory, we search for proceed the informational reading of the historical museums, specifically those in communitarian contexts, as the colonial cities of Minas Gerais, possessors of strong cultural load that link them to the people of the land, to its traditions, its way of being. Seizing as the museological institution, it persists in being unaware of its "offers" (museological object) and its "demand" (subject). When recognizing as informational and communicational space, through the research carried together to the visiting public of the Museu do Ouro, in special with the inhabitants of the city of Sabará, in Minas Gerais, and controllers of the area of museums of the IPHAN, autarchy to which the museum is tied, we perceive that the aloofness from the informational practical still persists, even that the theoretical speech is in contrast.

Keywords: Information Science/Culture/ Identity/Memory/Museum/Museology/

Museu do Ouro

SANTOS, Vania Carvalho Rôla. Cultura, Identidade e Memória: Uma leitura informacional dos museus históricos em ambientes comunitários/Vania Carvalho Rôla Santos. 2005. 161 fls. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação). Belo Horizonte: UFMG/ECI. Orientador: Regina Maria Marteleto.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Processo de comunicação – Diagrama de Jakobson.....	78
Figura 2 – Fatores da comunicação determinam funções da linguagem.....	78
Figura 3 – Processo de comunicação em museus – Modelo conducionista.....	79
Figura 4 – Processo de comunicação em museus – Modelo Interacionista 1º Nível.....	81
Figura 5 – Processo de comunicação em museus – Modelo interacionista 2º nível.....	82
Figura 6 – Localização do município de Sabará na Grande BH.....	90
Figura 7 – Localização do município de Sabará em relação as principais rodovias nacionais.....	93
Figura 8 – O município de Sabará e os seus distritos.....	94

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Museologia Tradicional x Nova Museologia.....	31
Quadro 2 – Extratos Informativos.....	102
Quadro 3 – Questão aplicada aos dirigentes do IPHAN na área museológica.....	106
Quadro 4 – Questionário aplicado aos visitantes do Museu do Ouro, moradores do município de Sabará – MG.....	110

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Relação População x % de alfabetizados.....	95
Tabela 2 – Índice de desenvolvimento humano – IDH.....	95
Tabela 3 – Renda per capita.....	95
Tabela 4 – Domicílios permanentes atendidos pelos serviços de saneamento, água, e coleta de lixo.....	95

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

COFEM – Conselho Federal de Museologia

CPDOC/FGV – Centro de Pesquisa de Documentação Contemporânea/Fundação Getúlio Vargas

COREM – Conselho Regional de Museologia

CSBM – Companhia Siderúrgica Belgo Mineira

13ªSR/IPHAN – MG – 13ª Superintendência Regional do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, em Minas Gerais.

DEMU/IPHAN/BSB – Departamento de Museus e Centros Culturais do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - Brasília

GRANDE BH – Grande Belo Horizonte

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICOM – Conselho Internacional de Museus

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

MINC – Ministério da Cultura

MINOM – Movimento Internacional da Nova Museologia

PNM – Política Nacional de Museus

PNUD – Programa das Nações Unidas de Desenvolvimento

PRONAC – Programa Nacional de Cultura

SPHAN – Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

SPHAN/PROMEMÓRIA – Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e Fundação Nacional Promemória

UNIRIO – Universidade do Rio de Janeiro (federal)

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	15
-----------------	----

### **1ª PARTE: MUSEU OBJETO DE ESTUDO**

1.CULTURA, MUSEU E MUSEOLOGIA.....	24
1.1 Conceito de Cultura na Museologia .....	28
1.2 A Museologia e os museus: mudança de conceitos .....	30
2.IDENTIDADE, MUSEU E PÚBLICO.....	36
2.1 A identidade e a necessidade do público.....	36
2.2 O papel do museu na construção de uma identidade.....	38
3.MEMÓRIA, MUSEU E HISTÓRIA.....	40
3.1 O desenvolvimento da memória.....	42
3.2 O objeto museológico como materialização da memória .....	43
3.3 Museu Histórico em contexto comunitário.....	46

### **2ª PARTE: MUSEU INFORMAÇÃO COMO OBJETO**

4.A CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO E O CONCEITO DE INFORMAÇÃO.....	51
4.1 Conceito de Informação .....	52
5.A MUSEOLOGIA E SUA RELAÇÃO COM A CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO.....	57
6.A INFORMAÇÃO E A COMUNICAÇÃO MUSEOLÓGICA.....	62
6.1 Na informação museológica os paradigmas da Ciência da Informação.....	64
6.2 A estrutura informacional dos objetos no contexto museológico .....	66
6.2.1 Um Eficiente Sistema de Documentação Museológica .....	72

6.2.2 A necessidade do especialista em informação museológica .....	74
6.2.3 Técnicas de armazenamento e recuperação da informação .....	75
6.3 O processo da comunicação museológica.....	76
6.3.1 Conducionista ou Conducionista.....	79
6.3.2 Interacionista.....	81
6.4 A exposição museológica como discurso .....	83
6.5 A comunicação museológica no século XXI.....	85
6.5.1 Linguagem Museal.....	85
6.5.2 Tecnologia.....	87
6.5.3 Processos museológicos.....	88

### **3ª PARTE: MUSEU UMA LEITURA INFORMACIONAL**

7, MUSEU COMO PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO.....	90
8.TERRITÓRIO MUSEU COMO ESPAÇO AUTÊNTICO.....	93
8.1 A unidade museológica pesquisada: Museu do Ouro.....	97
8.2 Da produção da informação museológica à transmissão do conhecimento .....	98
9. ESTRATÉGIAS MUSEOLÓGICAS PARA O SÉCULO XXI.....	101
9.1 Leitura Informacional do Museu do Ouro: dirigentes do IPHAN.....	104
9.2 Leitura Informacional do Museu do Ouro: visitante do Museu do Ouro.....	108
9.3 Política Nacional de Museus.....	118
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	120
REFERENCIAS BIBLIOGRAFICAS.....	126
ANEXOS.....	135

## INTRODUÇÃO

Ao elaborarmos esta introdução pudemos perceber que o objeto de pesquisa está muito além dos tempos da graduação em Museologia. Na verdade, o desejo de realizar este estudo está no fato de ter tido o privilégio de nascer e crescer, literalmente, dentro de um “centro de cálculo” (LATOURE, 2000), ou seja, o Instituto de Biologia do Exército, criado pelo Decreto nº1915 de 09 de dezembro de 1894, onde meu pai trabalhou por mais de 30 (trinta) anos, um instituto que desenvolve pesquisa na área da saúde, no bairro de Benfica, Rio de Janeiro; e, assim, podemos afirmar que desde a minha concepção estive ligada a espaços como laboratórios, museus, bibliotecas e arquivos.

O fascínio por estes espaços sempre foi muito grande, e com certeza o ingresso no curso de Museologia na UNIRIO<sup>1</sup>, uma forma de nos aprofundar no conhecimento e dinâmica dos museus, de viver em tempos e espaços dos mais diferentes momentos da humanidade, podendo conhecer um pouco de cada ponto do planeta, sendo o objeto museológico entendido como a materialização e a comprovação da história em cada tempo, cada lugar. Com certeza, pelo fato de ter vivido num laboratório de pesquisa, sempre vimos os espaços museológicos muito além da questão estética, do simples diletantismo, sempre acreditando neles como um espaço informacional, gerador da produção do conhecimento, e que, por conseguinte, deve ser sociabilizado pelo saber e pelo fazer.

Entretanto, o desejo de prosseguirmos os estudos tiveram que ser interrompidos, pela necessidade do ingresso no mercado de trabalho, tão comum nas décadas de 70 e 80, até porque a formação nessa época era voltada para o aspecto aplicativo, e não acadêmico, mas com certeza esse desejo continuou latente e agora quase dois anos após o ingresso no Programa de Pós-graduação da Escola de Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais estamos realizando a primeira etapa de uma conquista, o MESTRADO.

Quando apresentamos o projeto de pesquisa para o processo de seleção, era um projeto de caráter aplicativo, em que se envolviam os acervos arquivísticos, bibliográficos e museológicos sob a guarda dos Museus e Casas Históricas do

---

<sup>1</sup>Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro.

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, autarquia vinculada ao Ministério da Cultura, órgão de preservação do patrimônio cultural mais antigo da América Latina, criado através da Lei nº378, de 13 de janeiro de 1937 (MEC, 1976), durante o governo de Getúlio Vargas, um período autoritário da História do Brasil, que durou de 1937 a 1945, denominado ESTADO NOVO.

O projeto de criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – SPHAN, de autoria do modernista Mário de Andrade, a pedido do então Ministro da Educação e Saúde, Gustavo Capanema, recebeu modificações significativas trazidas por Rodrigo Melo Franco de Andrade, que esteve à frente daquele serviço, durante 30 anos. A política que norteou o SPHAN, nesse período, perpassava as noções de “tradição” e “civilização”, com ênfase no passado nacional.

“Os bens culturais classificados como patrimônio deveriam fazer a mediação entre os heróis nacionais, os personagens históricos, os brasileiros de ontem e os de hoje. Essa apropriação do passado era concebida como um instrumento para educar a população a respeito da unidade e permanência da nação.” (CPDOC – FGV, 2005)

O objeto de pesquisa do nosso projeto é um reflexo da nossa experiência profissional de 22 (vinte e dois) anos, em unidades museológicas do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional: Museu do Folclore (RJ), Museu Casa de Benjamin Constant (RJ) e Museu Villa-Lobos (RJ); Museu da Inconfidência (MG), Casa Setecentista (MG) e, atualmente, 13ª Superintendência Regional do IPHAN, em Minas Gerais, sede em Belo Horizonte.

Nessa Superintendência temos desenvolvido atividades na área de processamento técnico e conservação dos acervos arquivísticos, bibliográficos e museológicos dos Museus e Casas Históricas a ela vinculados, bem como a análise de ações das áreas de Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia, no Programa Nacional de Incentivo à Cultura – PRONAC do Ministério da Cultura.

Coube à orientadora desta dissertação, a professora Regina MARTELETO<sup>2</sup>, pela sua experiência, sabedoria, e paciência transformar o projeto aplicativo em projeto acadêmico, na área de Museologia, estabelecendo, a interface com a

---

<sup>2</sup>MARTELETO, Regina Maria. Professora Doutora da Escola de Ciência da Informação – UFMG.

Ciência da Informação, enfocando a informação museológica e a produção do conhecimento de que os museus podem e devem ser geradores, entendendo-os como espaços informacionais que podem atender as necessidades das comunidades em que estão inseridos.

Com certeza, nestes anos de experiência passamos a sentir cada vez mais a necessidade de agregar, à nossa prática de trabalho, conceitos teóricos e a comprovação científica do que temos vivenciado na nossa atividade; principalmente sob um aspecto muito pouco discutido na área museológica, a informação e a produção do conhecimento nos museus históricos de expressão local, mas que simultaneamente atingem um significado nacional.

O pressuposto que se levanta neste trabalho é de que esses museus históricos traduzem aspectos dos ciclos sócio cultural e político econômico do passado, assim como da atualidade do país, mas também trazem em si uma carga que os liga à gente da terra, às suas tradições, seu modo de ser. No que referem ao processo informacional, às técnicas e procedimentos da Museologia eles se apresentam de forma ineficaz na produção do conhecimento, e de pouco ou nenhum impacto social sobre a sociedade, e acreditamos que na interface com a Ciência da Informação ambos possam vir a enriquecer, a aprofundar a discussão da informação x comunicação na área museológica, ainda tão incipiente.

O objetivo geral de nossa pesquisa é:

- Analisar museus localizados em “nação passiva”, ou seja, “localmente enraizada e orgânica”, como conceituada pelo geógrafo Milton SANTOS (2003) e como essas nações, que estão em muitos aspectos excluídas do discurso da sociedade da informação, principalmente no aspecto político e econômico, possam usufruir das práticas informacionais geradoras efetivas da transferência da informação, nestes espaços culturais.

O desdobramento deste objetivo pode gerar os seguintes objetivos específicos:

- Analisar o discurso institucional do museu em relação ao seu papel junto à comunidade, bem como a exigência da sociedade atual quanto aos serviços museológicos.

- Analisar o discurso do visitante e morador do município em relação ao papel do museu na comunidade, e se esta está satisfeita com os serviços de informação, através da exposição, se eles geram conhecimento.
- Observar, no contexto atual da museologia, como interagem os conceitos da Museologia e da Ciência da Informação no que diz respeito aos processos informacionais, dentro dos paradigmas físico, cognitivo e social.

Podemos observar que nos últimos tempos, o bem cultural se transformou em produto cultural passível de ser consumido em megaexposições, e eventos dos mais diversos tipos que os museus dos grandes centros comportam, mas que estão longe de serem vivenciados por cidades de pequeno porte, em que a identidade cultural é a vivência da cultura cotidiana.

A Museologia tem desenvolvido conceitos teóricos, que ainda não são viabilizados, nas práticas museológicas. Em parte os impasses acontecem devido às mudanças constantes das políticas culturais no Brasil. E assim, o que pretendemos com esse estudo é investigar os museus históricos em ambientes comunitários e o seu papel social, a partir da necessidade de informação nesses espaços culturais, que têm a exposição de longa duração, as exposições de curta duração e as atividades educativas como produtoras do conhecimento.

A nossa proposta, quanto à questão da informação, parte do entendimento de que os museus são espaços informacionais e que o apoio teórico e aplicativo da Ciência da Informação poderá ampliar o horizonte da pesquisa nas questões conceituais da informação e sua transmissão, e conseqüente produção de sentido que ela tem desenvolvido cada vez mais em estudos referentes à relação do sujeito x informação; e, de que o papel dos Museus é conhecer, estudar, investigar seu acervo para que este seja fonte de informação, atualização e questionamento.

A partir desta percepção, passamos a sentir cada vez mais a necessidade de agregarmos à nossa prática de trabalho uma renovação, na verdade, uma “oxigenação” na nossa formação acadêmica, e acreditamos que a escolha da Ciência da Informação vem de encontro à necessidade de pensar o Museu e a Sociedade da Informação, como afirma WERSIG (1997) que salienta a importância

do museu como meio de comunicação devido a sua constituição local, material, no espaço e no tempo.

A presente dissertação inicia-se com a PRIMEIRA PARTE: MUSEU OBJETO DE ESTUDO, dividida em três capítulos, com a explanação do Museu como objeto de estudo, apresentando alguns conceitos do espaço museológico e suas práticas: a cultura, a identidade, a memória, a museologia, e o diálogo do museu com o público, através da exposição. Este é o ponto de partida da reflexão e análise sobre o processo e a prática informacional nos museus, tendo como entendimento que esses são instituições culturais inseridas em determinados contextos históricos e sociais, com uma prática específica.

Os conceitos de cultura, identidade e memória serão trabalhados a partir da área do conhecimento das Ciências Sociais: Antropologia, Sociologia, História, pois é nestas áreas que a Museologia busca fundamentar seu referencial teórico. O conceito de cultura para o museólogo é o fazer e o viver cotidiano; cultura é o trabalho do homem em todas as suas manifestações e aspectos, e a relação do homem com seu meio, com os outros seres, incluindo-se os outros homens. Cultura é a projeção em que o homem se realiza; ou melhor, a atividade em que ele se realiza. Cultura é percepção, experiência, expressão; cultura é a vida vivida.

No contexto museológico, a reflexão sobre identidade é um problema crucial. Os museus não devem existir em função dos objetos que contêm, e sim em virtude dos conceitos ou idéias que esses objetos ajudam a transmitir. Os componentes do conceito de IDENTIDADE neste trabalho referem-se às noções de museus, de Museologia e às suas responsabilidades com a sociedade, tendo, como enfoque, museus históricos inseridos em localidades com forte identidade cultural.

Quanto à MEMÓRIA podemos dizer que não é história, e sim o que registramos em nosso corpo, a construção do que lembramos. É, por excelência, seletiva, pois guardamos tudo aquilo que, por um motivo ou por outro, tem ou teve algum significado em nossas vidas. Memória é tudo aquilo de que uma pessoa se lembra, como também sua capacidade de lembrar, é o processo de aprender, armazenar e recordar uma informação. É também silenciar e esquecer.

A substância do trabalho do museólogo passa pela produção da informação, da cultura e da história, por isso a nossa preocupação com o testemunho, o documento dos “objetos” museológicos. Tal substância implica a preservação destes pelo seu significado, com isso os museus se tornam “lugares de memória”, assim denominados pelo historiador Pierre NORA (1993). Realmente, a preservação do bem cultural proporciona a construção de uma “memória” que permite o reconhecimento de características próprias, ou seja, reafirma a identidade. Uma não está dissociada da outra já que a sua junção é que promove o fortalecimento de uma consciência histórica; é a memória que promove o diálogo e a tradição, como uma transferência de conhecimento, e assim percebemos que o museólogo é um trabalhador social, e não pode recusar a dimensão e o risco político inerente à sua atuação profissional.

O suporte teórico para a discussão deste tema são advindos de autores das áreas da Antropologia, como CANCLINI, Política Cultural, TEIXEIRA COELHO, História, LE GOFF e NORA, Sociologia, HALBWACHS e Museologia, VARINE-BOHAN, SOLA, DESVALLÉES, HORTA, CHAGAS.

Hoje, o senso comum questiona, a cada dia, a ação dos museus como espaço de comunicação e informação, e vê que permanência deles depende da sua renovação e conseqüente inserção social. O deixar de ser estático e encontrar um caminho dinâmico; mas não somente o dinâmico usual nos grandes museus, no caminho dos megaeventos, exposições, desfiles, lançamentos de publicações dispendiosas, instalações de restaurantes, cafeterias luxuosas, em que a mesma elite intelectual continua a usufruir destes espaços por puro desfrute do seu diletantismo.

Na atual Museologia, os museus não se sustentam simplesmente pela contemplação, mas pela possibilidade da manipulação e até da interatividade pelo visitante, que passa de expectador a ator. O museu, na atualidade, conduz à ampliação do conteúdo e a uma finalidade que amplia o aspecto social. O museu se torna o mediador que se põe entre o sujeito e a informação. Neste conteúdo, teremos como suporte teórico os autores da museologia VARINE-BOHAN, DESVALLÉES, VAN MENSCH e HOMULUS.

Na SEGUNDA PARTE: MUSEU INFORMAÇÃO COMO OBJETO, dividida em três capítulos, passamos a refletir sobre a Ciência da Informação e o conceito da informação, a Museologia e a relação com a ciência da informação, e a análise da informação e comunicação museológica produzindo conhecimento, enfocando a documentação e exposição.

O conceito de informação é abordado como um processo de produção de sentido, que envolve intenção, comunicação, contexto e concepção do mundo, e o museu como instituição que tem a intenção de transmitir uma mensagem que reflete seu sistema de valores e códigos com o objetivo de produzir um efeito modificador no receptor.

De fato, os museus são instituições de conservação, mas não é somente esta a sua função, assim como na ciência da informação, a museologia tem a possibilidade de percorrer os mesmos caminhos na produção da informação e conseqüente produção do conhecimento.

Assim pretendemos fazer uma leitura informacional dos museus históricos, que se coaduna com uma proposta da Nova Museologia, e com certeza com o entendimento da instituição museu como um espaço informacional. Buscaremos entender as pluralidades e convergências das duas áreas de conhecimento citadas: a Museologia e a Ciência da Informação.

Nesta pesquisa estaremos principalmente trabalhando a leitura informacional dos museus históricos de forma transdisciplinar com a Ciência da Informação, no nível da comunicação da informação, através das suas exposições, entendendo estas últimas como o modo de o museu “conversar” com o público, tendo o foco direcionado para a questão de museus em contextos comunitários, em que o seu papel social pode realmente ser desenvolvido e fortalecido, a partir da produção do conhecimento, através do entendimento da necessidade da informação que as comunidades, em questão, possam apresentar, como também entendê-las como movimentos sociais e como fontes das manifestações populares.

Com esta finalidade, encontramos suporte teórico em autores da Ciência da Informação, tais como: CAPURRO, SARACEVIC, WERSIG e SHERA, em autores da Museologia como MENSCH, MARAOEVIC, FERREZ, CASTRO e ROCHA, e na História, como LE GOFF.

Finalizamos as reflexões com a TERCEIRA PARTE: MUSEU UMA LEITURA INFORMACIONAL, dividida em três capítulos: o museu como produção de conhecimento, o território museu como espaço autêntico e as estratégias museológicas para século XXI, a análise de dados do Museu do Ouro.

O ambiente empírico da pesquisa considera o Museu um espaço autêntico de serviço público de direito, e de caráter informacional, através de um processo comunicacional e pedagógico, pois somente assim as estratégias governamentais poderão atingir seus objetivos no nível da ação cultural, diferente da animação cultural.

O museu histórico em contexto comunitário é o foco da pesquisa, passando pelo perfil do seu sujeito e as necessidades de informação deste para que a produção de conhecimento ocorra. Os museus em cidades coloniais de pequeno porte, no interior do estado de Minas Gerais, são intérpretes da verdade de uma região e trazem em si uma carga cultural que os liga à gente da terra, às suas tradições, ao seu modo de ser.

O suporte teórico deste capítulo para análise das políticas culturais, e a museografia está em antropólogos como CANCLINI, NOGUEIRA, ORTIZ, museólogos como VARINE-BOHAN, DESVALLÉES, VAN MENSCH, HOMULUS E CHAGAS, teóricos da comunicação SFEZ, MARTIN-BARBERO, bem nos teóricos de política cultural como TEIXEIRA COELHO.

Nas considerações finais afirmamos que pretendemos ser este trabalho uma contribuição para o estudo dos museus históricos em contextos comunitários e para a ocorrência do processo da informação na produção do conhecimento ao para o sujeito focado na comunidade em que está inserido, tendo uma leitura informacional dos espaços informacionais (que são os museus), na busca da interface com a Ciência da Informação, na linha de pesquisa da Informação, Cultura e Sociedade, e, nos baseando no princípio da interdisciplinaridade, na INFORMAÇÃO como objeto de trabalho, característica inerente tanto à Ciência da Informação quanto à Museologia.

## **1ª PARTE – MUSEU: OBJETO DE ESTUDO**

**“Os museus devem ser processos e estar a serviço da sociedade e do seu desenvolvimento. Comprometidos com a gestão democrática e participativa, eles devem ser também unidades de investigação e interpretação, de mapeamento, documentação e preservação da cultura, de comunicação e exposição dos testemunhos do homem e da natureza, com o objetivo de propiciar a ampliação do campo das possibilidades de construção identitária e a percepção crítica acerca da realidade cultural brasileira”.**

**Política Nacional de Museus – MINC, 2003.**

## 1. CULTURA, MUSEU E MUSEOLOGIA

“Mas é que o verdadeiro museu não ensina a repetir o passado, porém a tirar dele tudo o quanto ele nos dá dinamicamente para avançar em cultura dentro de nós, e em transformação dentro do progresso social”. ANDRADE (apud LOURENÇO, 2002)

Apesar de muitos dos profissionais da Museologia contemporânea tentarem, através da atuação e militância, aplicar o binômio de integração: comunidade/museu, uma visão tradicional, pela via do senso comum, ainda sobrevive, contrapondo-se às mudanças de percepção do mundo e, nesta visão, em que o social ainda não é privilegiado, questões como o bem cultural e a cidadania ainda são entendidos de forma elitista e excludente, e percebemos a atualidade do pensamento de Mário de Andrade.

E observamos, desta forma, uma abordagem reducionista que fixa o objeto de estudo da área no aspecto institucional, fazendo compreender a Museologia como o estudo dos museus, e os museus, lugares abertos à visitação pública, destinados à guarda e à conservação dos artefatos culturais.

A originalidade do nosso estudo provém do fato de que as pesquisas a ele relacionadas têm um caráter incipiente no Brasil, os estudos específicos sobre museus históricos, de caráter local, seu público e suas necessidades de informação, ainda se encontram numa fase embrionária, sendo pouca ou praticamente inexistente a preocupação com o público de museu no nosso país.

Com isso, o museu passa a ter uma oferta (exposições, programas educativos, etc.) que pouco ou nada atende à demanda (necessidade do público de informação no museu), e assim o museu tende a permanecer fechado na sua “torre de marfim”, com o pessoal especializado atendendo apenas seus pares. Isto implicaria em, pelo menos, o museu desenvolver o eixo da pesquisa acadêmica, mas os museus brasileiros não têm isto claro, e quanto ao eixo educacional, este ainda carrega resíduos positivistas.

A “torre de marfim” é percebida com toda clareza pela museóloga e teórica da ciência da informação Ana Lúcia Siaines de CASTRO (1995) quando se propôs a refletir sobre o museu, sob o horizonte dos conceitos de: “SAGRADO”

“A ordem sacralizante da conjuntura museológica, reverenciadora, velada, sedutora enquanto expressão simbólica de poder, funciona como espelho narciso de uma camada social, por sua inalcançabilidade acatada como determinação legitimadora, inquestionável. Este universo do fascínio no qual se manifesta a sacralização museológica encerra enquanto questão sua decorrência: a incomunicabilidade.” (CASTRO, 1995)

e de “SEGREDO”, conceitos estes que segundo a teórica se caracterizam como os pilares básicos da perenidade do museu.

”A informação contida no objeto não chega ao usuário de museu por estar envolvida no segredo, no silêncio da exposição, no sigilo da reserva técnica, no ocultamento documentário.”(CASTRO, 1995)

Sendo assim, queremos apresentar na primeira parte desta dissertação o museu como objeto de estudo, e para isso se faz necessário apresentar a definição de Museus. Neste caso, utilizamos a usada pelo ICOM <sup>3</sup>, em seu estatuto:

“(...) uma instituição permanente, sem fins lucrativos, a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento, aberta ao público, e que adquire, conserva, pesquisa, comunica e expõe, com a finalidade de estudo, educação e lazer, os testemunhos materiais do homem e de seu meio ambiente”.

Hoje, o senso comum questiona, a cada dia, a ação dos museus como espaço de comunicação e informação, a sua permanência depende da sua renovação e conseqüente inserção social, o deixar de ser estático e encontrar um caminho dinâmico; mas não somente o dinâmico usual nos grandes museus, no caminho dos megaeventos, exposições, desfiles, lançamentos de publicações dispendiosas e outros.

---

<sup>3</sup>Estatutos do Conselho Internacional de Museus, 1995.

No nosso entendimento, os museus além da sua tipologia: histórico, artístico e ou científico devem ser reconhecidos pelo espaço físico-geográfico em que estão inseridos, para que sejam tratados em suas especificidades. A partir da nossa experiência de vinte anos de atividades com o patrimônio cultural do Estado de Minas, defendemos um museu em ambiente comunitário que possa ser compreendido na sua potencialidade de serviços, diferentes, como um museu de centros urbanos, tais como: Rio de Janeiro ou de São Paulo. Acreditamos que os museus devam ser compreendidos pelo seu contexto social, político e econômico, assim, dando maior espaço à democratização do patrimônio cultural, a partir da sociedade.

E, nesta dissertação trabalhamos com o conceito de museu histórico apresentado pela socióloga (FONSECA, 2001).

“Entendemos por museus históricos aqueles museus que referem um recorte temporal, periodicidade, sendo que a temporalidade é referida nos acervos museológicos por meio de uma organização específica de objetos e documentos que funcionam como testemunhos, ou por meio de registros iconográficos, sonoros ou audiovisuais”.

O recorte do presente trabalho pauta-se pelo Museu do Ouro, estudado sob dois aspectos: informação x comunicação.

Criado em 1945, teve como compromisso primeiro a preservação de acervo nacional, de caráter regional, e se refere a um recorte temporal, periodicidade, neste caso uma história local, mas com articulação com a história nacional com o objetivo de promover a construção da identidade cultural do país.

A opção em proceder ao estudo dos museus históricos em Minas Gerais impôs-se porque acreditamos, e pensamos em discorrer, apoiada em teóricos das áreas de museologia, história, antropologia e ciência da informação, que estando fora dos grandes centros urbanos e inseridos em regiões que guardam uma identidade cultural bem peculiar do interior do país, se possa fazer uma nova interpretação museológica tendo a ciência da informação como suporte teórico e aplicativo para essa discussão. Os espaços geográficos, físicos e históricos deverão

ser contextualizados para podermos ter uma melhor compreensão da necessidade e da prática informacional.

A Museologia brasileira tem uma formação embasada nos teóricos da Museologia originários da Europa e Canadá, bem como nos profissionais da América Latina o que caracteriza uma forte preocupação com a função social dos museus, e esta preocupação também encontramos na fala do teórico da Ciência da Informação, WERSIG (1997).

“Os museus são meios de comunicação dotados de vital importância para a pós-modernidade e devem se adaptar ao futuro da sociedade da informação mudando radicalmente seu modo organizacional, como: um produtor de cultura, uma instituição inserida na sociedade, e um componente na estrutura de transmissão de conhecimento”.

Entendemos que os museus históricos em Minas Gerais, por estarem inseridos em municípios de pequeno porte, possuem um diferencial na produção da informação e transferência do conhecimento em relação aos grandes museus dos centros urbanos, pois se ligam à identidade cultural destes locais; e embora sofram toda influência externa da mídia impressa e/ou televisiva, com certeza, guardam as tradições locais, tornando-as um forte componente na preservação desta vida cultural, como afirma o museólogo francês, com larga experiência em trabalhos na comunidade do seu país, VARINE – BOHAN (1987), “(...) não a vida cultural reconhecida das sociedades pós-industriais de classes sociais que detêm o saber, o poder e o ter”.

Podemos perceber que o museu, enquanto instituição pública está com certeza longe de cumprir seu papel social junto à sociedade, pois a “oferta e a demanda da informação”, assim analisadas por BARRETO (2004) estão em situação proporcionalmente inversa, sendo mais clara, a oferta, ou seja, os serviços do museu são de baixa qualidade, e a demanda, está entendida como a necessidade do público do museu, que numa sociedade atual tende a crescer num ritmo acelerado e frenético, o que significa que a “oferta” não atende à “demanda”, e assim se torna impossível estabelecer qualquer relação de diálogo entre a instituição Museu e a Sociedade, pois com certeza esta instituição ainda se encontra fechada ao diálogo.

Inicialmente trabalharemos com os conceitos que são fundamentais para o entendimento da função do Museu na sociedade, que são CULTURA, IDENTIDADE E MEMÓRIA, em se tratando de museus históricos em contextos comunitários, o discurso que permeia seu diálogo com a comunidade é produzido e comunicado por meio das suas exposições, como se pode observar no entendimento de SHANKS & TILLEY (apud MENEZES, 1987).

“A exposição museológica pressupõe, forçosamente, uma concepção de sociedade, de cultura, de dinâmica cultural, de tempo, de espaço, de agentes sociais [...]”

O nosso ponto de partida da reflexão sobre o processo e a prática informacional nos museus será o entendimento de que esses são instituições culturais inseridas em determinados contextos históricos e sociais, tendo uma prática específica da área, entendendo que a idéia de cultura encerra em si a questão da proteção que é inerente à noção de patrimônio. Os conceitos de cultura, identidade e memória serão trabalhados a partir da Antropologia, com o apoio da História e da Museologia.

### **1.1 Conceito de Cultura na Museologia**

A sociedade atual possui duas características bem marcantes, voltadas ao desperdício e ao consumo, comportamento que pode levar à destruição do indivíduo bem como das comunidades de modo geral, e essa conscientização pode ser desenvolvida pelo conceito de cultura, já que etimologicamente a palavra significa cultivar, cuidar, proteger, velar por. O cultivo da terra não significa a sua exploração até a exaustão, mas, sim, a preocupação com as suas condições no futuro.

O conceito de cultura para o museólogo é o fazer e o viver cotidiano; cultura é o trabalho do homem em todas as suas manifestações e aspectos, e a relação do homem com seu meio, com os outros seres, incluindo-se os outros homens, assim percebe-se a produção histórica, no conceito de cultura que CUCHE (2002) apresenta,

“Se a cultura não é um dado, uma herança que se transmite imutável de geração em geração, é porque ela é uma produção histórica, isto é, uma construção que se inscreve na história e mais precisamente na história das relações dos grupos sociais entre si.”

Cultura é a projeção em que o homem se realiza; ou melhor, a atividade em que ele se realiza. Cultura é percepção, experiência, expressão; cultura é o mundo vivido e presenciado pelas ações e representação dos sujeitos em sociedade.

A partir desta conceituação encontramos um desdobramento na fala de (COELHO, 1999), que define Cultura como:

“Estado mental ou espiritual desenvolvido; no processo que conduz a esse estado, de que são parte as práticas culturais e nos instrumentos desse processo, como cada uma das artes e outros veículos que expressam ou conformam um estado de espírito ou comportamento coletivo”.

Nesta linha de pensamento também encontramos a definição de cultura do antropólogo Victor HELL (1989), e podemos perceber como estabelece uma relação com os contextos comunitários, e que talvez possa ser o caminho para os museus históricos nestes espaços geográficos e sociais.

“... a cultura permanece viva graças a homens até muito simples, sem pretensões culturais, sem conhecimentos especializados, mas que trazem em si princípios e valores essenciais, que estão prontos a defender, arriscando suas próprias vidas. Nenhum banco de dados, nenhum sistema de informática, pode ditar a escolha e o comportamento adotados por eles como que por instinto, porque compartilham do consenso do invisível que, além das coisas sensíveis, constitui a vida secreta de uma cultura”.

O museu tem, como objeto de trabalho, a cultura que representa o passado, e aí ele possui um caráter preservacionista, mas isto não significa que a preocupação seja somente o passado, mas sim que na projeção futura, através do patrimônio cultural produzido, ocorra a valorização e evidenciamento da cultura, em último caso, o fortalecimento da consciência do sujeito. Em outro momento, o museu também tem como objeto de trabalho a cultura em produção, aquela que está em processo de formação, e assim o presente está se relacionando com o passado, e

ainda podemos entender que o museu gera cultura, e tem a pretensão de interferir na formação da sociedade do futuro. Assim, podemos observar que a museologia entende a cultura como a relação do homem e a realidade, entre o homem e o objeto, e desta maneira quer atuar sobre esta relação e sua transformação.

## **1.2 A Museologia e os museus: mudança de conceitos**

Na definição de Teixeira COELHO (1999) “o museu se apresenta como instituição nominalmente pública, ou seja, representativa de um segmento do público, e que tem um papel “mais a definir do que conservar um patrimônio nacional”, o que significa que há um processo de seleção de acordo com o interesse político e econômico. Prossegue, dizendo que, “mais a hierarquizar as manifestações simbólicas dos diversos grupos sociais do que unificá-las, mais a harmonizar as rupturas entre o passado e o presente do que evidenciá-las”.

Entretanto, percebemos que a posição do pesquisador de política cultural é pessimista quanto ao desempenho do museu na sociedade atual, embora possamos concordar, que ainda a maior parte dos museus se encontram neste estágio; pois a falta de profissionais qualificados nestas instituições faz com que não se perceba, ou mais precisamente, não se trate o “objeto”, como documento, carregado de informação semântica e estética que deve ser o intermediário do sujeito.

Este pressuposto com que procuramos trabalhar no entendimento de que Ciência da Informação receba uma contribuição com esta realidade material no espaço e tempo, como afirma WERSIG (1997) em contraste com a forte tendência da área, na perspectiva somente da informação virtual. A Museologia também será retro- alimentada pelas discussões teóricas da Ciência da Informação dentro da perspectiva da Nova Museologia, que surge da Declaração de Quebec, Canadá , em 1984

“A museologia deve procurar, num mundo contemporâneo que tenta integrar todos os meios de desenvolvimento, estender suas atribuições e funções tradicionais de identificação, de conservação e de educação, a práticas mais vastas que estes objetivos, para melhor inserir sua ação naquelas ligadas ao meio humano e físico.”

Esta declaração evolui, e um novo movimento museológico surge, fazendo legitimizar estas novas formas de ação museológica, trata-se do Movimento Internacional da Nova Museologia que se formaliza em 1985, em Lisboa – Portugal, durante o II Encontro Internacional – Nova Museologia/Museus Locais, sobre a denominação de Movimento Internacional para uma Nova Museologia, atualmente já reconhecida como MINOM que atua como uma instituição afiliada ao Conselho Internacional de Museus – ICOM.

O MINOM apresenta um novo paradigma para a Museologia. A Nova Museologia se apresenta com um caráter social, enquanto a Museologia Tradicional é focada nas coleções. O essencial para a Nova Museologia será o aprofundamento nas questões de interdisciplinaridade e a perspectiva de uma reflexão crítica sobre a área. Neste momento, a investigação e a interpretação passam a assumir um papel fundamental no contexto museológico, e o objetivo da museologia deve se transferir para o desenvolvimento comunitário, e não somente da questão preservacionista de bens materiais. Espera-se que a museologia passe a se manifestar na sociedade de forma global, e que suas preocupações englobem questões sociais, culturais e econômicas. Abaixo reproduzimos o quadro representante da dicotomia entre a Museologia Tradicional x A Nova Museologia.

**QUADRO 1**  
Paradigmas da Museologia

<b>Museologia Tradicional (Coleções)</b>	<b>Nova Museologia (Caráter Social)</b>
Edifícios	Território
Coleções	Patrimônio
Público Determinado	Comunidade Participativa
Função Educadora	Ato pedagógico para o Ecodesenvolvimento.

Fonte: MINOM

O espaço institucionalizado, ou seja, museu/cenário ganha reconhecimento não de quem cria, implanta ou instala um museu, como um “sistema simbólico” BOURDIEU (1989), e sim o reconhecimento da comunidade, origem e alvo do museu. É tempo de fazer-se museu com a comunidade e não para a comunidade, e assim estabelecer a função social do museu, o museu-templo que persiste o “sagrado” deve passar a museu-forum, assim denominado por CAMERON (1992).

Ao tomarmos o museu-forum como espaço institucionalizado a ser almejado, o lugar do sujeito no campo da museologia somente seria percebido através da abordagem “sense making” da teórica da comunicação Brenda DERVIN e para isto se faz necessário o tratamento deste, respeitando os seguintes atributos, (FERREIRA, 1997):

- **Individualidade** - Sujeito tratado como indivíduo e não como conjunto de atributos demográficos
- **Situacionalidade** - Cada sujeito se movimenta através de uma única realidade de tempo e espaço.
- **Utilidade da informação** – Diferentes sujeitos se apropriam da informação de maneira própria, e informação é o que auxilia o sujeito a compreender sua situação Padrões – Analisando as características individuais de cada usuário, e se intenta chegar aos processos cognitivos comuns à maioria.

Dentre as inúmeras definições de museologia adotamos no presente texto a definição da museóloga brasileira Waldisa Russio Camargo Guarnieri (1989).

“A museologia é, em meu conceito, “a ciência do fato museal ou museológico. O fato museológico e a relação profunda entre o homem, sujeito que conhece, e o objeto, parte de uma realidade da qual o homem também participa, e sobre a qual tem poder de agir”. O fato museológico realiza-se no cenário institucionalizado do museu. (Nem é preciso dizer que o fato é, sempre, considerado inserido em um processo).”

Ao definir o homem como sujeito que conhece, a museóloga estaria afirmando que o sujeito, segundo BOURDIEU (1989), deveria ter um forte capital cultural? Entretanto, ela acrescenta que “o sujeito que conhece é sempre o modificador de seu mundo, o criador de artefatos, de relações, de valores, de símbolos, de significados. É, sobretudo o construtor de sua História que, e ao construí-la, se faz e se re-faz, enquanto projeto inacabado”.

Neste sentido o sujeito no campo da museologia se coaduna com o sujeito da ciência da informação em perspectiva sócio-histórico-antropológica, como afirma MARTELETO<sup>4</sup>:

“Sujeito filosófico (que representa), Sujeito social (que atua), Sujeito pedagógico (que aprende, ensina), Sujeito histórico (que transforma), Sujeito político (que opta), Sujeito econômico (que produz, consome)”. (MARTELETO, 2003)

Assim, entendemos que o lugar do sujeito no campo da museologia só pode acontecer através de uma relação aberta, dinâmica, dialética, para que ele se reconheça nos e através dos objetos que criou e nas e através das coisas da natureza, às quais ele deu valor pela atribuição de significados.

Nesta constante renovação do sujeito/objeto em ação recíproca, em umas relações dinâmicas, “catalisadas” pelo espaço institucionalizado, museu/cenário, igualmente sempre renovado, revivificado, revitaliza-se o fato museológico, que permite o reconhecimento, a preservação e a comunicação; com isto estamos querendo dizer da permanência e da reconstrução da identidade dos povos, grupos ou nações.

Na construção teórica de RÚSSIO (1989), podemos perceber a influência de DURKHEIM (1975); pois para ela o “fato museológico” é a relação do homem/sujeito com as coisas/objeto e para o sociólogo, a recomendação era de que os “fatos sociais” fossem eles mesmos considerados como coisas.

Na Europa, já podemos reconhecer uma preocupação com a “demanda da informação”, ou como a Museologia define o público de museu, e apresentamos um exemplo de estudo do usuário, nesta abordagem, realizado pelo Museu da Reina Sofia – Madri, Espanha, apresentado pelo antropólogo José NASCIMENTO JR. (2003), segundo uma tipologia de usuários de museus:

---

<sup>4</sup>MARTELETO, Regina. Sujeito e Informação. Escola de Ciência da Informação, UFMG. 1º semestre 2003. Notas de aula.

1. **Os especialistas** – muito pouco, participam das atividades educativas e não necessitam de mediadores entre eles e a exposição.
2. **Os assíduos** – usuários cotidianos do museu e seus serviços, bom nível de conhecimento e procurando expandi-los.
3. **Os esporádicos – os turistas, os cativos** – escolares em geral e crianças, que vão aos museus conduzidos por adultos.
4. **Os coletivos** – estão entre os esporádicos e os cativos, não iriam sozinhos.
5. **Os que vão** – público potencial dos museus.

No Brasil esta prática ainda não é realizada, tem-se apenas a preocupação com a quantidade de visitantes, e com a arrecadação.

A partir da década de 80, do século passado, os museus brasileiros passam a contar com uma gama diversificada de profissionais, incluindo-se educadores na elaboração e desenvolvimento de trabalhos pedagógicos, que apesar de tudo não atendem satisfatoriamente o sujeito. Assim, sistematicamente, atividades educativas-culturais se tornam uma realidade nestes espaços culturais, e na prática cotidiana vislumbra-se para estes profissionais a necessidade da manutenção e ampliação destas atividades, alicerçadas em um atendimento diferenciado de acordo com a demanda de público, como: estudantes do ensino fundamental e médio, universitários, professores, portadores de necessidades especiais, terceira idade, membros de associações de bairros, e outros.

No último ano, temos percebido um maior interesse no estudo do usuário do museu, e de fato um estudo bastante apurado está sendo realizado neste sentido pela educadora e pesquisadora Luciana SEPÚLVEDA<sup>5</sup> em relação aos Museus e Centros de Ciência, e nos últimos anos dissertações e teses realizadas na Ciência da Informação das Universidades Federal do Rio de Janeiro, e da Universidade de São Paulo estão atentas a essa questão, mas continuam centradas nos museus do

---

<sup>5</sup>SEPÚLVEDA, Luciana. Educadora e pesquisadora especialista em educação e comunicação em museus e em avaliação e estudos de público. Doutora em museologia pelo Muséum National d'Histoire Naturelle de Paris.

eixo Rio – São Paulo, e com certeza esse trabalho se apresenta pioneiro no enfoque dos museus mineiros, e em contextos comunitários.

O museu é um processo permanente de contextualização; a informação deve ser apresentada como uma entre outras leituras dos fatos. Assim percebemos que a sociedade contemporânea deve cobrar dos museus a tarefa de ampliar e renovar os serviços pedagógicos, oferecendo um conjunto de ações que abarque todos os públicos.

“O objeto de estudo da museologia é a relação entre o homem (sujeito que conhece) e o objeto (bem cultural) no espaço institucionalizado (cenário)”. (GUARNIERI, 1989)

A Museologia está evoluindo porque o museu também se encontra numa fase de transição e existe a cada dia um interesse maior nas questões relacionadas ao patrimônio natural e cultural, e neste podemos, com certeza, incluir os museus, seus acervos e a ampliação da sua função cultural para a efetiva função social.

Na atual Museologia, os museus não se sustentam simplesmente pela contemplação, mas pela possibilidade da manipulação e até da interatividade com o visitante, que passa de expectador a ator. O museu, na atualidade, conduz a ampliação do conteúdo e a uma finalidade mais social, o museu é o mediador entre o sujeito e a sociedade.

## **2. IDENTIDADE, MUSEU E PÚBLICO**

Usamos com muita frequência a expressão IDENTIDADE, e ela nos parece familiar, convivemos marcadamente com ela que o resultado é semelhante àquelas coisas, às quais já nos habituamos, mas efetivamente não as conhecemos. E no museu como a questão da identidade se apresenta? O museólogo Tonislaw Sola afirma que

“O aspecto dominante da missão do museu é a defesa da identidade, da continuidade de identidade. Se o museu apenas cuida do passado sem ligá-lo ao presente, o nome pejorativo de necrotério cabe-lhe bem”. (SOLA, 1986)

No contexto museológico, a reflexão sobre identidade é um problema crucial, os museus existem em função dos objetos que contêm, e estes podem se transformar em idéias e conceitos. Dependendo da forma que estas idéias, conceitos e sentidos são usados, o museu pode se confirmar em “segredo e sagrado”, e seu papel é de “templo”; também pode correr o risco de ser transformado em “fórum”, quando o objeto perde seu valor documental e se transforma num ícone cultural, e é usado para o reforço de identidade.

Os componentes do conceito de identidade neste trabalho referem-se às noções de museus, de Museologia e às suas responsabilidades com a sociedade, tendo, como enfoque, museus históricos, inseridos em localidades com forte identidade cultural, assim entendido por MAGALHÃES (1983) “O fenômeno da perda da identidade pode variar de intensidade com que se manifesta, mas sua disseminação é universal”.

### **2.1 A identidade e a necessidade do público**

Quando falamos de identidade, com certeza, temos que reconhecer o sujeito como elemento fundamental, aquele que reforça e/ou submete a cultura e a natureza.

A identidade é um assunto complexo, “e pode ser facilmente um nome verdadeiro para o objeto museológico”, assim afirma SOLA (1990), considerando que os museus não devam existir em função dos objetos que eles contêm, mas em virtude dos conceitos ou idéias que esses objetos ajudam a transmitir, como “dados de um conjunto de informação museológica, de uma mensagem”, assim entendido por SETZER (2001).

Sobreviver às mudanças, numa sociedade da informação, com certeza, resulta numa crise total de identidade, totalidade, na verdade, significa que a crise não exclui nada, não havendo qualquer área de teoria ou prática que não seja constantemente sacudida sob a pressão de mudanças fundamentais. As comunidades sentem necessidade de organizar elementos que ajudem a construir uma identidade, podendo estar ligada ou não a um território.

Entendemos que o museu em contexto comunitário tem uma relevância. A proximidade da instituição, o corpo a corpo, pode ser um fator favorável na atividade museológica, se finalmente o museu considerar a possibilidade de aproximação, o diálogo, se ele quiser deixar de ser “segredo” e “sagrado”.

O museu entendido como a relação do homem/objeto possui uma dinâmica que permite, através do reconhecimento, a preservação e a comunicação, e assim com o vínculo com o passado se forma a identidade, e a sua permanência, bem como a sua reconstrução, e a sua transformação. A necessidade do público na afirmação da sua identidade ocorre com a preservação do patrimônio cultural, mas ele não pode ser estático, pois a musealização do objeto pode gerar um distanciamento, se não houver o entendimento que este é representativo da história que expressam os estilos de vida, as relações sociais, os modos de produção, as artes, ciências e técnicas.

Consideramos que, o lugar do sujeito, no campo da museologia, na era da informação, estará cada vez mais condicionado às necessidades sociais para a realização da função social dos museus, que já pode ser observada na proposta da socióloga portuguesa, Margarida Lima de FARIA (2001), nas suas considerações sobre a função social dos museus:

### **1. Necessidade/função identidade**

As comunidades sentem necessidade de organizar elementos que ajudem a construir uma identidade local, podendo estar ligada ou não a um território.

### **2. Necessidade/função de sociabilidade**

Os museus como espaços públicos podem constituir-se como espaço de reativação dessas sociabilidades perdidas, tornando-se espaços de encontro e convívio.

### **3. Necessidade/função de participação cívica**

Os museus são dos cidadãos; passa a existir uma maior necessidade de comunicação intercultural, trata-se da existência de uma verdadeira “sociodiversidade”.

### **4. Necessidade/função de solidariedade**

Os indivíduos só são solidários quando entendem os “outros”. A informação sobre as diferentes culturas pode fazer do museu um espaço de inclusão.

### **5. Necessidade/função de inclusão multicultural**

Contribuição na construção de parcerias entre grupos de cidadãos das mais diversas origens

### **6. Necessidade/função de informação**

Informação é um instrumento fundamental para o exercício da cidadania. Os museus que têm a função social como prioridade preocupam-se em expor temas e não apenas coleções.

### **7. Necessidade/função de aquisição e transmissão de conhecimentos de modo crítico e de acordo com múltiplas leituras.**

## **2.2 O papel do museu na construção de uma identidade**

“Assim, por imperfeitos que sejam bibliotecas, arquivos, museus, escavações arqueológicas, pedaços de papel e fragmentos de cerâmica constituem tudo o que podemos consultar para tentar reconstruir os mundos que perdemos. A perda de uma biblioteca ou

de um museu pode significar a perda de contato com um traço vital da humanidade”. (DARNTON, 2003)

O papel do museu é a defesa da identidade, não só da identidade cultural, mas também a identidade da natureza considerando a definição de museu do ICOM<sup>6</sup>, e assim tentando definir a relação entre identidade e Museologia, não restringindo a ligação do passado ao presente; considero que a identidade é a “via vital”, assim definida por SOLA (1990), das coisas e dos humanos; daquele que construiu o ambiente inteiro e o trouxe até aqui através do tempo, podemos afirmar que a proteção da identidade é uma questão ética fundamental.

Assim é fundamental lembrar o conceito de identidade e suas características. A identidade supõe a alteridade (condição de ser o outro) em duplo sentido. A relação com o outro no interior de um mesmo conjunto ao grupo, consideramos como referência para a avaliação das características, através das quais, em um contexto de diversidade, as igualdades ou as analogias se afirmam, e a relação com o outro no exterior do conjunto ou do grupo cuja alteridade se afirma enquanto diversidade, desigualdade, heterogeneidade.

Em sentido intrínseco, a identidade supõe referências ao uso, como parâmetros para melhor conhecer o igual ou o semelhante. É preciso pensar os pontos de convergência desta identidade, que se reconhece em relação a seu semelhante, seja ao nível do indivíduo, seja ao nível do grupo.

A identidade tem um caráter orgânico ou sistemático, mas também uma consciência coletiva que se exerce ao longo da vida, ao mesmo tempo em que se renova sempre CAPRA (1996), afirma a percepção do mundo vivo como uma rede de relações, numa escala de grupos ou sociedades.

Acreditamos que o sujeito sempre responde à informação apresentada nos museus, seja ela positiva ou negativa. A informação recebida tem o poder de afetar as mútuas relações porque vai sempre modificar a identidade pessoal, considerando que o “sujeito que conhece é sempre modificador do mundo” (RUSSIO, 1990).

---

<sup>6</sup>Conselho Internacional de Museus.

### 3. MEMÓRIA, MUSEU E HISTÓRIA

“... operação coletiva dos acontecimentos e das interpretações do passado que se quer salvaguardar, se integrar [...] em tentativas mais ou menos conscientes de definir e de reforçar sentimentos de pertencimento e fronteiras sociais entre coletividades de tamanhos diferentes: partidos, sindicatos, igrejas, aldeias, regiões, clãs, famílias, nações etc.” ( POLLACK, 1989)

Ao longo da história da humanidade, o conceito de memória e como esta funciona têm sido um estudo importante para a filosofia e a ciência. Tal conceito vai se modificando de acordo com a necessidade das suas funções, utilizações e importância social, e desta forma a memória foi e continua sendo explicada de acordo com a época; com certeza é construída com os conhecimentos que o ser humano detém, no seu espaço e tempo histórico.

O poeta Cícero explica a memória fazendo uma analogia com as marcas deixadas na cera pelos homens. Atualmente muitos utilizam a metáfora do computador para explicar como a memória dos homens funciona. Na mitologia grega, a memória era uma deusa, Mnemosine, mãe das Musas, e protetoras das artes e da história, e que, unida a Zeus, gerou as novas musas, divindades responsáveis pela inspiração poética. E é do seu nome que se origina a palavra Museu.

A memória era considerada um dom que deveria ser exercitado, mas, na verdade, memória é tudo aquilo de que uma pessoa se lembra, como também sua capacidade de lembrar; é o processo de aprender, armazenar e recordar uma informação. A memória não é uma “faculdade passiva” , como afirma Teixeira COELHO (1999). É uma forma de organização, o que conduz também ao papel da Ciência da Informação, que a partir de fragmentos se organiza em um todo.

Ainda na antiguidade, os romanos consideravam a memória indispensável à arte da retórica, ou seja, o uso da linguagem seria um reforço ao convencimento, e a emoção dos seus ouvintes já estaria trabalhando a memória oral. Na Idade Média, é a memória ligada à questão litúrgica, e à comemoração dos acontecimentos e milagres, e o tempo é marcado por datas precisas de louvores aos santos e mártires.

Isto muda com a invenção da imprensa, pois a sociedade que se baseava na transmissão oral dos saberes relacionados ao trabalho e à vida em grupo, se transforma a partir do surgimento de novas ocupações do trabalho e da vida cotidiana, e com isto ocorre uma demanda dos registros, nunca antes vista, e esta proliferação da informação continua em ritmo alucinante, fazendo que mecanismos cada vez mais sofisticados surjam para a guarda e a disseminação de memória, em textos, imagens, e, no caso dos museus, em objetos.

A memória nos dias atuais tem ganhado outras conceituações, bem como seu funcionamento tem aportes teóricos nas ciências físicas e biológicas, além das ciências sociais. Entende-se que para haver memória deve ter passado, e que este com certeza passa por um processo de retenção, esquecimento e seleção.

Encontramos na ciência social a relação da memória individual ao meio social, o que é fundamental para o desenvolvimento do trabalho, pois são os relatos individuais é que farão surgir à memória local, em que está inserido o museu a ser pesquisado.

A memória não é história, é sim o que registramos em nosso corpo, a construção do que lembramos. É seletiva por excelência, pois guardamos tudo aquilo que, por um motivo ou por outro, tem ou teve algum significado em nossas vidas. A substância do trabalho do museólogo passa pela produção da informação, da cultura e da história, por isso a nossa preocupação com o testemunho, o documento dos “objetos” museológicos. Tal substância implica a preservação destes pelo seu significado, com isso os museus se tornam “lugares de memória”, assim denominado por Pierre NORA (1993).

Realmente, a preservação do bem cultural proporciona a construção de uma “memória” que permite o reconhecimento de características próprias, ou seja, reafirma a identidade. Uma não está dissociada da outra já que a sua junção é que promove o fortalecimento de uma consciência histórica; é a memória que promove o diálogo e a tradição como uma transferência de conhecimento, e assim percebemos que o museólogo é um trabalhador social, e não pode recusar a dimensão e o risco político inerente à sua atuação profissional.

### 3.1 O desenvolvimento da memória

“Qualquer recordação, ainda que seja pessoal, existe em relação a um conjunto de noções que nos dominam mais que outras, com pessoas, grupos, lugares, datas, palavras e formas de linguagem, incluindo com razões e idéias, é dizer, com a vida material e moral das sociedades que fazemos parte.” (HALBWACHS, 1994)

A partir desta afirmação do sociólogo francês Maurice HALBWACHS (1994), podemos considerar que a memória é uma articulação social, a partir da qual se estabelecem as questões do espaço, tempo e linguagem, o que, com certeza implicará na rememoração individual e/ou coletiva. Qualquer indivíduo carrega lembranças e este interage com a sociedade, assim, a memória individual sempre remete a um grupo e a instituições. O desenvolvimento da memória tem sempre o “outro” com um papel fundamental, sendo que nas relações é que se constroem as lembranças, e mesmo que este não esteja presente, ela se alimenta o tempo todo de várias memórias que ocorrem nos diversos grupos.

Os espaços têm uma relação importante para o desenvolvimento da memória; tanto a individual quanto a coletiva têm nos lugares uma referência importante na sua construção, mesmo que esta não seja uma condição para a sua preservação.

Os lugares sofrem mudanças, mas não deixam de ser referência na memória individual ou coletiva, e ela é importante já que funciona e garante o pertencimento a um grupo social, que ao compartilhar essas lembranças garante o sentimento de identidade do ser individual, que por sua vez sedimenta o campo histórico, do real e também do campo simbólico.

Esta se modifica de acordo com a nossa posição e com as relações que estabelecemos no decorrer da nossa existência, e assim há sempre uma retroalimentação da memória coletiva e histórica fazendo dela um crescimento constante.

A memória tem o caráter social e um dos seus elementos mais importantes é a linguagem, sendo através desta que os membros de um grupo fazem as trocas, lembrando e narrando, e assim produzirão a redução, a unificação e aproximação no mesmo espaço histórico e cultural.

A memória também pode ser desenvolvida para decidir sobre o que deve ser lembrado, bem como o que deve ser esquecido, e isto integra o mecanismo de controle de um grupo, classes e indivíduos e pode ser observado nos programas curriculares, na escolha de datas que devem ser comemoradas, de fatos históricos que deverão ser rememorados.

A memória individual e coletiva estabelece algumas relações com a memória histórica, que é definida em livros didáticos, e que por muito tempo foi determinada por grandes movimentos, e sempre a história do dominador sobre o dominado. No século passado, a história dá uma guinada, e passa a dar ênfase aos grupos minoritários, à vida cotidiana, à história das mentalidades, e assim a memória coletiva passa a ser um foco importante de estudo.

As memórias individual, coletiva e histórica se relacionam o tempo todo. As duas primeiras estão sempre em embate para serem reconhecidas como memória histórica, todas, com certeza, são importantes para o sujeito, para o grupo. Embora a individual e a coletiva tenham na oralidade o seu transporte, enquanto que a histórica tem a precisão do registro, o objeto/documento, que é fundamental na sua preservação e disseminação.

### **3.2 O objeto museológico como materialização da memória**

Entendendo que a memória seja um marco social, e que este possa ser caracterizado pelo espaço, tempo e linguagem, fica clara a sua importância nas atividades museológicas, mais especificamente na questão da comunicação e representação museológica, em que se caracteriza a exposição.

O objeto museológico como materialização da memória permite a ilusão de não mudar através do tempo, mantendo intacto, sem passar pelo envelhecimento inerente à natureza humana, já que a conservação deste, o faz atravessar o espaço e tempo, e a sua linguagem pode fazer dele um objeto simbólico de uma temporalidade.

O museu é memória. Esta com certeza é a afirmação mais comum e imediata, pois os políticos, gestores e boa parte dos cidadãos valorizam a função dos museus

como elementos que garantem a possibilidade de promover, bem como a de recuperar a memória. Entretanto, os estudos historiográficos locais, regionais e nacionais fazem referência à memória, através dos seguintes adjetivos: memória histórica, memória coletiva, memória da humanidade.

Segundo NORA (1986) a memória nacional pode ser dividida em:

- **Memória Real** – memórias do Estado, de caráter religioso, político, simbólico, historiográfico, genealógico.

Ex: As grandes crônicas da França

- **Memória Oficial, Protetora e Mecenas** – expressão pura da memória – Estado, monumental e espetacular dupla vocação política x artística.

Ex: Museu do Louvre

- **Memória Nação** – monumento capital da memória propriamente nacional, a nação toma consciência dela mesma como Nação. Memória nacional nas dimensões jurídica, histórica, econômica e geográfica.

Ex: “Lugares de memória” (museus, sociedades, escolas, arquivos, bibliotecas).

- **Memória – cidadão**

Memória de massa, democratizadora.

- **Memória – patrimônio**

Bem comum e uma herança coletiva, todos os objetos testemunhos do passado nacional; a transformação patrimonial de memória se exprime também no retorno aos episódios mais dolorosos, à consciência coletiva.

Podemos entender a memória coletiva como algo relacionado com a experiência de grupos sociais, tais como família, nação, através do seu passado; e a memória histórica pode ser entendida como uma tradição erudita e científica, ela é analítica e precisa, mas não se pode esquecer que o pesquisador nunca é

totalmente isento já que se trata de um ser social. A memória nacional e a memória coletiva são assim definidas por ORTIZ (1986).

“(…) a memória nacional se situa em outro nível, ela se vincula à história e pertence ao domínio da ideologia.”

“Memória nacional prolongamento da memória coletiva popular.”

“A memória coletiva é da ordem da vivência, a memória nacional se refere a uma História que transcende os sujeitos e não se concretiza imediatamente no seu cotidiano.”

O objeto museológico é uma possibilidade para o exercício da reflexão histórica, nós o entendemos como um processo cognitivo que pode ser um elemento agregador da comunidade, já que a sociedade atual não preserva a memória, diante de um mercado que valoriza o imediato e o efêmero. E como afirma o historiador MENESES (1997) “a simples durabilidade do artefato, (...), já o torna apto a expressar o passado de forma profunda e sensorialmente convincente”.

Como o objeto museológico pode ser um suporte da informação? Ele realmente carrega em si uma gama de informações de caráter histórico? Com certeza, quando trabalhamos a questão informacional, a primeira propriedade do objeto é a de natureza físico-química, ou seja, sua forma, peso, cor, material, etc.

Estas primeiras informações podem gerar outras tantas informações, no que diz respeito ao saber-fazer, que envolve técnicas de trabalho e suas condições, que permitirão o entendimento da organização social, econômica e simbólica em que ele foi produzido. É preciso acrescentar que estas informações necessitam de um aporte teórico externo ao objeto e que fazem um trânsito de mão dupla, para uma compreensão holística do referido objeto.

O objeto museológico assim como nós possui uma história, uma biografia, é passível de transformações no decorrer da sua existência. Acreditamos que o museu seja uma instituição de memória e a recuperação da informação, deve ser encarada como uma tarefa educativa e cívica, voltada para o futuro, e que o objeto tem a função de significar o tempo, BAUDRILLARD apud MENESES (1997).

Embora possamos perceber que os museus ainda tendem a tratar o seu acervo para a produção de discurso, e só desta maneira é compreendida a memória, pensamos que este deveria receber um tratamento informacional para se tornar uma fonte de produção do conhecimento, através do entendimento da sociedade que o produziu.

### **3.3 Museu Histórico em contexto comunitário**

O museu histórico normalmente apresenta-se nas suas exposições, discursos ou narrativas, de modo a expressar uma leitura informacional e comunicacional do seu acervo, e entendemos que nele se exige a colaboração ativa do sujeito como vetor essencial ao desenvolvimento da história. O objetivo principal de tais ações dele deve ser a interpretação feita pelo sujeito com o permanente desejo de estabelecer uma relação com seu presente. O museu histórico é dividido conforme a tipologia seguinte:

- Histórico local, da região ou do município.
- Histórico local, mais articulado com a história nacional.
- Histórico especializado, em torno da história de uma instituição.
- Histórico especializado, que se referem a uma personalidade, com o objetivo de apresentar ao público sua biografia e/ou sua obra.
- Temas de caráter científico ou técnico, apresentados sob uma perspectiva histórica, sem necessariamente uma referência à memória local.

O museu histórico que tem como elemento o acervo museológico recebe uma atribuição que pode ser histórica, artística ou científica. As exposições museológicas nos museus históricos tendem a ter um caráter evocativo e celebrativo de uma memória, ocasionando graus diversos de arbitrariedade no seu discurso.

A teórica da museologia, a espanhola Aurora LEON (1986) define o museu histórico

“pela exposição do material ideológico, narrativo e discursivo dos feitos e mudanças sociais que tenham afetado a história das civilizações.”

Enquanto que para a socióloga Cecília Londres FONSECA (2001), museus históricos

“são aqueles museus que referem um recorte temporal, periodicidade, sendo que a temporalidade é referida nos acervos museológicos por meio de uma organização específica de objetos e documentos que funcionam como testemunhos, ou por meio de registros iconográficos, sonoros ou audiovisuais.”

O conceito de LEON (1986) é tradicional e mais restrito ainda, ligado à concepção dos museus no século XIX, que tinham como meta a evocação nostálgica de um passado histórico, enquanto FONSECA (2001) procura ampliá-lo considerando a obra humana como expressão de um meio histórico.

Para o historiador José Newton MENESES (2004)

“o museu histórico é um espaço de intermediação institucionalizada entre o indivíduo e objetos materiais”, e complementa esta idéia dizendo que, “o museu histórico, dessa forma, é uma instituição que objetiva a problematização da história e não apenas a exposição de objetos históricos”.

Quando apresentamos as definições destes teóricos, podemos observar a evolução conceitual nos últimos vinte anos, sobre o papel do museu, e hoje ele se apresenta como um espaço de conhecimento e compreensão de toda a gama de atividades da vida individual ou coletiva do sujeito, nos aspectos sócio – cultural, político – econômico, mas para isso, fica claro que a exposição museológica deve ter uma pesquisa histórica, museológica de peso, bem como a integração com a questão pedagógica e de comunicação. A proposta da Nova Museologia, que surge em 1985, apresentada no capítulo 1 deste trabalho, hoje se faz mais presente e

urgente para a democratização da informação e produção de conhecimento no espaço museológico.

Consideramos que o museu histórico em contexto comunitário possa usufruir de maneira que, potencialize a compreensão do museu como o território das discussões e interpretações do saber e do fazer, que o espaço museológico vá além de um espaço de espetáculo que evoca, celebra e encultura (Teatro da Memória), conjugando a ação de espaço de trabalho sobre a memória, em que ela seja tratada como objeto de conhecimento (Laboratório da História), MENESES (1994).

Entendemos que a proximidade física possa ser salutar tanto para a instituição quanto para a comunidade e que novos ventos soprem a favor da dismitificação de conceitos cristalizados pelo sujeito, de que museu é local de guarda de acervos importantes, exóticos e fragmentos sem significados. Meneses (1994) finaliza o texto Do Teatro da memória ao laboratório da História: a exposição museológica e o conhecimento histórico, com o seguinte:

“Por isso tudo, talvez o museu histórico já esteja maduro para fazer aquilo que só o museu pode fazer bem, com competência e por vocação (ainda não atualizada): explorar, não sínteses históricas sensoriais, mas a transformação dos objetos em documentos históricos. Em vez de teatro, laboratório, com tudo aquilo de criador que essa idéia contém.”

O espaço museológico de um museu histórico, em contexto, tem a ganhar na troca permanente de um ambiente de produção do conhecimento, em que as “práticas, técnicas, crenças, ritos estão tão presentes na vida da sociedade” (MENESES, 2004). A busca de possibilidades diversas com o acervo pode despertar a sensibilidade do pertencimento da comunidade, e a consciência da preservação fará com que a instituição museológica encontre um parceiro que o revigore na sua gestão, ainda tão cristalizadora que o impede de ser uma estrutura mediática e pedagógica.

“Isso indica que os museus devido ao meio de constituição: local, materialista, no espaço e tempo são um modo de comunicação muito importante, os recordando as pessoas a importância da realidade no significado do objeto, o tempo e o espaço, em contraste com as novas dimensões virtuais.” (WERSIG, 1997)

O museu histórico deve provocar a interpretação, e quando está inserido num contexto comunitário, como no caso do Museu do Ouro, numa cidade colonial do interior do Brasil esta interpretação deveria ir mais além, pela proximidade de sua comunidade, bem como da sua vivência ainda tão presente no seu cotidiano, e assim fazemos uso do pensamento de COLUCCIO (apud CANCLINI, 2000).

“É a alma do país. Quando penso em uma salvação possível, vejo que só poderia vir de lá. No interior estão mais seguros a permanência dos valores culturais, o respeito à tradição, e sobretudo, o fato de que as comunidades fazem algo transcendente por eles respeitando sua identidade.”

Os significados dos objetos museológicos perpassam pela memória social, fornecendo informações através da sua comunicação com o visitante, que deve ser percebida na estruturação, funcionamento e nas mudanças de uma determinada sociedade.

## **2ªPARTE – MUSEU: INFORMAÇÃO COMO OBJETO**

**“O que faz de um objeto documento não é, pois, uma carga latente, definida, de informação que ele encerre, pronta para ser extraída, como o sumo de um limão. (...). É, pois, a questão de conhecimento que cria o sistema documental”. MENEZES, 1994**

#### **4. A CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO E O CONCEITO DE INFORMAÇÃO**

As ciências humanas e sociais consideram a escrita como condição básica e necessária para o surgimento e desenvolvimento do pensamento lógico e racional; também consideramos que a Ciência da Informação tem seus primórdios relacionados com o registro físico do conhecimento, e percebemos, que ela, como a escrita, tem sua importância na evolução da humanidade que passou a registrar, estocar e recuperar o conhecimento.

No século XV com a invenção da imprensa, a acumulação da informação se amplia, mas somente no século XVIII, com a Revolução Industrial, é que ela passa a ser procurada e necessária quanto à sua qualificação, interpretação e utilização. O desenvolvimento tecnológico faz com que a circulação da informação tenda a crescer vertiginosamente.

No século XX, o bibliotecário belga Paul Otlet nascido em meados do séc.XIX seria considerado um dos fundadores da Ciência da Informação e da Documentação; na verdade este é um termo cunhado por ele, e que foi utilizado pela primeira vez para intitular um organismo internacional, Instituto Internacional de Documentação, nome que substituiu em 1931, o Instituto Internacional de Bibliografia. Com a produção do livro *Traité de Documentation*, em 1934, Otlet amplia a noção de documentação, além do livro, o que de certa forma antecipa a questão dos novos suportes de informação como portadores de memória.

A Ciência da Informação toma um maior impulso na década de 60 a partir do desenvolvimento tecnológico, e o conseqüente tratamento da informação passa a ser visto com um olhar diferenciado pela comunidade científica. No período compreendido entre 61 e 62, surge a primeira formulação do conceito da Ciência da Informação, isto como resultado das conferências do Instituto Tecnológico da Geórgia, nos Estados Unidos, mas conhecido como “Georgia Tech”.

“Ciência da Informação é a ciência que investiga as propriedades e comportamento da informação, as forças que regem o fluxo da informação e os meios de processamento da informação para uma acessibilidade e usabilidade ótimas. Os processos incluem a origem, disseminação, coleta, organização, recuperação, interpretação e uso da informação. O campo deriva de ou relaciona-se com a matemática, a lógica, a lingüística, a psicologia, a tecnologia da

computação, a pesquisa operacional, as artes gráficas, as comunicações, a biblioteconomia, a administração e alguns outros campos.” (SHERA & CLEVELAND, 1977)

Um dos autores da área em questão, SARACEVIC (1996) apresenta o seguinte conceito, em que ressalta suas características tanto científica, como aplicativas.

“Ciência da Informação é um campo dedicado às questões científicas e à prática profissional voltadas para os problemas da efetiva comunicação do conhecimento e de seus registros entre os seres humanos, no contexto social institucional ou individual do uso e das necessidades de informação. No tratamento destas questões são consideradas de particular interesse as vantagens das modernas tecnologia informacionais.”

Nos conceitos acima apresentados fica clara a natureza interdisciplinar da Ciência da Informação, o que vai proporcionar o surgimento de diferentes correntes e as discussões sobre o seu objeto de estudo, a informação.

#### **4.1 Conceito de Informação**

A palavra INFORMAÇÃO se torna popular no século XV após a invenção da imprensa, e a raiz do termo vem de “formatio” e “forma”, o que transmite a idéia de moldar algo ou dar forma a algo indeterminado. No pós-guerra se desenvolve o conceito de informação e este se baseava na metodologia das ciências físicas, já que seu objetivo era contemplar um conceito matemático que poderia ser medido e expresso em unidades físicas, próprio da engenharia. É um conceito do teórico matemático Claude SHANNON, que propôs uma teoria sintática, colocando de lado a questão semântica que é inerente à informação.

“O que acrescenta algo a uma representação [...] Recebemos informação quando o que conhecemos se modifica. Informação é aquilo que logicamente justifica alteração ou reforço de uma representação ou estado de coisas. As representações podem ser explicitadas como num mapa ou proposição, ou implícitas como no

estado de atividade orientada para um objetivo do receptor.”  
SHANNON & WEAVER, 1949)

Entretanto, a física dos meados do século XX chegou ao ponto de mostrar que o conhecimento não é absoluto, e assim a informação se mostra como imperfeita que é uma condição humana, e como afirma BRONOWSKI (1992), é o postulado da física quântica.

A informação como algo subjetivo começa a ser considerada, a partir dos anos 70 e princípios dos anos 80. Assim os processos de transferência da informação passam a ser um fenômeno social, e fatores de caráter subjetivo, tais como as crenças, valores, linguagens, intuição, imaginação, etc., difíceis de serem medidas pelo método científico quantitativo.

As duas principais correntes consideram a informação, por um lado, como algo externo, objetivo e tangível. Por outro lado a consideram subjetiva, cognitiva e situacional e, com certeza, uma não anula a outra, antes, pelo contrário, se completam e ampliam os horizontes no entendimento da questão informacional.

Buckland (1991) promovendo, uma interface da informação objetiva com subjetiva, ele a identifica da seguinte forma:

- **Como coisa** – aquilo que é visto como informativo: objetos, documentos, textos, dados ou eventos. A sua principal característica é a sua tangibilidade, sua materialidade.
- **Como conhecimento** – o que é percebido pela informação enquanto processo, o conhecimento comunicado. Sua principal característica é a intangibilidade.
- **Como processo** – o ato de informar ou a comunicação do conhecimento ou notícias sobre um fato ou ocorrência.

Atualmente, as teorias parecem abrir as questões semântica e pragmática dos processos de informação, e novas interpretações apontam dois conceitos distintos de informação, a incerteza e a entropia, pois que, na verdade, a

interpretação tradicional estaria mais centrada na incerteza, transmissão de sinal (receptor) associada a seleção de uma mensagem do conjunto de possíveis mensagens (emissor).

“A informação comporta um elemento de sentido. É um significado transmitido a um ser consciente por meio de uma mensagem inscrita em um suporte espaço – temporal: impresso, sinal elétrico, onda sonora, etc.” (LE COADIC, 1994)

O conceito de informação é abordado como um processo de produção de sentido, que envolve intenção, comunicação, contexto e concepção do mundo. Considerando o museu como instituição que tem a intenção de transmitir uma mensagem que reflete seu sistema de valores e códigos com o objetivo de produzir um efeito modificador no receptor, apresentamos dois conceitos de informação que na verdade conversam entre si, na Ciência da Informação.

“Informação (humana e social) é o conjunto estruturado de representações codificadas (símbolos, significantes) socialmente contextualizadas e passíveis de serem registradas num suporte material (papel, filme, disco magnético, óptico, etc) e/ou comunicadas em tempos e espaços diferentes”.(SILVA, 1998)

A informação existe em qualquer sistema que tenha organização, e esta pode ser estrutural e cinética. A estrutural é a física, um livro, um objeto, um documento, um átomo. A cinética é transmitida, processada, ao se ler um livro, na observação de um objeto. Esta é uma visão considerada mais global para o entendimento da informação, em que se mesclam questões de dados, conhecimento, forças e influências, como afirma MOLINA (1994).

O enfoque no estudo da informação passa a ser do ponto de vista cognitivo; há uma ligação forte entre a informação e a comunicação (emissor e receptor); o processo de informação passa a ser percebido simbolicamente e mediado por um sistema de categorias ou conceitos.

O sistema de comunicação tem o papel fundamental de dar um significado à informação que se torna uma etapa do processo da comunicação que é composto de dois sistemas, o emissor, propósito, linguagem e meio, e o receptor, predisposição, e conhecimento. A informação se altera quando ocorre o recebimento da mensagem, pois através da sua absorção pela mente, ela deve produzir o conhecimento.

O conceito de informação ainda é complexo e muito difícil, podendo ser um processo de comunicação. Como aquele que comunica, e as formas de comunicação são as mais diversas com o desenvolvimento das tecnologias, e se pode conduzir a informação como processo, ato de informar. Informação como conhecimento é o processo informativo, a redução da incerteza, e a informação como coisa é a expressa em objetos, documentos, dados que podem gerar conhecimento e comunicação; Marteleto (1994), formulou o seguinte conceito:

“A informação é ela também uma prática, num contexto sócio-cultural de produção de discursos, representações e valores que informam cada existência, fornecendo a cada sujeito um modelo de competência (cognitiva, discursiva, comunicacional) para dirigir suas vidas, para se relacionar com os outros, com a sociedade.”  
(MARTELETO, 1994)

Antes o estudo das necessidades e o uso da informação centrado no intermediário e na instituição eram transferidos para um enfoque ainda mais subjetivo, o USUÁRIO. Uma das teorias mais significativas da informação é a teoria do sense making da teórica da comunicação, a americana Brenda DERVIN (apud MOLINA,1994), que

“define essa atividade tanto como um comportamento interno (i.é., cognitivo), como externo (i.é., atitudes, reações face ao meio social) que permite ao indivíduo construir e projetar seus movimentos, suas ações através do tempo e espaço. A busca e uso de informação, portanto, é central para tal atividade.” (DERVIN, 1983)

Esta teoria não tem o objetivo dar um conceito para informação, mas sim um novo modelo de busca da informação; para a autora da teoria, a informação não é objetiva e externa, mas ela é construída pelo seu usuário, e a informação também se modifica à medida que o mundo se modifica, e nos modifica de forma individual.

## 5. A MUSEOLOGIA E SUA RELAÇÃO COM A CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

Nas áreas de conhecimento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq tanto a Museologia quanto a Ciência da Informação estão inseridas na área da Ciência Social Aplicada, isto em parte já determina a relação entre as duas disciplinas. E, pensar a Museologia e sua relação com a Ciência da Informação é entender que ambas possam traçar os mesmos caminhos na produção da informação e conseqüente produção do conhecimento. A graduação de Museologia da UNIRIO já estabeleceu esta relação entre a Museologia e a Ciência da Informação, como podemos observar na sua grade curricular.

- Introdução à Ciência da Informação (obrigatória)
- Representação e Análise da Informação (obrigatória)
- Tecnologias da Informação em Centros Documentais e Culturais I, II, III e IV (optativas)
- Produção de Base de Dados e Recuperação da Informação (optativa)

Estes dados são esclarecedores e determinantes para que afirmemos que a Museologia e a Ciência da Informação na sociedade atual devem estabelecer laços mais profundos e profícuos para ambas, e com esta conceituação pretendemos fazer uma nova leitura dos museus, que se coaduna com uma proposta dos teóricos da NOVA MUSEOLOGIA. Estes conceitos como já discutiremos na primeira parte desta dissertação, vão provocar mudanças de paradigmas do entendimento da instituição museu.

Buscamos entender a pluralidade e convergência das duas áreas de conhecimento, a Museologia e a Ciência da Informação nos museus, enquanto espaços plurais e privilegiados de preservação e demonstração de objetos, que podem ir além nas suas atividades, estabelecendo as seguintes expectativas, defendidas por NOGUEIRA (2003): “mostrar para conhecer, conhecer para entender, entender para gostar e gostar para preservar.”

Fizemos uso da relação que SMIT (1999) apresenta sobre as atividades dos arquivos, bibliotecas e museus, que com a realização do INTEGRAR – 1º Congresso Internacional de Arquivos, Bibliotecas, Centros de Documentação e Museus, realizado em São Paulo, no ano de 2002, se apresenta como um marco para a discussão das áreas envolvidas.

Segundo SMIT (1999) a informação e sua utilização estão distribuídas em três grandes grupos de atividades:

- **Gestão da Memória**

Selecionar, Coletar e Avaliar os documentos/objetos e o armazenamento da informação.

- **Produção da Informação Documentária**

Representação da informação armazenada e conseqüente produção da informação documentária (base de dados, catálogos, resumos, guias, etc.)

- **Mediação da Informação**

Comunicação de informações objetivando uma transferência efetiva da informação em função das necessidades de informação dos usuários.

O nosso enfoque é a leitura informacional dos museus históricos em contextos comunitários no nível da MEDIAÇÃO DA INFORMAÇÃO, entendida como a comunicação museológica, através da sua exposição, enquanto modo de o museu “conversar” com o seu público. Entretanto, não descartamos os outros grupos de atividades, devido ao entendimento de que eles se relacionam e se complementam a todo o tempo, na tentativa de abranger a questão informacional de uma maneira holística.

“As categorias do pensamento humano nunca são fixadas de forma definitiva; elas se fazem, desfazem e refazem incessantemente: mudam com o lugar e com o tempo”. (DURKHEIM apud BURKE, 2003).

O nosso diferencial é o foco da questão informacional e a produção de conhecimento nos museus históricos em ambientes comunitários, onde a sua função social pode e deve ser potencializada pela vantagem da proximidade com o sujeito. Transformar estes espaços informacionais em espaços de troca dinâmica, de saberes e fazeres em que estes realmente possam ser desenvolvidos e fortalecidos, a partir do entendimento, da necessidade, da informação e sua produção de conhecimento junto às comunidades em questão; este talvez possa ser um caminho de fortalecimento institucional a partir do seu reconhecimento pela sua inserção social, entendendo o museu como território de discussão dos movimentos sociais e manifestações populares.

Um dos teóricos da museologia o iugoslavo MARAOEVIC (1995) formaliza o conceito de informação associado ao museu. O autor considera que, “a museologia lida com o estudo sistemático dos processos de emissão de informação, contida na estrutura material da museália”. O museólogo apresenta um modelo teórico para configurar o objeto museal em três níveis. O primeiro nível é o “objeto como documento” é o portador da informação através dos dados nele contidos. O segundo nível é o “objeto como mensagem”, veículo do processo comunicativo (sujeito x objeto). O terceiro nível é o “objeto como informação”, ou seja, significado da mensagem para o receptor. Este modelo teórico detalhamos no próximo capítulo.

Enquanto, o museólogo holandês MENSCH (1990) afirma que o objeto é um “condutor de informações”, e para a Museologia, a informação não pode ser separada de seu suporte físico e semântico. Na verdade o museólogo quer chamar a atenção para o fato de que os museus são instituições de conservação e de que o objeto museológico por si só não transmite uma informação; ele precisa ser interpretado, representado.

No decorrer desta pesquisa, na leitura de teóricos da Museologia, História, Ciência da Informação fica cada vez mais claro que a falha comunicacional dos Museus está centrada no medo do enfrentamento com o objeto, como documento. O museu, ao não se reconhecer como um espaço informacional, tem gerado a falta da organização de um sistema de recuperação da informação, sua difusão, e contínua avaliação e atualização.

Os problemas de classificação nos museus sempre foram graves, pois não possuem a tradição das bibliotecas e arquivos. É nos séculos XVI, XVII e XVIII que crescem os “gabinetes de curiosidades”, que como afirma BURKE (2003), seriam a expansão da curiosidade, como uma tentativa de administrar uma “crise do conhecimento”, relativa à ampliação do descobrimento dos vários tipos de objetos, e á dificuldade crescente de categorizá-los.

A museóloga Ana Lúcia Siaines de CASTRO (1999), com propriedade, discorre sobre a questão da conjuntura informacional do museu, e aborda a questão nos seguintes tópicos: o universo do objeto museal como agente de informação e construtor de significado, e o espaço museológico enquanto narrador autorizado e referência cultural.

No capítulo 6 apresentamos a informação e comunicação museológica produzindo sentido. A informação museológica tendo o objeto como documento como mensagem, como informação, e nela a percepção dos paradigmas atuais da Ciência da Informação, e os modelos de processo da comunicação no contexto da exposição museológica.

O distanciamento da museologia brasileira quanto aos avanços metodológicos e tecnológicos relacionados à informação e sua recuperação acarreta a falta de um sistema de recuperação e difusão da informação, pois com certeza o museu não se entende como um prestador de serviço para a sociedade, e isto provoca a restrição e a imposição de um filtro institucional, o que demonstra como a comunicação museológica se estrutura de forma a reforçar a sacralização, o que representa um obstáculo e conseqüente distanciamento social.

Esta consideração encontra eco na fala da museóloga e cientista da informação Helena FERREZ (1994), a respeito dos acervos museológicos, quando cita ORNA & PETTITT.

“Na média dos museus, a documentação, por si, não é prioritária, provavelmente porque é invisível. A documentação é produto de várias pessoas: registradores, curadores, conservadores, etc. Por isso, ela varia de acordo com os interesses profissionais, assim como com os pontos de vista pessoais dos indivíduos envolvidos. O resultado é que a documentação dos acervos é, geralmente, muito desigual e raramente integrada num sistema completo”.

A nossa experiência com o problema da documentação museológica e a implantação de sistemas de recuperação em 20 (vinte) anos de atividades, na área nos museus do IPHAN, em Minas Gerais, comprovam esta terrível realidade. Esses museus ainda se encontram com um atraso metodológico e tecnológico de pelo menos 30 (trinta) anos, por total falta de investimento de recursos humanos e financeiros.

Esta parece uma situação irreal, quando se entende o museu como uma unidade de informação, mas como bem afirma FERREZ (1994), uma profissional que na área de museus e se dedica a essa questão por anos a fio, no Brasil.

“O Brasil não foge a esse quadro e esta talvez seja a razão pela qual tudo o que foi dito anteriormente, apesar de parecer óbvio, não é. A prática da maioria de nossos museus ainda está longe de assegurar que seus acervos e respectivas informações sejam bem documentados e facilmente recuperáveis”.

A atual formação do profissional passa cada vez mais longe desta disciplina, havendo um foco maior na área museológica, para o Museu produto mercadológico, e o afastamento da pesquisa, que se torna irrelevante, na ânsia de o museu se tornar uma “celebridade instantânea”, através da tão famosa e debatida questão da visibilidade exigida pelo poder econômico, em grandes eventos, mega exposições, publicações de alto nível visual, mas de conteúdo superficial e/ou duvidoso.

## 6. A INFORMAÇÃO E A COMUNICAÇÃO MUSEOLÓGICA

“Tomando como ponto de partida a fonte de informação museológica, o objeto museal, a informação museológica configura-se enquanto a partir da construção do objeto museal. Como construção simbólica, porém material, a informação não pode ser separada de seu suporte físico e semântico”.(CASTRO, 1995)

A informação museológica, com certeza, é um campo teórico de interesse da Ciência da Informação. Neste capítulo pretendemos discorrer sobre o assunto, enfocando o objeto museológico como agente de informação e condutor de significado, tendo como seu principal vetor a exposição, espaço museológico representante de um discurso autorizado e referência cultural.

A Ciência da Informação, ao ampliar os seus conceitos e suas análises, tende a ampliar o universo do objeto de estudo, e assim, insere-se a questão da informação museológica. Desta maneira, a museologia e suas práticas tendem a convergir para os princípios da Ciência da Informação, sendo que esta, teoricamente, procura, a cada dia, potencializar a compreensão das propriedades, comportamento e circulação da informação. Segundo GONZALEZ DE GÓMEZ (1994), a museologia comporia junto a Ciência da Informação “um conjunto de formações de conhecimento”, entende-se que cada área buscaria focos temáticos ou grandes tópicos e os resultados destes promoveriam a iluminação de suas práticas e problemas, servindo de eixo para o trabalho museológico.

Como o conceito “OB + JETO” é tudo o que existe fora do homem, aqui visto como um ser inacabado, em processo, a idéia de que o objeto museológico não é um fim em si, mas o meio de dizer qualquer coisa, de significar, não é acabada, como afirma o museólogo MAROECEVIC (1995), e o apresenta em três acepções:

- **Objeto como documento**

O Objeto como documento se caracteriza pelo soma de dados nele contido, é portador de informação. A partir da afirmação do museólogo Ivo MAROECEVIC (1995), fica clara a necessidade da estrutura informativa do objeto quanto às categorias de informação a serem identificadas nos próprios objetos ou em outras

fontes, segundo MENSCH (1990). Na atualidade a Museologia tem se detido nesta metodologia, mas para isto é necessário o domínio dos conhecimentos teórico e aplicativo, o que normalmente não é possível, já que os museus continuam sendo implantados no país, sem os critérios dentro dos princípios museológicos.

- **Objeto como mensagem**

Objeto como mensagem se torna um veículo do processo comunicacional, promovendo a interação entre sujeito e objeto, e pode ser portador de diferentes mensagens. Na segunda afirmação do museólogo MARAOEVIC (1995) vincula-se o significado da mensagem ao receptor. Pensamos o museu enquanto agente comunicador e emissor de informação, a partir do enfoque de alguns teóricos que formulam o conceito de museu e o objeto da museologia neste sentido. DESVALLÉES (1992) enfatiza, na sua concepção de museu, a comunicação com o público.

- **Objeto como informação**

O objeto como informação está vinculado ao significado da mensagem para o receptor, à produção de conhecimento, conforme a terceira afirmação do museólogo iugoslavo MARAOEVIC (1995), e aí se entende que o objeto ao perder sua funcionalidade original se converte em signo comunicacional e informacional, e a ele se inferem as leis e bases da Teoria da Comunicação, ou seja: a emissão de mensagem por parte de um emissor e a recepção desta mensagem por parte de um receptor, estruturados ambos no objeto, cujo canal, neste caso, é a exposição.

Na Ciência da Informação CAPURRO (2003) define três paradigmas: físico, cognitivo e social, um paradigma não anula a existência do outro, eles estão presentes e interagem continuamente. Podemos observar a correlação destes paradigmas, interpretados pelos teóricos da museologia, tais como MENSCH e MARAOEVIC, e estes se inserem nas questões informacionais e comunicacionais do museu.

## **6.1 Na informação museológica os paradigmas da Ciência da Informação**

Um sistema de recuperação da informação possui uma complexidade na sua arquitetura, os sistemas de documentação museológica têm a mesma equivalência, e os seus profissionais necessitam superar vários desafios, tais como: a complexidade na estrutura informativa dos objetos, no contexto museológico e a equipe de especialistas necessária. O museu, como espaço comunicacional e emissor de informação, deve se constituir como um fato científico, e fugir da contemplação estática e da alienação conceitual, como afirma (CASTRO, 1999).

O museólogo tem o papel de intermediário entre o sujeito e o acervo para que a informação produza sentido tendo como tarefas básicas: armazenar informações sobre objetos, individualmente; completar estas informações através da literatura e de outras fontes documentais existentes, e de registro fotográfico; e torná-las acessíveis aos usuários (sujeitos), museólogos/curadores, pesquisadores internos e externos, administradores e público em geral.

Infelizmente observamos que a questão administrativa quanto ao controle do acervo ainda é o motivo principal para a valorização da documentação, e a preocupação maior. O papel social do museu ainda não é devidamente importante na questão do desenvolvimento da informação museológica, ou seja, do museu como uma unidade de informação prestadora de serviços à comunidade. O objeto ainda tem sido tratado como algo a compor um cenário, ele não é a principal razão da existência do museu, ele não é o objeto de trabalho do museu, e assim persiste o distanciamento em relação à questão social.

Depois de anos a fio, ainda se mantém uma documentação museológica pobremente processada e caótica nos museus brasileiros; entretanto nas exigências para um maior controle do acervo, depois de perdas irreparáveis, e na necessidade de profissionalizar a área com documentos legais quanto à questão de aquisição, tais como: compra, doação, permuta, bem como do empréstimo do acervo, se percebe-se a tendência de se modificar este quadro nos próximos anos, mas, com certeza, é imprescindível a qualificação do corpo técnico para a realização desta atividade.

“Há, entretanto, uma preocupação crescente com o caos documental. A existência de museus cheios de objetos pobremente documentados; as exigências administrativas de maior controle no que dizem respeito aos documentos legais de aquisição e empréstimo de acervo; o surgimento, em muitos museus, do departamento de registro e da figura do registrador; as recentes mudanças na orientação da Museologia/Museografia, tradicionalmente centradas nas propriedades físicas dos objetos, no sentido de preservar também as informações referentes ao contexto dos mesmos; e uma maior consciência do papel social dos museus, são alguns dos fatores que têm levado a se repensar o papel da documentação e dar-lhe a devida importância”. (ORNA E PETTITT apud FERREZ, 1994)

O processo de comunicação no contexto do museu deve ser indagado pela efetiva troca que relaciona sujeito e objeto, e assim estabelecer a função social do museu, como afirma CAMERON (1992), transformar o “museu-templo em museu-forum”. No conceito de museu-forum, as chances de interação ativas entre sujeito, objeto e museu possibilitam a comunicação e assim a informação produzirá sentido, convertendo a História em instrumento reflexivo, a Arte em estímulo sensitivo e a Ciência em inquietação dos sentidos. Nestes aspectos é que acontece a identidade com caráter orgânico ou sistemático de permanência, de resistência e de continuidade, impondo suas marcas, seus registros na memória coletiva. A memória não somente como passado, mas registro do presente e possibilidade do futuro.

A documentação museológica nada mais é do que um sistema de recuperação de informação, este definido pelo matemático americano Calvin MOOERS apud SARACEVIC (1996). O termo comum na Ciência da Informação, desde a década de 50, sendo esta capaz de transformar o acervo museológico em fontes de informações, de pesquisa científica ou em instrumentos de transmissão de conhecimento.

“Recuperação de informação é o nome do processo ou método onde um possível usuário de informação pode converter a sua necessidade de informação numa lista real de citações de documentos armazenados que contenham informações úteis a ele. . . recuperação de informação abarca os aspectos intelectuais da descrição da informação e a sua especificação para busca, assim como também quaisquer sistemas, técnicas ou máquinas que sejam empregadas para efetuar a operação“

Os objetos produzidos pelo homem e/ou aqueles retirados da natureza são portadores de informações intrínsecas e extrínsecas, FERREZ (1994), ou diretas e indiretas MENSCH (1990), e na Ciência da Informação: objetiva e subjetiva SETZER (2001).

As informações intrínsecas são aquelas deduzidas do próprio objeto partir da análise de suas propriedades físicas. As informações extrínsecas são obtidas de outras fontes, que não o objeto. As informações diretas são aquelas lidas diretamente no objeto. As informações indiretas as que se referem ao contexto como fonte, e à documentação, como estrutura de registro destas informações.

## **6.2 A estrutura informacional dos objetos no contexto museológico**

Comparando o material de trabalho de museus e de bibliotecas, constata-se que de um livro ou de um artigo de periódico, enquanto objetos bibliográficos, basicamente identificam-se suas informações intrínsecas, quais sejam, autor, título e assunto. Ao contrário, no que tange aos objetos museológicos, dados referentes a material, técnica, local, data de produção, dimensões, uso, função, significado, estado de conservação, etc. são igualmente fundamentais. Os sistemas de documentação museológica têm, portanto, que identificar e manipular um maior número de categorias de informação.

Além disso, a entrada de dados no sistema não se esgota com o término do processo de registro e catalogação do objeto recém-adquirido. Ao entrar para o contexto museológico, como já vimos, o objeto continua a ter sua vida documentada. Ele muda de lugar, participa de exposições, é restaurado, é referenciado em novas obras bibliográficas, etc., exigindo que o sistema seja permanentemente atualizado ou até mesmo retificado, na medida em que novos dados se tornam disponíveis.

O historiador Ulpiano Bezerra MENESES (1994) considera que o objeto/documento não carrega em si a informação, não tem identidade própria, ele depende de uma metodologia científica para proceder este resgate; considera que o conhecimento é que cria o sistema documental, é o profissional da área que fará o objeto/ documento falar, ou seja, é retórica, mas faz-se necessária a pesquisa.

No museu ao perder seu sentido usual e apreender um caráter simbólico, acaba sendo natural o culto subjetivo e aurificante do objeto, como afirma CASTRO (1999) a museóloga e cientista da informação que trabalha a questão da informação museológica com todo rigor, a partir da Ciência da Informação. De modo geral, o museu trata o objeto como se ele falasse por si só, como se ele carregasse todo seu significado, não o compreendendo como documento que o conduz a uma inserção. A análise informacional da documentação museológica ainda se limita às suas características físicas, procedências, dimensões, técnica e autoria.

Consideramos que a informação museológica necessita urgentemente da normatização sistemática e análise metodológica para cumprir seu papel de intermediária do sujeito. O procedimento rasteiro quanto ao seu trato provoca a imprecisão e a falta de consistência, acarretando a desordem e a imagem de entulho que normalmente as pessoas têm do museu.

A função básica de preservar, lato senso, engloba as de coletar, adquirir, armazenar, conservar e restaurar aquelas evidências, bem como a de documentá-las. A função de comunicar abrange as exposições, as atividades educativas, as publicações e outras formas de disseminar informação, enquanto que a de pesquisar está presente, em maior ou menor grau, em todas essas atividades.

Como podemos perceber o museu constitui um espaço privilegiado para a produção e reprodução do conhecimento, como denomina BARRETO, (1994) de “estoques de informação”, tendo a cultura material como instrumento de trabalho. Com isto precisamos conhecê-lo em seus bastidores, para procedermos à construção de sua identidade sócio-cultural, sempre levando em consideração uma postura ética no seu trato.

A partir do enfoque das funções do museu fica claro que estes são instituições estreitamente ligadas à informação de que são portadores os objetos e as espécimes de suas coleções. Estes, como veículos de informação, têm na conservação e na documentação, as bases para se transformar em fontes para a pesquisa científica e para a comunicação que, por sua vez, geram e disseminam novas informações.

Neste aspecto podemos ver claramente como a Museologia traz em si as três características gerais que constituem a razão da existência e da evolução da Ciência da Informação, apresentadas por (SARACEVIC, 1996): interdisciplinaridade, tecnologia da informação e participação ativa e deliberada na evolução da sociedade da informação.

Os objetos de museu se tornam documentos, a partir da concepção do teórico belga Paul Otlet, que no início do século XX englobou a biblioteconomia, arquivologia e museologia como grandes áreas documentais, e estas apresentam informações intrínsecas e extrínsecas a serem identificadas, por isto o conceito de documento que adotamos – “aquilo que ensina” (doccere) – surge a partir da relação que se pode manter com o documento/testemunho.

O status de documento alcançado por objetos comuns e anônimos, frutos do trabalho humano e fragmentos materiais do passado que são produtos e reproduções de determinadas sociedades ou grupos sociais é que neles são encontradas marcas específicas da memória, fontes reveladoras da vida de seus produtores e/ou usuários originais, mas para isso é necessário trazê-los para o campo do conhecimento histórico e investi-los de significado, a fim de possibilitar a divulgação e comunicação no campo da informação.

Tendo como pressuposto que objeto é documento e por isso é suporte de informação, verificamos que o museu tem um grande desafio na preservação do objeto e na possibilidade de informação que nele está contida, e que o qualifica como documento; portanto para nós profissionais de museus a preservação não se caracteriza como um fim, e sim como um meio de se estabelecer o processo de comunicação, como afirma o museólogo e filósofo CHAGAS (1996):

“é pela comunicação homem/bem cultural preservado que a condição de documento emerge (...). Em contrapartida, o processo de investigação amplia as possibilidades de comunicação do bem cultural e dá sentido à preservação (...). A pesquisa é a garantia da possibilidade de uma visão crítica sobre a área da documentação, envolvendo a relação homem – documento – espaço, o patrimônio cultural, a memória, a preservação e a comunicação.”

Neste momento podemos dizer que é imprescindível aos museus a criação de métodos e mecanismos que permitam o levantamento e o acesso às informações das quais objetos/documentos são suportes, com isso estabelecendo a intermediação institucionalizada entre o indivíduo e o acervo preservado.

Processar informações a partir dos dados existentes é da área comum dos profissionais da chamada Ciência da Informação, e nestes dados, com certeza estão inseridos os arquivos, bibliotecas, centros de documentação e museus todos responsáveis pela recuperação da informação, seja ela em favor da divulgação científica, cultural e social, bem como do testemunho jurídico e histórico. O objeto museológico carrega dois tipos básicos de informação: semântica e estética.

Os sistemas de documentação museológica ou, como a ciência da informação denomina “sistema de recuperação da informação”, em linhas gerais se definem em:

### **Objetivos**

- conservar os itens da coleção
- maximizar o acesso aos itens
- maximizar o uso da informação contido nos itens

### **Função**

- estabelecer contato efetivo entre as fontes de informação (itens) e os usuários, isto é, fazer com que estes, através da informação relevante, transformem suas estruturas cognitivas ou os conjuntos de conhecimento acumulado.

### **Componentes**

- entradas: seleção, aquisição
- organização e controle: registro número de identificação/marcação armazenagem/localização, classificação/catalogação e indexação
- saídas: recuperação e disseminação

Cabe ao museólogo trabalhar no sistema, armazenando as informações individuais sobre os objetos, ampliando os conteúdos documentais textuais e iconográficos e disponibilizar a base de dados para consultas internas e externas. O museólogo exerce o papel de intermediário entre o homem/sujeito e o objeto/bem cultural, tornando-se o agente capaz de explorar as potencialidades e estabelecer as necessidades do acervo, o domínio sobre a informação seja ela manual ou informatizada gera as seguintes tarefas no seu cotidiano:

- Armazenar informações sobre os objetos, individualmente.
- Completar estas informações através da literatura e de outras fontes documentais existentes, e de registro fotográfico.
- Tornar acessível ao homem/sujeito: museólogos/curadores, pesquisadores internos e externos, administradores e públicos em geral.

A nosso ver, entretanto, além da complexidade natural de todo e qualquer sistema de informação, os sistemas de documentação museológica apresentam aos museus brasileiros e respectivas equipes, geralmente diminutas, alguns desafios, como se verá a seguir.

Teórico da museologia, o holandês Peter van MENSCH é o pioneiro a tratar de forma sistemática a questão da estrutura informativa do objeto museológico com sua proposta para a documentação museológica:

A informação museológica em três etapas a serem processadas, assim definidas por MENSCH (1987) líder do Movimento Internacional da Nova Museologia é o que passamos a descrever.

### **1ª ETAPA: Propriedades físicas dos objetos (descrição física)**

- a) Composição material
- b) Construção técnica
- c) Morfologia, subdividida em:

- Forma espacial, dimensões
- Estrutura da superfície

- Cor
- Padrões de cor, imagens
- Texto, se existente

## **2ª ETAPA: Função e significado (interpretação)**

### a) Significado principal

- significado da função
- significado expressivo (valor emocional)

### b) Significado secundário

- significado simbólico
- significado metafísico

## **3ª ETAPA: História**

### a) Gênese

- processo de criação no qual idéia e matéria-prima se transformem num objeto

### b) Uso

- uso inicial, geralmente de acordo com as intenções do criador/fabricante
- reutilização

### c) deterioração, ou marcas do tempo

- fatores endógenos
- fatores exógenos

### d) conservação, restauração

No ano de 1987, ao reinterpretar a proposta acima, as museólogas brasileiras Helena FERREZ e a Maria Helena BIANCHINI, publicaram o Thesaurus para Acervos Museológicos, pelo SPHAN/PROMEMÓRIA, o que, com certeza, é um marco para área museológica na questão da recuperação da informação. Além disso, passa a recuperar o objeto pela sua função, com a clara intenção de valorizar os temas a serem pesquisados, em detrimento da catalogação tradicional, que priorizava o conceito de coleção.

## 6.2.1 Um Eficiente Sistema de Documentação Museológica

Analisadas a complexidade e a riqueza informativa dos objetos museológicos e os desafios que impõem às equipes encarregadas de sua documentação, gostaríamos de destacar alguns pré-requisitos indispensáveis ao seu bom desempenho.

Em primeiro lugar, a noção clara de que documentação, mais do que um conjunto de informações sobre cada item da coleção é um sistema composto de partes inter-relacionadas que formam um todo coerente, unitário, que intermedia fontes de informação e usuários e se estrutura em função do objetivo de atender as necessidades de informação de sua clientela; em segundo lugar, enquanto sistema de recuperação de informação, demanda a seguinte série de requisitos:

- **Clareza e exatidão dos dados**

As informações sobre os objetos devem ser claras e exatas, bem como as mais completas possíveis.

- **Definição dos campos de informação que irão compor a base de dados do sistema**

O sistema não só deve abrigar um número ilimitado de campos de informação, mas também precisa defini-los de acordo com a estrutura informativa dos objetos e com as necessidades de informação de seus usuários.

- **Normas e procedimentos**

Regras e rotinas bem definidas são a garantia do fácil acesso e manutenção do sistema e devem estar consolidadas em manuais de serviço.

- **Controle de terminologia**

O controle da terminologia, na medida em que assegura sua consistência, impede que informações relevantes sejam perdidas porque vários termos foram usados para designar uma mesma coisa. Ela se dá através de vocabulários controlados que variam desde simples listas autorizadas de termos até instrumentos mais sofisticados como o "thesaurus".

- **Catálogos**

O catálogo geral dos museus, como instrumento de pesquisa, assim como outros, contendo as fichas catalográficas de cada um dos itens da coleção, ordenados, normalmente, pelo seu número de identificação, embora armazene os dados sobre eles existentes, é de pouco valor para a recuperação da informação, na medida em que só pode ser "acessado" quando se conhece o número do item. Deve, portanto, estar associado a outros catálogos que possibilitem o rápido acesso às informações contidas nos outros campos (de autor, de doador, de material, de técnica, de local de produção, etc.). Devemos lembrar ainda que a maior parte dos museus brasileiros não possuem acesso à informática.

- **Numeração dos objetos**

O número é a ponte entre o objeto e a sua documentação. A numeração, portanto, deve ser o mais simples possível e sua legibilidade nos objetos deve ser checada periodicamente.

- **Segurança da documentação**

Na manutenção do sistema deve estar prevista a segurança da documentação. A destruição das informações, sobretudo as de natureza extrínseca, quaisquer que sejam as causas, pode significar a perda definitiva e irreparável da história dos objetos.

## 6.2.2 A necessidade do especialista em informação museológica

A identificação das informações intrínsecas dos objetos museológicos requer o trabalho de especialistas. Ao contrário, mais uma vez, dos documentos bibliográficos e de alguns iconográficos, a maioria dos demais objetos criados pelo homem não detém em si, de modo geral, nenhuma informação legível. Não possuem, por exemplo, uma folha de rosto ou uma legenda para orientar os museólogos.

Por conseguinte, a descrição física deles impõe conhecimento *a priori* e a pesquisa em fontes bibliográficas e documentais com as quais a equipe deve estar familiarizada, até mesmo para decodificar marcas e algumas assinaturas pouco legíveis em certos objetos, que funcionam apenas como pistas.

Podemos acrescentar a estas dificuldades a grande variedade de tipos de acervo existentes nos museus de história, em cujos universos são encontrados desde botões, alfinetes, paramentos religiosos, chapéus, armas, carruagens, pinturas, formas de queijo, etc.

É preciso, ainda, identificar as informações extrínsecas que, muitas vezes, são mais importantes que as intrínsecas, na medida em que contextualizam os objetos e reconstituem sua história e, por conseguinte, são a razão de sua presença no museu.

Ora, se a documentação não der conta dessas informações, os museus, correm o risco de ser repositórios de objetos sem passado, que só poderão ser analisados e interpretados por suas propriedades físicas, limitando o trabalho da Museologia, ou da Museografia.

O levantamento das informações extrínsecas, portanto, demanda dos museólogos, além de conhecimentos *a priori* e muita pesquisa, um sistema de documentação capaz de garantir que certos dados sejam obtidos antes mesmo da entrada do objeto no museu, ou tão logo seja adquirido, se não se quer correr o risco de perdê-lo para sempre. São, sobretudo, aquelas informações associadas aos proprietários dos objetos, ao uso que dos mesmos fizeram ou aos lugares ou eventos de que participaram.

### 6.2.3 Técnicas de armazenamento e recuperação da informação

Finalmente, um sistema eficiente de documentação impõe, cada vez mais, a presença de uma equipe conhecedora dos problemas de informação, sobretudo no que diz respeito à sua armazenagem e recuperação, sejam estas de forma manual ou automatizada. E, talvez mais do que isso, consciente da necessidade de se alcançar um sistema transparente, isto é, um sistema em que qualquer membro da equipe do museu e demais usuários (pesquisadores e público em geral) possam facilmente "acessar" para obter as informações que desejam, sem precisar passar pelos meandros de sistemas criados para uso exclusivo de um pequeno grupo e até mesmo de uma única pessoa. Deve-se ter claro, enfim, que a documentação não é um objetivo em si mesma, mas um instrumento essencial para todas as atividades do museu, inclusive as administrativas.

A informação museológica entendida como produção de conhecimento e redução de incerteza deve ser realizada de forma a estabelecer critérios bem definidos e racionais, para que a mesma resulte em "estoques de informação", como denomina BARRETO (1994), e por este complementado "um instrumento modificador da consciência do homem e seu grupo".

Entretanto, para que isto ocorra é necessário que ocorra o processo de transferência da informação, porque por si só toda a informação selecionada, armazenada e organizada é estática e não produz conhecimento, assim tomamos as palavras de BARRETO (1994)

"as estruturas significantes armazenadas em bases de dados, bibliotecas, arquivos ou museus possuem a competência para produzir conhecimento, mas que só se efetiva a partir de uma ação de comunicação mutuamente consentida entre a fonte (os estoques) e o receptor."

A comunicação museológica nos últimos tempos tem tido um tratamento diferenciado no espaço do museu e sabemos que esta pressupõe a mediação do objeto museológico que ao perder seu caráter funcional se transforma em signo comunicacional e informacional.

### 6.3 O processo da comunicação museológica

A comunicação museológica se realiza de várias formas e aqui consideramos dois eixos de extrema importância para a museologia: a documentação museológica e a exposição. A documentação de acervos museológicos é o conjunto de informações sobre cada um dos seus itens e, por conseguinte, a representação destes por meio da palavra e da imagem. Quanto à exposição, esta mídia museológica é responsável pela interface entre o museu e a sociedade, além da grande possibilidade da efetivação do compromisso social dessa instituição. Um museu só contempla o seu papel preservacionista na medida em que comunica, expondo o patrimônio cultural e/ou natural, do qual é responsável, à sociedade.

No caso dos museus a comunicação se processa tendo como base a memória, em que ocorre a retro alimentação. Quando o sujeito tenta memorizar e relembrar, é acionado um processo de comunicação que se caracteriza pela transmissão e recuperação da informação, mas, para que isto aconteça, é necessário que exista uma linguagem, que não seja necessariamente a linguagem verbal, sendo através dela que o pensamento se organiza. Esta linguagem se faz pela percepção dos sentidos. O objeto museológico se caracteriza como suporte da memória e deve ser ampliado o seu uso no contexto do museu. São símbolos e signos carregados de vários significados, tais como: uma ação, um processo, uma crença, uma idéia são representação de contextos da evolução e criação.

No entanto, se o museu é um espaço informacional, e tem como um importante objetivo, a comunicação entre o sujeito e a sociedade, qual a linguagem específica para que realmente este processo ocorra? Quais os códigos que são utilizados e como serão decodificados? Percebemos que se não houver uma estrutura lógica e coerente estaremos longe de estabelecer um diálogo em qualquer atividade a que o museu se propuser, além da questão museográfica<sup>7</sup>; os objetos museológicos são repletos de significados, mas só quando forem expostos e explorados é que ocorrerá o processo da comunicação.

---

<sup>7</sup>Exposição museológica em todos os seus aspectos, como: layout, iluminação, segurança, etc.

Os museus, quanto ao estudo da cultura material e sua interpretação, têm tido várias abordagens no decorrer dos tempos, e estas convivem, de acordo com o enfoque dado pela instituição museológica. Estes enfoques podem ser caracterizados da seguinte maneira: **Enfoque histórico ou Enfoque histórico – artístico e Enfoque sociológico e histórico cultural ou sócio histórico.**

O enfoque histórico ou histórico-artístico é o mais tradicional, mas ainda persiste na maioria dos museus brasileiros, quanto ao enfoque sociológico e histórico cultural, ou sócio histórico, uma tendência na área museológica, devido ao desenvolvimento das teorias da psicologia, sociologia, história e comunicação, na abordagem da cultura.

A Semiótica, como campo específico de estudos dos sistemas de sinais não lingüísticos, sua natureza, estrutura e função, com certeza é um instrumento útil na análise de um sistema de comunicação. Considerando os museus meios de comunicação de massa, percebemos que os princípios e recursos da análise semiótica passam a ter uma importância fundamental para a teoria museológica e sua aplicação.

No museu os signos utilizados pela linguagem museológica são o seu acervo coletado, preservado ao longo do tempo que detém o significado para a cultura em geral, e que ao ser apresentado ao público deve transmitir uma informação que produza conhecimento. A comunicação é fator vital para o museu e somente ao desenvolver esta função é que a interatividade com o sujeito e a sociedade acontecerá, e assim ele se tornará um espaço informacional.

O objeto museológico pode estar inserido em contextos dos mais variados, pela sua existência no espaço e tempo. O que podemos ver numa exposição é um determinado momento da sua trajetória histórica, e este momento pode ser: histórico, funcional, material, semântico, e outros.

O objeto, ao perder sua funcionalidade original, se converte em signo comunicacional e informacional, e como já foi dito para ele convergem as leis e bases da Teoria da Comunicação, ou seja: emissão de mensagem por parte de um emissor e a recepção desta mensagem por parte de um receptor, estruturados ambos no objeto cujo canal, neste caso, é a exposição.

Neste trabalho daremos dando enfoque aos processos de comunicação no contexto do museu, que são modelos ainda presentes nas exposições dos museus de todo o mundo, especialmente no Brasil: **CONDUCIONISTA OU CONDUTIVISTA e INTERACIONISTA (1º nível e 2º nível).**

A museóloga e teórica da educação HORTA (1989) discute sobre os modelos dominantes de processos de comunicação no contexto do museu, ainda presentes nas exposições dos museus de todo o mundo, especialmente no Brasil. Ela toma como base o diagrama do lingüista russo Roman JAKOBSON (1963), que apresenta os seguintes fatores constitutivos de todo processo comunicativo (Figura 01)

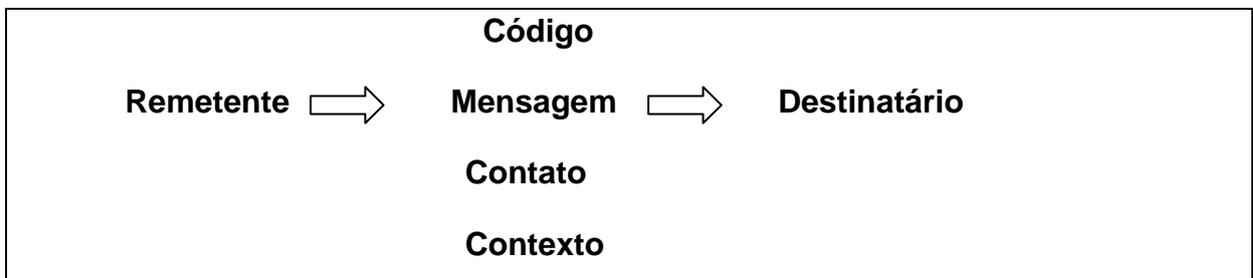


FIGURA1: Processo de comunicação – Diagrama de Jakobson

Fonte: HORTA, Maria de Lourdes. O processo de comunicação em museus. In: Cadernos Museológicos. Nº1. Coletânea de Textos Técnicos. Rio de Janeiro. Secretaria da Presidência da República/IBPC, 1989.

E a cada um destes elementos corresponde uma determinada função, respectivamente (Figura 02)



FIGURA 2: Fatores da comunicação determinam funções da linguagem

Fonte: JAKOBSON, Roman. Lingüística. Poética. Cinema. Coleção Debates, 22. Ed.Perspectiva, 1970.

### 6.3.1 Conducionista ou Conduativista

O primeiro conceito de comunicação em museus, “a mensagem comunicada por um indivíduo ou grupo social para outro indivíduo ou grupo é codificada, segundo os códigos individuais ou grupais, em um objeto, idéia ou processo e mediada através da forma e da estrutura desses signos”, é traduzido pela museóloga e educadora Maria de Lourdes HORTA (1989) que apresenta o seguinte diagrama (Figura 03)



FIGURA 3: Processo de comunicação em museus – modelo conducionista

Fonte: HORTA, Maria de Lourdes. O processo de comunicação em museus. In: Cadernos Museológicos. Nº1. Coletânea de Textos Técnicos. Rio de Janeiro. Secretaria da Presidência da República/IBPC, 1989.

O primeiro nível de comunicação denominado de CONDUCTIONISTA ou CONDUTIVISTA entende o processo da comunicação como a transmissão da mensagem pelo emissor, por um meio, para o receptor. A forma da mensagem não pode ser distorcida, apesar disso, o conteúdo da mensagem continua vulnerável devido à distorção por seus tradutores ou receptores que não dominam o código.

“Evidentemente, ela está sustentada em epistemologia condutista, segundo a qual a iniciativa da atividade comunicativa está toda colocada no lado do emissor, enquanto do lado do receptor a única possibilidade seria a de reagir aos estímulos que lhe envia o emissor.”  
(MARTIN BARBERO, 1995)

Neste nível ocorre uma relação direta do receptor com a mensagem (sujeito/objeto museológico), mas a relação emissor/receptor (sujeito/sujeito) é prejudicada por não acontecer a retroalimentação, o que anula a possibilidade de ajuste, avaliação, ampliação. O emissor acaba por deter o domínio da situação e o

significado da mensagem, enquanto a situação do receptor é de um elemento passivo.

Para SFEZ (1991), este nível de comunicação é denominado Comunicação Representativa em que sujeito e objeto permanecem separados, a mensagem é enviada por um sujeito/emissor a um sujeito/receptor por meio de um canal, o movimento da mensagem é linear. A informação é a relação entre o que pode ser dito e o que é dito, ela tende a ser medida quantitativamente.

“A representação é a única maneira de garantir a realidade do sujeito e a realidade da natureza. A representação assegura a sua coincidência.” (SFEZ, 1991)

Segundo MARTÍN-BARBERO (1995) este nível de comunicação é um modelo mecânico em que não existem verdadeiros atores, nem verdadeiros intercâmbios, ele afirma que neste modelo a comunicação se restringe ao envio de uma informação com significado pronto, fechado de um ponto a outro. O teórico conclui que neste modelo, a recepção, é somente um lugar de chegada e nunca de partida, que somente o emissor é detentor da atividade comunicacional.

“O modelo condutista exigia, como condição de rigor e de verdade, a separação radical entre como se estuda o emissor, a mensagem e o receptor prevendo quais disciplinas estudariam cada uma dessas etapas.” (MARTÍN-BARBERO, 1995)

No enfoque CONDUCIONISTA OU CONDUTIVISTA a comunicação se realiza com a transmissão da mensagem pelo emissor, por um determinado meio, para o receptor. O emissor possui o domínio da situação e o receptor é o elemento passivo. O emissor detém o domínio da situação e o significado da mensagem. A avaliação museológica permite que o emissor ajuste a mensagem e/ou reduza os ruídos de comunicação, permitindo uma melhor situação de recepção.

### 6.3.2 Interacionista

O modelo interacionista propõe o papel do emissor e do receptor no processo de comunicação, ambos passam a interagir. Nos museus os objetos são portadores de mensagens emitidas para o público através dos profissionais de museus.

A comunicação é a inserção de um sujeito complexo num meio ambiente complexo. O sujeito faz parte do meio ambiente e o meio ambiente faz parte do sujeito. A qualidade de atuação nos papéis de emissor e receptor no processo de comunicação é revista. O emissor emite a mensagem ao receptor que a interpreta a partir de sua síntese subjetiva, a partir da singularidade que cada um indivíduo representa. Ambos estruturam e negociam o significado da mensagem, ambos participam ativamente do processo com as suas recepções e pontos de vista. Comunicação aqui é entendida como interação. A avaliação museológica estuda os modos e resultados do encontro da emissão da mensagem. (Fig.04)

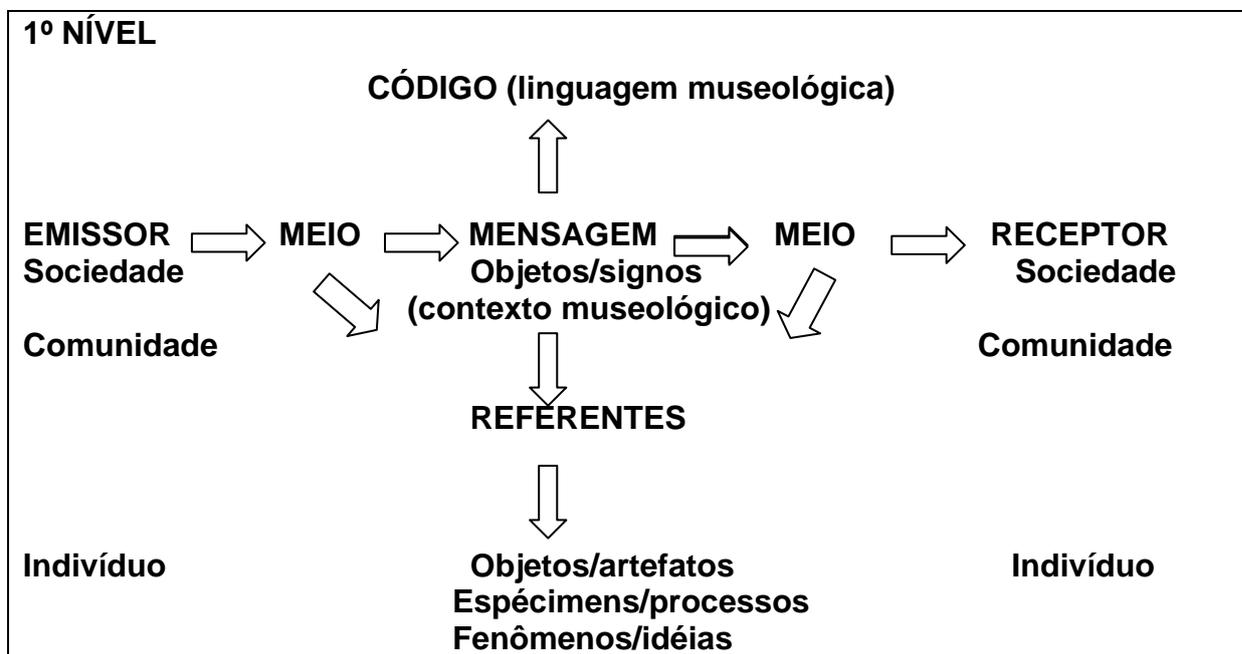


FIGURA 4: Esquema do processo de comunicação em museus – Modelo Interacionista – 1º Nível  
Fonte: HORTA, Maria de Lourdes. O processo de comunicação em museus. In: Cadernos Museológicos. N°1. Coletânea de Textos Técnicos. Rio de Janeiro. Secretaria da Presidência da República/IBPC, 1989.

A INTERACIONISTA OU EXPRESSIVA (SFEZ, 1991) pode acontecer em dois níveis; no 1º nível, o código é a linguagem museológica, através das vitrines, iluminação. Há maior interação do sujeito, mas prevalece a “teatralização da memória” expressão usada por MENEZES (1994). É pouco provável que haja a interpretação por parte do sujeito. A preocupação está na criação de cenários. No 2º nível, o código museológico é especializado, e o espaço das exposições temáticas passa a ter uma preocupação de informar, através de uma crítica de momentos históricos, conscientização ecológica, entre outros. Já não há aqui, envio, por parte de um sujeito emissor, de uma mensagem calculável a um objeto receptor.(Fig.05)

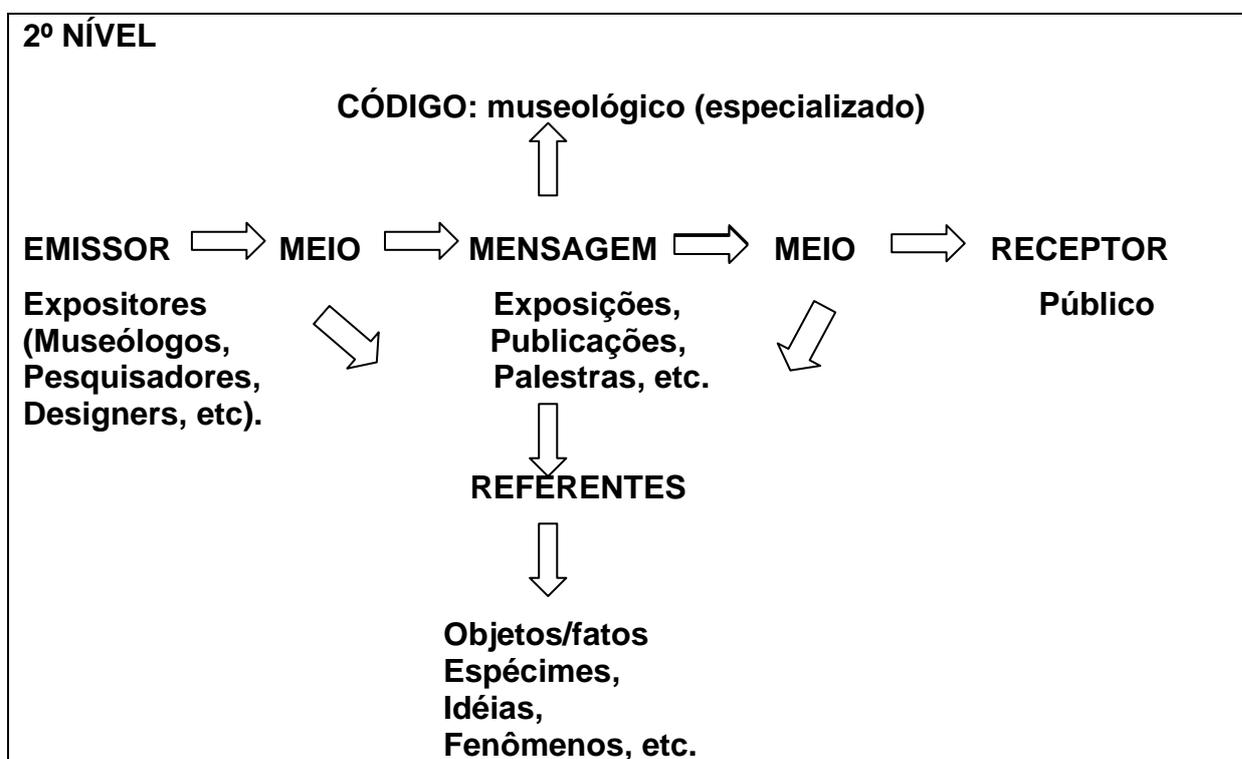


FIGURA 5: Esquema do processo de comunicação em museus – Modelo interacionista – 2º nível  
 Fonte: HORTA, Maria de Lourdes. O processo de comunicação em museus. In: Cadernos Museológicos. N°1. Coletânea de Textos Técnicos. Rio de Janeiro. Secretaria da Presidência da República/IBPC, 1989.

Na Comunicação Interacionista existe a possibilidade de um 3º nível, através da presença da equipe pedagógica do museu, na concepção dos projetos museológicos e museográficos, e aí poderemos ter uma comunicação INTERPRETATIVA, usando a denominação de SFEZ (1991)

“se a interpretação faz parte integrante da comunicação e se, por outro lado, referimos essa interpretação à função simbólica na medida em que ela lê e liga os signos entre si pela mediação de símbolos interpretantes, devemos reconhecer que ela se opõe à confusão tautística<sup>8</sup>.”

Com certeza algumas experiências neste sentido já aconteceram e continuam acontecendo, o que não é comum devido, a falta de pessoal nos museus, o que não é problema só do Brasil.

#### 6.4 A exposição museológica como discurso

“Nada pode ser melhor do que um objeto para os estudos humanísticos... Sua existência implica um autor, um usuário, um vendedor e um comprador, e até muitos deles... toda uma sociedade pode estar encapsulada num simples artefato”. NYE (apud HORTA, 1989).

A exposição representante da etapa final de um processo informacional ,desenvolvida pelas atividades de classificação, representação e pesquisa científica do acervo, é detentora de um potencial argumentativo, estas etapas são definidas pela Nova Museologia e da Ciência da Informação numa abordagem interdisciplinar ao valorizar o processo social do objeto/documento desde a sua produção, seleção, incorporação, organização e transferência informacional.

A museóloga e cientista da informação, Luísa Maria Gomes de Mattos ROCHA (1999) trabalha quatro aspectos da exposição museológica, considerando esta como um produto do discurso museológico: **interpretação, comunicação, verdade e autoria.**

---

<sup>8</sup> A tautologia é um dos vícios de linguagem. Consiste em repetir uma idéia, com palavras diferentes. Sfez usa o termo tautística equivalente a teologia totalitária, que pretende levar ao mundo, todos unidos, o saber, a igualdade (?), a felicidade, (...)

- **A interpretação**

O desvendar de sistemas de signos do universo da cultura e a construção de uma versão ou interpretação do problema, tema ou representação. A exposição teria como objetivo contar uma história que os profissionais de museu entendam e interpretem para apresentar ao público, a partir da linguagem museográfica. O estudo interpretativo implica num esforço na aceitação e estudo da diversidade social e cultural para os museus, mas não podemos nos esquecer de que uma relação de poder pode estar nesta prática cultural.

- **A comunicação**

Estabelece o poder do museu de transferir informação e produzir conhecimento, e conseqüentemente, modelar e/ou modificar opiniões. O processo de comunicação tem um caráter intencional e reflete a política cultural da instituição museológica.

- **A verdade**

É somente uma conjectura possível dentro do atual estado do conhecimento, e esta verdade só existe na mente do sujeito. O objeto museológico, com seu caráter físico se torna uma representação de parte do “real”, do contexto histórico que o originou. As atividades museológicas: seleção, classificação, conservação e pesquisa necessitam de profissionais qualificados que cumprem o papel de mediar a informação através da exposição. A verdade para Ciência da Informação nada mais é do que confiança e credibilidade para que haja efetivamente a comunicação (SARACEVIC, 1975).

- **A autoria**

No meio museológico, é assunto complexo já que tradicionalmente os museólogos têm por formação acadêmica e profissional, o discurso objetivo e o caráter da neutralidade. Por princípio o museu trabalha com o discurso social, uma prática museográfica que espera atingir o cognitivo, a evocação de sentidos.

## 6.5 A comunicação museológica no século XXI

O teórico da museologia brasileira CHAGAS (1999) apresenta na atualidade uma reflexão sobre a comunicação museológica dividida em três partes:

- Linguagem museal.
- Usos e aplicações da tecnologia museus e as novas tecnologias.
- Processo museológico em relação às linguagens e tecnologias.

### 6.5.1 Linguagem Museal

A linguagem museal é entendida como o uso, a seleção, a instituição e a combinação de sinais que possibilitem a comunicação entre os seres humanos. As idéias de instituição, preservação e seleção de sinais de comunicação podem ser entendidas como noção de dicionário e as idéias de combinação, arranjo e arrumação de sinais de comunicação com o campo das estruturas sintáticas.

“Tanto a língua natural quanto os demais sistemas sígnicos são manifestações da Linguagem (...)”. (D’AMARAL apud CHAGAS, 1999)

A supremacia da língua faz calar a linguagem e assim impedir o processo de comunicação, assim, a vida e a condição humana são ameaçadas.

A “linguagem museal” = “comunicação museal”. Comunicação e linguagem são processos. O museu é um campo de manifestação da linguagem ou processo de comunicação, que necessita de certos recursos para ser vivenciado. Linguagem/comunicação: museu um lugar e produto do homem – criado, conservado e transformado por ele; o museu é a manifestação da linguagem.

A instituição museológica cumpre seu papel de espaço de preservação e seleção de bens culturais (elementos sígnicos) constituem o dicionário (inventário, livro de registro, reserva técnica), mas não a linguagem; assim como a combinação, o arranjo e a arrumação dos elementos sígnicos constituem uma estrutura sintática (museografia), mas não constituem a linguagem.

O termo museografia (desenho, grafia ou escrita do museu) é associado à idéia de linguagem. Assim se percebe que não basta o objeto estar exposto para estar em comunicação; não basta estar escrito, de acordo com esta ou aquela regra de sintaxe, para ser linguagem. A linguagem = discurso organizado e em movimento = comunicação. A comunicação/linguagem exige a instituição e o seu conjunto de elementos sígnicos para serem arranjados, de tal maneira, que produza determinado discurso.

Os elementos sígnicos são os objetos herdados, bem como os objetos construídos com objetivo de comunicação dentro dos museus. Dentro desta estrutura também está o espaço, a luz, a sombra, a cor, a ausência da cor, o peso, a altura, o som, o silêncio, o cheiro, a imagem, a forma, as dimensões, a transparência, a singularidade, a repetição, o arranjo, a monumentalidade, a língua falada, a língua escrita, a música, a poesia, o cinema, etc.

“Parece ser cada vez mais evidente que os museus têm vindo a sofrer modificações que se manifestam em vários níveis. Para lá das funções tradicionais da recolha, conservação e exibição de objetos, os museus têm vindo a pretender servir como meios de comunicação, abertos às preocupações do mundo contemporâneo”.  
(MOUTINHO apud CHAGAS, 1999)

A “linguagem museal” é diversa e complexa e inúmeros elementos podem ser empregados no processo de comunicação, e não é necessário que exista uma hierarquia predefinida, e ela não se restringe aos objetos, mas antes se lança mão deles e de outras linguagens, assim como de outros recursos (táteis, visuais, olfativos, gustativos, auditivos, afetivos, cognitivos e intuitivos).

## 6.5.2 Tecnologia

Na tecnologia dos museus percebe-se que existem variáveis de avanço ou atraso, isto depende dos recursos humanos e financeiros, do próprio museu (lugar ou produto) é de um equipamento, de uma tecnologia museológica. Além disso, a tecnologia não tem valor em si; o centro da questão está no uso, nas práticas sociais a ela relacionadas. O museu, a partir da técnica e tecnologia, deriva de outro campo de conhecimento e irá produzir novos conhecimentos, este campo é denominado museologia, uma ferramenta, instrumento ou tecnologia que depende de um saber e de um fazer, e assim o coloca em movimento, que redefina a sua direção e manipulação.

Ao se denominar tecnologia/museu que ocupa espaço e o dramatiza, manipulando o tempo passado, com os objetos museológicos repletos de “valores” artísticos, históricos e científicos, tendo a intenção de se projetar no invisível, na mente e nos corações das gerações futuras (no imaginário), viaja no passado e remete ao futuro, serve a um poder instituído e assim constrói uma memória.

As técnicas arquitetônicas aplicadas aos museus para maior controle e visibilidade dos acervos, do público freqüentador e dos próprios vigilantes, ou seja, visibilidade e controle, e assim Chagas afirma:

“A prerrogativa de tocar, manipular e acariciar (com ou sem luvas) pertence a alguns técnicos que dominam técnicas, a alguns pesquisadores que dominam saberes e alguns chefes que mesmo ignorando saberes e técnicas exercem o poder”.

O caráter político e econômico de alguns argumentos técnicos, como a questão da prática da fotografia no circuito de exposição, que ao alegar a preocupação de conservação do acervo, trata do controle do direito de imagem e da venda de reproduções autorizadas; e assim ele afirma que a obra perde sua força de contestação e o público é impedido de se perceber criador.

No Brasil do século XIX e de mais da metade do século XX, o museu/tecnologia esteve a serviço dos interesses das oligarquias, das elites econômicas e dos grupos empenhados em manter privilégios sociais e padrões de

dominação política e cultural. Assim podemos ver como o museu/tecnologia foi usado para disciplinar, comunicar códigos de comportamento e padrões de civilização, definindo o que deve ser preservado e guardado na memória, dialogar com o estrangeiro, identificar os cultos, valorizar os saberes monumentais e extraordinários.

Na atualidade, as novas tecnologias trazem novos aportes e novas possibilidades; mas o museólogo Mário Chagas considera que “o novo não está nas coisas, mas no uso que fazemos delas, nas práticas sociais e culturais que desenvolvemos”, e “o novo está no conteúdo, na crítica dos conteúdos e nas práticas transformadoras”. É preciso conhecer as novas tecnologias, usá-las como instrumento de resistência à dominação e exploração cultural e como uma ferramenta que beneficie o desenvolvimento social dos grupos locais.

### **6.5.3 Processos museológicos**

O processo de comunicação museal para se desenvolver precisa que o indivíduo se descubra e se reconheça. A natureza do processo museológico é a linguagem/comunicação, ou seja, a linguagem museal é a essência do processo museológico.

O museu é visto como produto do homem e conseqüente manifestação da linguagem, e assim a museologia como estudo dos museus, e o museu como espaço/cenário propícios ao estudo da relação entre o homem/sujeito e o objeto/bem cultural.

A “linguagem museal” é a essência do processo museológico. É preciso não esquecer que o dicionário e as regras de sintaxe são a linguagem. A museologia é uma relação específica entre o homem e a realidade, sendo esta mediada pelo objeto/bem cultural, o que nos coloca no seio da linguagem.

### **3ª PARTE – MUSEU: LEITURA INFORMACIONAL**

**“Estou convicto de que, no século XXI, os museus não serão espaços anacrônicos e nostálgicos, receosos de se contaminarem com os vírus da sociedade de massas, mas antes, poderão constituir extraordinárias vias de conhecimento e exame dessa mesma sociedade. Serão, assim, bolsões para os ritmos personalizados de fruição e para a formação da consciência crítica, que não pode ser massificada.” MENEZES, 1994.**

## 7. MUSEU COMO PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO

“As identidades e as redes de interesses forjadas pelos Inconfidentes entre si, bem como o modo como eles se apropriam das tradições culturais e políticas luso-brasileiras e da Revolução Americana, são indissociáveis das condições econômicas, sociais e políticas, específicas de Minas Gerais ao final do século XVIII, no quadro geral do Reformismo Ilustrado.” (VILLALTA, 2000)

O povoamento da região que se inicia pelos idos de 1675, a partir da bandeira paulista de Fernão Dias Paes Leme, acompanhado do seu genro Manoel de Borba Gato, que subiu o Rio das Velhas e desenvolveu o Arraial de Santo Antônio do Bom Retiro de Roça Grande. Em 17 de Julho de 1711, o Arraial da Barra do Sabará foi elevado à categoria de Villa Real de Nossa Senhora da Conceição do Sabará. Em 1714, a Vila sediava a Comarca do Rio das Velhas que ia até as margens do Rio São Francisco, uma das quatro primeiras a serem criadas na Capitania das Gerais. A partir de 1720, a sua área de jurisdição compreendia cerca de vinte municípios, entre eles Belo Horizonte (FIG.06). No dia 6 de Março de 1838, a Lei Provincial nº 93 concedia a Sabará foros de cidade, com cerca de trezentos quilômetros quadrados de área.



FIGURA 6: Localização do município de Sabará na Grande BH.  
Fonte: [www.sabaranet.com.br](http://www.sabaranet.com.br), acessado em 01 de maio de 2005.

O nome Sabarabuçu é de origem indígena, e como um de seus significados, se aceita a tradução de "grande braço de pai", referindo-se ao Rio Sabará o "braço", afluente do Rio das Velhas "o pai". Existe, também, a versão de que o nome Sabará se origina da corruptela da expressão Itaberabussu, que quer dizer na linguagem indígena "pedra grande reluzente", numa alusão à Serra da Piedade que domina toda a região.

Sabará foi um dos núcleos de mineração da Província que mais ouro encaminhou à Coroa Portuguesa. Tão intensa tornou-se a mineração nessas paragens, que o Governo Português lá fez instalar a Casa da Intendência, atual Museu do Ouro, para cobrança do "quinto". A escolha do imóvel para a implantação desse museu também não foi aleatória, quanto ao espaço geográfico, bem como quanto à função primeira deste, como afirma LE GOFF (1997): "importa não isolar os documentos do conjunto de monumentos de que fazem parte".

Assim se preserva a identidade cultural da cidade mineira de Sabará. Os museus históricos, em contexto comunitário de Minas Gerais são o tema de estudo deste projeto, o perfil do seu público e a necessidade de informação destes para que a produção de conhecimento ocorra, tendo como contexto, o Museu do Ouro.

As cidades onde se localizam os museus históricos vinculados ao IPHAN foram fundadas no período de 1698 a 1713, e são representativas da história do Brasil, no período colonial: Ouro Preto, em 1698, Serro, em 1700, Caeté, em 1702, São João Del Rei, em 1704, Sabará, em 1711, Diamantina, em 1713.

Os museus surgiram neste circuito, buscando cobrir todo este período: Museu da Inconfidência, em 1938, Museu do Ouro, em 1945, Museu Regional de Caeté, em 1946, Museu Casa dos Otoni, em 1949, Museu do Diamante, em 1954, Museu Regional de São João Del Rei, em 1963.

O município de Sabará, detentor de monumentos tombados, de caráter nacional, já estabelece uma relação com a questão da preservação do seu patrimônio cultural desde a década de 40 do século passado, e esta condição, em muitas oportunidades lhes acarreta mais ônus do que bônus, pois a todo o momento é cobrado pela mídia impressa e/ou televisiva quanto à sua responsabilidade de investimentos de alta monta na preservação dos seus monumentos.

Tais órgãos da mídia esquecem que essas cidades vivem dilemas sociais inerentes a qualquer cidade do interior do país, tais como: precariedade nos serviços de saneamento básico, tratamento da água, coleta de lixo; elevado índice de mortalidade infantil, violência, desemprego, educação de baixa qualidade, renda per capita de menos de um salário mínimo, entre outros.

A leitura informacional que pretendemos elaborar dos museus históricos em contextos comunitários está na perspectiva da Nova Museologia com a contribuição da Ciência da Informação, acreditando que ambas possam se beneficiar com esta interface. Esta interdisciplinaridade já encontramos efetivamente, como se pode observar, na grade curricular do Curso de Graduação em Museologia da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO.

Tais museus históricos pertencem a cidades do interior de Minas Gerais, que embora tombadas como monumentos nacional e internacional, guardam o seu caráter principal de cidades mineiras; eles são intérpretes da verdade de uma região e trazem em si uma carga cultural que os liga à gente da terra, a suas tradições, a seu modo de ser. Preocupamo-nos com o caráter social, com as noções de território, patrimônio e a inserção de uma comunidade participativa e uma ação pedagógica permanente para o ecodesenvolvimento do sujeito e da sociedade.

Queremos colaborar para o entendimento da função social do museu na visão de como a comunidade circundante faz uso deste espaço. O diálogo da Museologia com a Ciência da Informação podemos afirmar que, ainda se encontra incipiente, mas devemos insistir em estreitar os laços entre elas, o que poderá gerar conceitos teóricos profícuos para ambas, principalmente se o museu quiser se firmar como um espaço da informação na sociedade, uma sociedade na qual a produção industrial cedeu lugar para a produção de serviços.

## 8. TERRITÓRIO MUSEU UM ESPAÇO AUTÊNTICO

O município de Sabará está localizado na região metropolitana de Belo Horizonte. Limita-se ao norte com Taquaraçu de Minas, a leste com o município de Caeté, ao sul com Raposos e Nova Lima, e a oeste com os municípios de Santa Luzia e Belo Horizonte. Possui área de 302 quilômetros quadrados, corresponde a 5,1% da região metropolitana de BH, tem 707 metros de altitude e paisagem montanhosa (Fig. 07).



FIGURA 7: Localização do município de Sabará em relação as principais rodovias nacionais  
Fonte: [www.sabaranet.com.br](http://www.sabaranet.com.br), acessado em 01 de maio de 2005.

A população está distribuída nas principais regiões do município:  
Centro: Sede Administrativa Bairros: Pompéu, Arraial Velho, Roça Grande e outros.  
General: General Carneiro, Marzagão e demais bairros próximos. Alvorada: inclui Alvorada, Novo Alvorada, Nova Vista, Ana Lúcia e proximidades. Fátima: engloba todo o bairro do mesmo nome. Nações: representa o bairro Nações Unidas. Ravena: Inclui toda a região próxima ao distrito de Ravena, abrangendo a área dos Borges e adjacências (FIG.08)



FIGURA 8: O município de Sabará e os seus distritos  
Fonte: [www.sabaranet.com.br](http://www.sabaranet.com.br), acessado em 01 de maio de 2005.

O município está localizado na bacia do Rio das Velhas e desenvolve-se ao longo do Ribeirão Sabará e do próprio Rio das Velhas, possui um clima tropical com verões quentes e chuvas nos meses de outubro a abril.

A temperatura média anual é de cerca de 21° c, e a vegetação predominante é o cerrado. Possui área de preservação da natureza como o Parque Chácara do Lessa e os Pontos Ecológicos: Parque Ecológico Quinta dos Cristais, Parque Infantil Augusto de Lima Júnior, Reserva Ecológica da Cabeça de Boi, Mata do Inferno, Reserva Ecológica do Segredo, Reserva Ecológica do Papa Farinha, Cachoeira da Região do Arraial Velho e da Reserva da Cabeça de Boi, Área reflorestada pela CSBM, Área florestal do Clube Alberto Scharlé, e Pompéu área florestal.

Sabará, o espaço autêntico do Museu do Ouro, deve ser compreendido e observado como território museológico, e assim com este entendimento, buscamos evidenciar características sócio-econômicas do município, o relacionando com os grandes centros urbanos, Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte, segundo os dados do IBGE e PNUD; relação da população x percentual de alfabetizados, índice de desenvolvimento humano, renda per capita, e infra-estrutura (saneamento básico, água corrente, coleta de lixo):

TABELA 1  
 Percentual de alfabetizados em Relação População

<b>Município</b>	<b>População</b>	<b>Alfabetizados</b>
São Paulo	10.434.252	80%
Rio de Janeiro	5.857.904	82%
Belo Horizonte	2.238.526	81%
<b>Sabará</b>	<b>115.352</b>	<b>71%</b>

Fonte: disponível em [www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br), acessado em 10.06.04.

TABELA 2  
 IDH – Índice de desenvolvimento humano

<b>Município</b>	<b>IDHM</b>
São Paulo	0,841
Rio de Janeiro	0,842
Belo Horizonte	0,839
<b>Sabará</b>	<b>0,773</b>

Fonte: disponível em [www.pnud.org.br](http://www.pnud.org.br), acessado em 10 de junho de 2004.

TABELA 3  
 Renda Per capita

<b>Município</b>	<b>Renda per capita</b>
São Paulo	610,04
Rio de Janeiro	596,65
Belo Horizonte	557,44
<b>Sabará</b>	<b>214,34</b>

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil.

TABELA 4  
 Percentual de domicílios atendidos pelos serviços de

<b>Município</b>	<b>Saneamento Básico</b>	<b>Água</b>	<b>Coleta Lixo</b>
São Paulo	88%	99%	100%
Rio de Janeiro	78%	98%	99%
Belo Horizonte	92%	99%	98%
<b>Sabará</b>	<b>78%</b>	<b>94%</b>	<b>79%</b>

Fonte: disponível em [www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br), acessado em 10.06.04.

Esses dados podem nos conduzir na elaboração do escopo da investigação a partir da literatura referente à produção da informação nos museus históricos em contextos comunitários, bem como no traçado do perfil e da necessidade do seu público.

O estudo de museus com esta característica, ou seja, onde a comunidade é muito mais próxima, é praticamente inexistente no país, bem como a forma do processo de realização da informação e a produção do conhecimento neste contexto histórico e geográfico, entendido como o território do museu.

No nosso entendimento, os museus, além da sua tipologia: histórico, artístico e ou científico, devem ser reconhecidos pelo espaço físico-geográfico em que estão inseridos, para que sejam tratados em suas especificidades como o novo conceito de “território museu”, que toma como base os seguintes valores descritos por MENESES (2004):

1. **valor identitário**, considerando o patrimônio como gerador constante de construção de imagens, significados e identidades;
2. **valor econômico**, que coloca o reconhecimento do patrimônio como gerador de oportunidades econômicas;
3. **valor social**, preconizando que os projetos interpretativos devem gerar a melhoria da qualidade de vida da comunidade que “administra” esse patrimônio.

O conceito de “território museu” se apresenta como um espaço vivo de memória que precisa ser conhecida, e que gera a produção do conhecimento acessível, e entendido por todos, e observado em constante movimento de transformação. Este conceito para que seja viável a sua aplicação, necessita de profissionais interdisciplinares que considerem o museu como um espaço não só intelectual, mas que atenda a outros segmentos de mercados, tais como: cultura letrada, cultura popular, religiosidade, lazer, etc.; os diferentes serviços e produtos por ele gerados de forma democrática, tendo a população como seu agente econômico. Também necessita eleger prioridades de investimento e interpretativas, sendo necessária uma estrutura organizacional e planejamento prévio num campo de discussão transdisciplinar.

Na atual Museologia, os museus não se sustentam simplesmente pela contemplação, mas pela possibilidade da manipulação e até pela interatividade do visitante, que passa de expectador a ator. O museu, na atualidade, conduz a ampliação do conteúdo e a uma finalidade mais social, o museu é o mediador entre o homem e o mundo.

### **8.1 A unidade museológica pesquisada: Museu do Ouro**

O prédio do Museu do Ouro foi a antiga Casa da Intendência e Fundação da Vila Real de Nossa Senhora da Conceição do Sabará e foi construído, em 1730, pelo mestre de campo, Faustino Rabelo Barbosa. A fundição foi extinta por D. Pedro II, em 1830, e o casarão ficou abandonado até o final do século XIX. O Comendador Francisco de Paula Rocha o arrematou em leilão e o transformou num colégio. Em 1938 o dirigente da Companhia Siderúrgica Belgo Mineira, Dr. Luís Enschede doou o imóvel ao IPHAN.

O imóvel passou por restauração, que conseguiu manter grande parte de suas linhas originais, sendo o único exemplar no Brasil de uma Casa de Intendência. O Museu do Ouro foi criado pelo Decreto – Lei nº. 7438, de 23 de abril de 1945, (vide Anexo VI), e inaugurado a 16 de maio de 1946, assim no próximo ano o Museu completará 60 (sessenta) anos de atividades. O município de Sabará dista da capital Belo Horizonte, 25 (vinte e cinco) quilômetros, é denominado GRANDE BH.

Ao procedermos a análise dos museus históricos em contexto comunitário procuramos exemplificar a questão com o estudo desta unidade museológica, em atividade, desde 1945, no município de Sabará, em Minas Gerais. Ela é vinculada à 13ª Superintendência Regional do Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, sendo assim uma unidade do governo federal, que no exato momento se encontra num grande projeto de revitalização da sua exposição de longa duração, já que a mesma nunca foi modificada nos seus 60 (sessenta) anos de existência.

O museu que foi nosso campo de investigação foi criado em um contexto comunitário, na década de 40 do século passado, tendo como base comum a intenção científica, o que LATOUR (2000) considera “centros de cálculos”, ou seja, instituições cujos conteúdos são transmitidos por sucessivas transformações, os

conhecimentos se acumulam e se concentram sendo organizados, compatibilizados e condicionados, em busca de novas informações.

Numa época em que os museus tinham a coleção como foco, este teve o seu foco no tema do “ouro” nas Minas Gerais do período colonial, e buscava resgatar, preservar e difundir a história do município, representativo da história do Brasil neste período. Por ocasião da sua criação, em 1945 o projeto museológico e museográfico do Museu do Ouro foi considerado de vanguarda e com um requinte no trato, que foi merecedor de respeito.

A intenção de contextualizar o objeto museológico através da apresentação de instrumental de trabalho do ouro, desde a cata e cunhagem à manufatura, barras de ouro, certificados, e o propósito de ele mesmo estar na antiga Casa da Intendência, bem como a apresentação de maquetes dos processos de extração, tributação e obtenção do ouro, bem como a amostragem de aspectos da história social do século XVIII fizeram do museu à sua época um diferencial quanto aos projetos: museológico (pesquisa/informação) e museográfico (comunicação/conhecimento).

No momento, o museu passa por uma proposta de revitalização da sua exposição que foi elaborada pela empresa museológica AT&T, da museóloga Célia Corsino. Este trabalho está sendo realizado com recursos financeiros do IPHAN e da empresa Anglo Gold, captados pela Associação de Amigos do Museu do Ouro; o projeto deverá ser apresentado aos técnicos da 13ª Superintendência Regional/IPHAN – MG para aprovação e execução, e ainda não foi divulgado.

## **8.2 Da produção da informação museológica à transmissão do conhecimento**

“Há algo de muito errado, senhor Adamson, na pilhagem das belezas e curiosidades do planeta se não fizermos dela o uso que em si justifica a depredação – promover o conhecimento útil, o saber humano”. (MORPHO EUGENIA, 1992)

Através deste recorte intensivo, a partir da escolha deste museu histórico, situado em contexto comunitário, especificamente em Minas Gerais, buscamos investigar a partir da literatura, os conceitos teóricos da Nova Museologia em

contraposição à Museologia Tradicional, sob a análise dos paradigmas que CAPURRO (2003) vislumbra na Ciência da Informação:

### **1. PARADIGMA FÍSICO**

Informação como coisa, BUCKLAND

### **2. PARADIGMA COGNITIVO**

O sujeito cognoscente e suas necessidades, INGWERSEN

### **3. PARADIGMA SOCIAL**

O estudo de campos cognitivos em relação direta com as “comunidades discursivas”, HJØRLAND abandono da busca de uma linguagem ideal para representar o conhecimento.

Naturalmente estes paradigmas se cruzam e entrecruzam constantemente, pois o reconhecimento de um deles não anula o outro. Entretanto, procuramos enfatizar o PARADIGMA SOCIAL identificado pelo teórico da Ciência da Informação, CAPURRO (2003), mas no decorrer do enfoque, podemos observar que os paradigmas acima identificados ainda estão longe de serem vivenciados nos museus brasileiros, e por isso estes persistem em serem “segredos” e “sagrados” para a maior parte do seu público.

Ao unirmos todos estes elementos, consideramos que o museu tem dois compromissos principais: **ACERVO X SOCIEDADE**. No que diz respeito ao primeiro compromisso, voltamo-nos ao bom estado de conservação das coleções, assim como ao conhecimento do citado acervo como valor em espécie e valor histórico-cultural.

Quanto ao segundo compromisso nos referimos à conscientização da sociedade a que esse acervo indiretamente pertence, como fruto de sua vivência, pois o museu só se justifica pela presença do público. Da criança ao adulto, do analfabeto ao mais letrado, todos devem e podem encontrar nele interesse para aguçá-la sua inteligência e sensibilidade.

O objeto de pesquisa que pretendemos investigar nesta dissertação é o processo da construção do discurso museográfico e suas estratégias relacionadas com a informação e comunicação, dentro dos museus históricos em contextos comunitários; especialmente o Museu do Ouro de Sabará, entendendo que a comunidade possui uma forte identidade cultural, e, como este, pode produzir conhecimento.

## 9. ESTRATÉGIAS MUSEOLÓGICAS PARA O SÉCULO XXI

“A ciência moderna produz conhecimentos e desconhecimentos. Se faz do cientista um ignorante especializado faz do cidadão comum um ignorante generalizado.” (SANTOS, 2003)

A Museologia e a Ciência da Informação estão classificadas dentro do ramo de conhecimento das Ciências Sociais Aplicadas, e por isso podemos afirmar que em ambas, tanto a pesquisa quantitativa como a pesquisa qualitativa têm seu lugar. Entretanto, podemos perceber que, em muitos casos, a pesquisa quantitativa tem sido a mais privilegiada, mas acreditamos que a linha de pesquisa Informação, Cultura e Sociedade do Programa de Pós-graduação da Escola da Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais em ambas as pesquisas (quantitativas e qualitativas) as maiores possibilidades no desenvolvimento da área, e estas vêm a contribuir significativamente para o enriquecimento e amadurecimento do campo teórico da Ciência da Informação, e assim esperamos que nossa pesquisa seja mais uma colaboração neste sentido.

A Ciência da Informação tem um caráter poli - epistemológico, como afirma, GONZÁLEZ DE GÓMEZ (2000), por ter como objeto de trabalho a INFORMAÇÃO, sendo esta, referência para todos os modos de produção do saber o que gera os mais variados efeitos de sentido, de acordo com o seu contexto, podendo ser um fenômeno, um processo ou uma construção, também sendo classificada, em “camadas” ou “extratos” de realização: **Semântico – discursiva, Meta – informacional e Infra – estrutural.**

Esta também é umas das características da Museologia, assim ambas demonstram ampla versatilidade temática, e acredito que nela seja possível discutir a construção teórica dos museus no desempenho de um papel informacional, cultural e social no século XXI.

A metodologia aplicada nesta dissertação se fundamentou na proposta de GONZALEZ DE GÓMEZ (2000) dos extratos informacionais, situando-se no primeiro nível: **SEMÂNTICO – DISCURSIVO.** Associamos os processos semânticos e comunicativos; os relacionando com a diversidade das ações sociais, inseridas nos contextos culturais e históricos.

A produção de conhecimento deste nível exige deste estudo uma metodologia descritiva e interpretativa própria do conhecimento da área das Ciências Sociais, tais como: Antropologia, História, Sociologia e Comunicação. Este estudo que, histórica e contextualmente abrange a visão de diferentes campos do conhecimento em torno da questão da informação e comunicação com o enfoque nas exposições, especificamente de museus fora dos grandes centros urbanos, e inseridos em municípios de pequeno porte e com forte identidade cultural, já que estas, em princípio são o principal canal de diálogo com o público, o que se aplica ao referido Museu do Ouro.

**QUADRO 2**  
**EXTRATOS INFORMACIONAIS**

<b>EXTRATOS INFORMACIONAIS</b>	<b>MODALIDADES</b>	<b>FORMAS DE AÇÃO/ OPERAÇÃO</b>	<b>CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO</b>
Informação (semântica)	Modos intersubjetivos de significação; definição cultural e social de uma evidência ou “testemunho” de informação, suas condições de geração, de transmissão, de recepção e de adesão.	Ações abertas e plurais/ polimórficas, conforme diferenciais semânticos / pragmáticos dos atores.	Conhecimento antropológico–Lingüístico (Regras/ usos/ práticas).
Metainformação	Modos organizacionais de regulamentação / estabilização de práticas discursivas e informacionais.	Estabilização organizacional de ações e discursos. Contratos institucionais/ organizacionais.	Conhecimento político, administrativo, organizacional (contratos).
Infra-estrutura de informação	Modos tecnológicos e materiais de armazenagem, processamento e de transmissão de dados- mensagem- informação.	Operações genéricas; interoperabilidade; transportabilidade e comutatividade digital das mensagens.	Conhecimento técnico e tecnológico (Modelos, interfaces).

Fonte: GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélide. Metodologia de pesquisa no campo da Ciência da Informação. In: DataGramZero. Revista de Ciência da Informação. V.1, n6, RJ, dez/2000. Disponível em: < <http://w.w.w.gzq.org.br/dez00/art.03.htm>. Acessado em 26 mai 2004.

A metodologia de pesquisa aplicada desenvolveu a preocupação com a sensibilidade e uso da informação, as contradições de acesso e as relações de poder da informação, que nos ajudarão a trabalhar as condições de produção do conhecimento e a contextualização desta produção.

Para Minayo (1994), a pesquisa qualitativa se preocupa.

“[...] com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com um universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis.”

A pesquisa bibliográfica abarca o levantamento, na literatura, dos estudos sobre o museu como espaço de memória, informação e comunicação, produtor de conhecimento que estabeleça relação da museologia com a ciência da informação, dos estudos sobre política cultural, ciências sociais, que estabelecem a função social dos museus na atualidade.

Neste trabalho a pesquisa documental teve como objetivo apresentar a unidade museológica pesquisada o Museu do Ouro e a compreensão da sua vinculação com o IPHAN e o Ministério da Cultura, assim foram analisadas leis, decretos, organogramas relacionados às questões informacionais e estruturais da política cultural na área museológica.

A coleta de dados foi elaborada em duas modalidades:

a) Uma questão aplicada para os dirigentes do IPHAN da área de museus para os abaixo relacionados. (QUADRO 3)

b) Um questionário para os visitantes moradores do município de Sabará, onde se localiza o Museu do Ouro (QUADRO 4).

Para MINAYO (2004) são três os obstáculos para a análise dos dados recolhidos no campo, são eles:

1. Perigo da compreensão espontânea como se o real se mostrasse nitidamente ao observador;
2. O pesquisador sucumbe à magia dos métodos e das técnicas;

3. A dificuldade de se juntar as teorias e conceitos muito abstratos com os dados recolhidos no campo.

E assim, a pesquisadora afirma que a análise dos dados deve atingir os seguintes objetivos: a ultrapassagem da incerteza; o enriquecimento da leitura e a integração das descobertas.

### **9.1 Leitura Informacional do Museu do Ouro: dirigentes do IPHAN**

A questão aplicada a alguns dirigentes do IPHAN procurou atender a hierarquia estabelecida dentro da autarquia quanto aos cargos de chefia da área museológica.

A citação do teórico da ciência informação Gernot WERSIG (1997) teve como objetivo de apresentar um conceito da área na questão museológica, e assim ao contextualizar a Ciência da Informação e a Museologia o entrevistado procurar responder sobre a questão informacional nos museus brasileiros em contextos comunitários.

A questão para os dirigentes do IPHAN foi aplicada em 04(quatro) profissionais que exercem, dentro da instituição, cargos de direção na área de museus, abaixo relacionados; mas destes obtivemos 02(duas) respostas, o que representa 50% de retorno.

1. Diretor do DEMU/IPHAN/BSB.
2. Superintendente da 13ªSR/IPHAN/MG.
3. Diretor do Museu da Inconfidência – IPHAN/MG.
4. Chefe da Unidade Museológica/Museu do Ouro – 13ªSR/IHAN/MG.

Dentre as dificuldades do trabalho de campo, no caso com os dirigentes do IPHAN podemos ressaltar as seguintes:

a) A saída do Chefe da Unidade Museológica/Museu do Ouro, em Janeiro de 2005, cabendo a mim como Coordenadora Técnica dos Museus e Casas Históricas vinculadas a 13ª Superintendência Regional, assumir a direção da unidade museológica. Consideramos que, o envolvimento direto com a pesquisa seria um fator importante para não responder a questão formulada.

b) O desencontro com o Diretor de Museus e Centros Culturais do IPHAN devido as seus compromissos profissionais, de ordem interna e externa à instituição.

Consideramos que as respostas dos dirigentes do IPHAN se completam ao apresentarem o museu como espaço museológico em que dois tipos de informação estão presentes: a semântica e a estética, e que possuem tratamentos diferenciados ao passarem pelo processo da comunicação, mas que o tratamento científico com certeza é de vital importância para ampliação dos serviços do espaço museológico.

O objeto museológico é compreendido como documento, mensagem e informação pelo sujeito, ou seja, a informação física, cognitiva e social, assim preconizada pela Ciência da Informação, de que o museu não se constitui apenas um espaço de espetáculo, mas do objeto de conhecimento, e também levanta a tendência atual de fazer do museu um produto mercadológico, quando ressalta o papel do museu na sedução, antes da informação.

### QUADRO 3

#### Questão aplicada aos dirigentes do IPHAN na área museológica

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS – UFMG.  
ESCOLA DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – ECI  
PROGRAMA DE PÓS – GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – PPGCI

Esta questão faz parte de uma pesquisa que está sendo realizada com o objetivo de descrever o processo de informação e comunicação, e conseqüente produção de conhecimento que os museus históricos possam representar em contextos comunitários.

Agradecemos a colaboração!

---

DATA: \_\_\_\_\_  
NOME: \_\_\_\_\_ IDADE: \_\_\_\_\_  
FUNÇÃO NO IPHAN: \_\_\_\_\_ TEMPO NA FUNÇÃO: \_\_\_\_\_  
FORMAÇÃO: \_\_\_\_\_

---

“ O museu apresenta-se na sociedade moderna como a instituição capaz de entender às demandas de necessidade informacionais, pois na medida em que sempre lida com questões voltadas para o indivíduo e para o papel da sociedade em seus aspectos comunicacionais, ou seja, produtor de comunicação significativa que se mantém real e não virtual; pauta-se pelo padrão de autenticidade e de originalidade; se fixa cada vez mais como local e não como nacional, discutindo e focando realidades próximas e seqüenciais, com controle de tempo e espaço social, construindo e narrando histórias identificadas com a unificação de valores éticos e a pluralidade de realidades político-culturais.” **WERSIG, Gernot. In: Museums and Information society: between market culture and people’s assurance seeking, 1997**

**Considerando a citação do teórico da Ciência da Informação, Gernot Wersig, faça suas considerações sobre o papel dos museus históricos, em contextos comunitários, no Brasil:**

Fonte: a autora

#### Resposta nº1: Diretor do Museu da Inconfidência

“O acervo de um museu histórico constitui suporte valioso para se chegar à compreensão do contexto social que o originou. O embate com ele traz a possibilidade de um encontro sensível com a realidade, sem a intermediação do discurso abstrato.

A nossa imaginação passa a ter o controle do elemento concreto, o que elimina as meras suposições ou desgarradas fantasias. A contemplação direta de uma peça tem mais efeito do que qualquer aula de considerações teóricas, por melhor argumentada e documentada que seja.

A informação e a comunicação se apresentam aí por assim dizer, unificadas. Não é por outra razão que sempre se está insistindo na importância do museu histórico como instrumento a ser usado didaticamente para a formação do indivíduo localizado no espaço e no tempo. Não se pode perder de vista que uma exposição dessa natureza apresenta um aspecto isolado e circunscrito do viver coletivo. Ele não tende para a difusão e a indeterminação, mas para o particular e o situado. É uma estrutura que se fecha sobre si, com princípio meio e fim. É uma condensação de significados de força comunicativa e visualidade.

O diálogo que o visitante trava com os objetos que contempla representa um esforço de busca da verdade, de autenticidade.

Verdade e autenticidade de acontecimentos que o viver do homem produziu num determinado local e num determinado tempo. O que se vai descortinado aos olhos de quem observa é a realidade de um segmento social, de uma região, de um país, que se diferencia de tudo o mais, pelo seu carácter de singularidade. O homem individual e histórico, a força criadora e transformadora que, atuando no isolamento do seu cotidiano, acrescentou a contribuição da sua originalidade ao panorama mais largo dos feitos da humanidade como um todo.” Diretor do Museu da Inconfidência

O museu tem como papel fundamental trazer a compreensão do contexto social através de algo concreto, o acervo, que, por sua vez, fornece à imaginação, e aos conceitos teóricos históricos, realidade, trazendo respaldo à informação. A interação entre visitante e obra apresenta uma busca por confirmação de algo ocorrido em determinado tempo e espaço; por esse motivo, uma exposição constitui-se de uma estrutura fechada, com começo, meio e fim, que traduz, por intermédio de objetos concretos, a cultura e costumes de outrora.

**Resposta nº2:** Superintendente da 13ª Superintendência Regional do IPHAN/MG.

“O museu mantém o passado seqüenciado no presente, atendendo as demandas culturais sob a perspectiva de um olhar crítico, que se modifica com o passar dos anos, trazendo a cada momento, juízos, valores e técnicas que se alternam. Ao museu, cabe, pois seria quase que impossível, a substantivação do objeto amostra, mesmo que se crie uma realidade virtual de contexto, de sons, luzes e cheiros. E mesmo que se consiga traduzir voluntária ou involuntariamente obter a emoção, está será parcial. A exposição é uma informação, uma amostra, porém irreduzível, daquilo que um dia foi vivo símbolo de interação entre a cultura material e imaterial de qualquer sociedade. O papel do museu: seduzir antes de informar...”

A exposição é uma amostra daquilo que, certa vez, foi vivo devido aos costumes e cultura da época. No entanto, mesmo que se utilize toda tecnologia em integração ao acervo, a emoção despertada no visitante será, sempre, parcial, pois não experimentará o contato com a peça da mesma forma que quando ela se encontrava em seu contexto histórico original. Para atender à demanda, o museu deve estar sempre alterando seu modo de trazer a informação, e os valores que esta

traz consigo, de acordo com o presente. O papel do museu é: “seduzir antes de informar...”.

Os dirigentes enfocam que a exposição não é determinante de uma verdade, mas deve ser um processo interpretativo por parte do sujeito para que esta produza uma modificação no seu conhecimento. A resposta dos dirigentes do IPHAN vai de encontro ao entendimento de (WERSIG, 1997) sobre o papel do museu na sociedade da informação; que ele ajude a sociedade a se entender na pós modernidade carregada de contradição, paradoxo, antagonismo, insegurança e incerteza, mas que se aceite como meio, como instituição que oferece serviços de comunicação de um tipo e constituição específica, e deve se tornar parte integrante da sociedade da informação. Para isso, se fazem necessários profissionais preparados para enfrentar uma sociedade voltada para estruturas de mercado, da comercialização, da privatização, do liberalismo.

## **9.2 Leitura Informacional do Museu do Ouro: visitante do Museu do Ouro**

Os dados globais referem-se ao período de 16 de janeiro a 16 de fevereiro de 2005 durante a aplicação dos questionários, num universo de aproximadamente 400 (quatrocentos) visitantes. Os participantes desta pesquisa foram exclusivamente os moradores do município de Sabará, como já foi colocado anteriormente neste trabalho, pois este é o enfoque da dissertação, ou seja, a relação que se estabelece a partir do Museu do Ouro com a comunidade em que está inserido, através da informação da exposição, geradora ou não da produção de conhecimento.

A partir deste recorte foi feita uma amostragem e se pode observar que dos 400 (quatrocentos) visitantes do Museu no período de 30(trinta) dias, somente 20 (vinte) visitantes, 5% eram realmente moradores do município. Assim, duas questões já podem ser levantadas:

- O baixo índice de visitação geral do Museu, num período de férias, motivo este, que em princípio poderia representar um interesse maior, em se tratando de um museu localizado numa cidade colonial, que faz parte dos principais roteiros turísticos de Minas Gerais.

- O baixo índice de visitante morador da cidade.

Dentre as dificuldades do trabalho de campo, podemos ressaltar as seguintes:

a) No período previsto para a realização da aplicação do questionário, os meses de novembro e dezembro foi, deflagrada greve no IPHAN e o Museu do Ouro esteve fechado à visitação nestes meses. A aplicação do questionário só aconteceu em janeiro e fevereiro.

b) O baixo índice de visitantes, principalmente moradores do município de Sabará, localização do Museu do Ouro, a quem o questionário foi dirigido.

Outros questionários já foram aplicados no Museu do Ouro, mas com o enfoque no turista. O questionário aplicado neste trabalho foi a primeira tentativa de conhecer o público do museu residente no município de Sabará em Minas Gerais. Apesar do baixo retorno dos questionários, aqueles que se dispuseram a preenchê-los foram extremamente participativos e com espírito de colaboração, não havendo nenhuma recusa.

Assim, a pesquisa ficou reduzida a uma amostragem de 20 (vinte) questionários respondidos. A primeira parte do questionário preocupa-se em estabelecer o perfil do visitante do Museu do Ouro morador do município de Sabará.

## QUADRO 4

Questionário aplicado aos visitantes do Museu do Ouro, moradores do município de Sabará – MG.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS – UFMG

ESCOLA DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – ECI

PROGRAMA DE PÓS – GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – PPGCI

Este questionário faz parte de uma pesquisa que está sendo realizada com o objetivo de descrever o processo de informação e comunicação, e conseqüente produção de conhecimento que os museus históricos possam representar em contextos comunitários. Esperamos assim melhor conhecer o público destes museus, e conseqüentemente melhorar a qualidade das exposições, serviços e atividades propostas.

Contamos com a sua colaboração no preenchimento deste questionário ao final da sua visita, o mesmo deverá ser entregue na recepção do museu. As informações coletadas são confidenciais e se destinam exclusivamente à pesquisa acima mencionada.

**Agradecemos a colaboração!**

Data da visita:

Hora:

**DADOS PESSOAIS**

**Sexo:**

feminino  masculino

**Idade:**

**Estado Civil:**

solteiro (a)  casado (a)  viúvo (a)  separado (a)  outro

**Escolaridade:**

sem instrução escolar  ensino fundamental incompleto  
 ensino fundamental completo  ensino médio incompleto  
 ensino médio completo  ensino superior incompleto  
 ensino superior completo  pós – graduação, especifique.....

**Renda Familiar mensal (inclua todos os moradores da sua casa)**

até 260 reais  de 260 reais a 520 reais  
 de 520 reais a 1000 reais  de 1000 reais a 2000 reais  
 de 2000 reais a 4000 reais  de 4000 reais a 8000 reais  
 acima de 8000 reais

**Residência**

Bairro:

Cidade:

Estado:

País:

**QUESTIONÁRIO**

**1. É a primeira vez que você visita o Museu do Ouro?**

sim  não

**2. Quando foi sua última visita ao Museu do Ouro?**

menos de seis meses  entre seis a doze meses  
 entre 1 a 2 anos  entre 2 a 5 anos  mais de 5 anos

**3. Qual o motivo da visita ao Museu do Ouro?**

conhecer o museu  pesquisar, qual tema.....  
 trazer os filhos  acompanhar amigos, parentes, colegas de trabalho  
 pelo preço do ingresso  férias  
 visita escolar  outro .....

**4. Você acha que deveria visitar mais vezes o Museu do Ouro?**

sim  não

Por quê?.....

**5. Quanto tempo durou a sua visita ao Museu do Ouro?**

30 minutos  entre 30 minutos a 1 hora  
 entre 1 a 2 horas  mais de 2 horas

**6. A atual exposição do Museu do Ouro, quanto a informação e a produção de conhecimento, você considera?**

satisfatória  insatisfatória  indiferente

**7. Você conhece os serviços que o Museu do Ouro oferece?**

exposição  arquivo  biblioteca  cursos  
 palestras  concertos musicais  outros.....

**8. Você sabe que a exposição de longa duração do Museu do Ouro está sendo reformulada?**

sim  não

**9. Você gostaria de conhecer o projeto de reformulação da exposição de longa duração do Museu do Ouro?**

sim  não

Por quê?.....

**10. Para você qual a função que o Museu do Ouro desempenha dentro da comunidade de Sabará?**

educação  informação  
 lazer  conhecimento  
 nenhuma  outra .....

**11. O que pode dificultar a sua visita ao Museu do Ouro?**

custo do ingresso  falta de divulgação  
 falta de motivação  dias e horários de funcionamento  
 outro fator .....

Fonte: a autora

De acordo, com os dados coletados, podemos perceber que, mesmo sendo uma amostragem, o perfil do público do Museu do Ouro apresenta-se como: solteiro, e/ou casado, na faixa etária de 31 a 35 anos, com segundo grau completo, e uma renda salarial de dois salários e meio.

### SEXO

<b>FEMININO</b>	<b>50%</b>
<b>MASCULINO</b>	<b>50%</b>

### ESTADO CIVIL

SOLTEIRO	60%
<b>CASADO</b>	<b>30%</b>
SEPARADO	5%
OUTROS	5%

### IDADE

15 – 20 ANOS	20%
21 – 25 ANOS	20%
<b>31 – 35 ANOS</b>	<b>30%</b>
46 – 50 ANOS	10%
ACIMA 51 ANOS	20%

Nesta amostragem, o Museu do Ouro tem um público relativamente jovem com grau de instrução mediana, e de baixa renda salarial, cerca de dois a três salários mínimos, de acordo com os dados que levantamos no IBGE, PNUD e o IDH sobre o município de Sabará.

## ESCOLARIDADE

FUNDAMENTAL COMPLETO	15%
FUNDAMENTAL INCOMPLETO	5%
<b>MÉDIO COMPLETO</b>	<b>45%</b>
MÉDIO INCOMPLETO	10%
SUPERIOR COMPLETO	5%
SUPERIOR INCOMPLETO	15%
PÓS-GRADUAÇÃO	5%

## RENDA FAMILIAR

ATÉ 260 REAIS	5%
260 A 520 REAIS	15%
<b>520 A 1000 REAIS</b>	<b>35%</b>
1000 A 2000 REAIS	25%
2000 A 4000 REAIS	10%
4000 A 8000 REAIS	10%

Aqueles visitantes que declararam ter sido a sua primeira visita ao museu representam uma faixa de 45% e afirmam que o motivo da visita foi conhecer o museu.

**Questão 1:** É a primeira vez que você visita o Museu do Ouro?

SIM	45%
<b>NÃO</b>	<b>55%</b>

Os que declararam não ser a primeira visita representam 55%, mas que a última visita foi há mais de cinco anos, e que foram ao museu basicamente para acompanhar amigos, parentes, filhos em férias. O visitante (100%) declara que depois de visitar o museu encontra motivos para retornar, mas há falta de divulgação.

**Questão 2:** Quando foi sua última visita ao Museu do Ouro?

MENOS DE 6 MESES	15%
1 A 2 ANOS	15%
2 A 5 ANOS	25%
<b>MAIS DE 5 ANOS</b>	<b>45%</b>

**Questão 3:** Qual o motivo da visita ao Museu do Ouro?

<b>CONHECER O MUSEU</b>	<b>45%</b>
TRAZER OS FILHOS	10%
PESQUISA	5%
ACOMPANHAR AMIGOS, PARENTES	25%
FÉRIAS	15%

Entretanto, a média do tempo de visita não ultrapassa 30(trinta) minutos, e como afirma BOURDIEU & DARBEL (1969)

“o tempo dedicado pelo visitante à contemplação das obras apresentadas, ou seja, o tempo de que tem necessidade para “esgotar” as significações que lhe são propostas, constitui, sem dúvida, um bom indicador de sua aptidão em decifrar e saborear tais significações”

**Questão 4:** Você acha que deveria visitar mais vezes o Museu do Ouro?

<b>SIM</b>	<b>100%</b>
NÃO	-

**Questão 5:** Quanto tempo durou a sua visita ao Museu do Ouro?

30 MINUTOS	60%
<b>30 MINUTOS a 1 HORA</b>	<b>20%</b>
1 a 2 HORAS	20%
+ 2 HORAS	-

A atual exposição foi considerada insatisfatória por 40%, satisfatória por 30% e indiferente por 30% dos visitantes quanto à transmissão da informação e a produção de conhecimento, e como afirma BOURDIEU & DARBEL (1969) a importância da morfologia e da organização da exposição museológica que vai determinar a verdadeira função do museu.

“Compreende-se que, através dos mais insignificantes detalhes de sua morfologia e de sua organização, os museus denunciem sua verdadeira função, que consiste em fortalecer o sentimento, em uns, da filiação, e, nos outros da exclusão. (BOURDIEU & DARBEL, 1969)

**Questão 6:** A atual exposição do Museu do Ouro, quanto à informação e a produção de conhecimento, você considera?

SATISFATÓRIA	30%
<b>INSATISFATÓRIA</b>	<b>40%</b>
INDIFERENTE	30%

Considerando que, dos serviços do museu, 85% dos visitantes conhece apenas a exposição, desconhecendo praticamente a existência de uma biblioteca especializada em mineralogia, história, história da arte de quase 3000 (três mil) títulos, e do arquivo histórico dos séculos XVIII e XIX com 218 (duzentos e dezoito) metros lineares com a documentação da comarca do Rio das Velhas, que abarca a história política–econômica e sócio–cultural, bem como outros eventos promovidos e

realizados pelo museu, isto demonstra a falta de comunicação com a comunidade em que a instituição museológica está inserida.

**Questão 7:** Você conhece os serviços que o Museu do Ouro oferece?

<b>EXPOSIÇÃO</b>	<b>85%</b>
ARQUIVO	-
BIBLIOTECA	<b>15%</b>
PALESTRAS	-
CONCERTOS MUSICAIS	-
CURSOS	-
OUTROS	-

Assim CANCLINI (1987) pergunta “Por que estudar o público de museus?”, e responde como o tema é fundamental nos dias de hoje.

“Para esclarecer a situação atual da arte, para desenhar políticas culturais e em relação com as polêmicas que se realizam em muitos países sobre a democratização e participação popular.”

O visitante do Museu do Ouro de modo geral desconhece a realização de um projeto de revitalização da exposição de longa duração, 65% foi o resultado, mas 95% declararam que teria muito interesse em conhecer o projeto, o que caracteriza que a comunidade tem interesse em participar das atividades do museu. Falta, com certeza, um maior diálogo da instituição com o público.

**Questão 8:** Você sabe que a exposição de longa duração do Museu do Ouro está sendo reformulada?

SIM	35%
<b>NÃO</b>	<b>65%</b>

**Questão 9:** Você gostaria de conhecer o projeto de reformulação da exposição de longa duração do Museu do Ouro?

<b>SIM</b>	<b>95%</b>
NÃO	5%

Os entrevistados tiveram oportunidade de expressar qual a função do museu junto à comunidade na qual se encontra inserido, e estes consideram que o museu deveria oferecer; produção de conhecimento (85%), educação (40%), informação (40%), e lazer (25%).

**Questão 10:** Para você qual a função que o Museu do Ouro desempenha dentro da comunidade de Sabará?

EDUCAÇÃO	40%
INFORMAÇÃO	40%
LAZER	5%
<b>CONHECIMENTO</b>	<b>85%</b>

Nesta questão, o visitante poderia marcar mais de uma opção, e nos causa surpresa ao percebermos que o visitante optou pelo item lazer como a função menos expressiva que o museu deva ter junto a comunidade, fica caracterizado que o visitante morador de Sabará, considera o Museu do Ouro um espaço informacional de credibilidade e que este tem um compromisso social extremamente relevante,

basta que a instituição saiba aproveitar e estabelecer esse vínculo com a comunidade ampliando seu potencial de mediador da informação.

A dificuldade apontada pelos visitantes em visitar o museu é a falta de divulgação do (70%); mais uma vez se percebe o distanciamento institucional da comunidade em que o museu está inserido.

**Questão 11:** O que pode dificultar a sua visita ao Museu do Ouro?

CUSTO DO INGRESSO	-
<b>FALTA DE DIVULGAÇÃO</b>	<b>70%</b>
FALTA DE MOTIVAÇÃO	30%
HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO	-
OUTROS	-

O resultado desta amostragem demonstra que o museu tem muito o que fazer, se for capaz sair da proposta da museologia tradicional e caminhar para a nova museologia, e passe a refletir sobre os conceitos de: território, patrimônio, comunidade participativa, ato pedagógico para o eco desenvolvimento.

“Os museus podem desempenhar papéis novos, estar verdadeiramente no centro das políticas de democratização da cultura, se tomarem seriamente a questão informacional e os interesses da população (...)” (CANCLINI, 1987)

Acreditamos que a Ciência da Informação possa contribuir para que a Museologia entenda o museu como um espaço informacional e comunicacional que venha a produzir conhecimento através da transferência da informação, notadamente em museus em contextos comunitários, e como afirma MARTELETO & TOMAÉL (2005)

”No ambiente mais recente das sociedades do conhecimento, da comunicação e da informação, ressalta-se o papel desses fenômenos enquanto valores culturais, políticos e econômicos e das redes, como territórios de apropriação dos conhecimentos e de produção do capital social para o desenvolvimento de comunidades locais e transnacionais.”

### **9.3 Política Nacional de Museus**

No ano de 2003 foi apresentada uma Política Nacional de Museus, (anexo VII), a partir de várias reuniões em que profissionais da área de museus discutiram a questão e através das suas colaborações, foi apresentada uma proposta com o seguinte objetivo:

“Promover a valorização, a preservação e a fruição do patrimônio cultural brasileiro, considerado como um dos dispositivos de inclusão social e cidadania, por meio do desenvolvimento e da revitalização das instituições museológicas existentes e pelo fomento à criação de novos processos de produção e institucionalização de memórias constitutivas da diversidade social, étnica e cultural do País.”

A Política Nacional de Museus desde então vem sendo discutida, avaliada, e introduzida nos museus de todos os níveis: municipal, estadual e federal; mas com certeza é um longo caminho a ser percorrido devido aos vários problemas a serem resolvidos, desde os recursos humanos, aos recursos financeiros.

Na proposta da Política Nacional de Museus são apresentados 07 (sete) eixos programáticos, abaixo determinados. (ANEXO VII)

- **Gestão e configuração do campo museológico**
- **Democratização e acesso aos bens culturais**
- **Formação e capacitação de recursos humanos**
- **Informatização de museus**
- **Modernização de infra-estruturas museológicas**

- **Financiamento e fomento para museus e aquisição**
- **Gerenciamento de acervos culturais.**

Os eixos programáticos ainda estão com um encaminhamento incipiente, mas tendem a amadurecer e gerar frutos para os museus de modo geral, principalmente para os museus fora dos grandes centros que passaram a ter um canal de comunicação. Um Cadastro Nacional de Museus está sendo implantado visando alimentar um banco de dados sobre os museus brasileiros, com isso a possibilidade de produzir um diagnóstico da situação dos museus pode ampliar uma leitura informacional. Além disso, o SISTEMA BRASILEIRO DE MUSEUS foi instituído pelo Decreto nº5264, de 05 de novembro de 2004 com a finalidade de promover uma maior interação entre os museus e profissionais da área, entre registro e disseminação de conhecimento museológico, gestão integrada, e desenvolvimento das ações das unidades museológicas que integrem o sistema.

Estes discursos informacionais, ao se tornarem em práticas informacionais, podem colocar os museus brasileiros como uma instituição presente na sociedade brasileira, um olhar antropológico voltado para a informação como vetor de colocação do sujeito dentro da sociedade.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

### GUARDAR

Guardar uma coisa não é escondê-la ou trancá-la.  
Em um cofre não se guarda coisa alguma.  
Em cofre perde-se a coisa à vista.

Guardar uma coisa é olhá-la, fitá-la, mirá-la por  
admirá-la, isto é, iluminá-la ou ser por ela iluminado.

Guardar uma coisa é vigiá-la, isto é, fazer vigília por  
ela, isto é, velar por ela, isto é, estar acordado por ela,  
isto é, estar por ela ou ser por ela.

Por isso melhor se guarda o vôo de um pássaro  
Do que um pássaro sem vôos.

Por isso se escreve, por isso se diz, por isso se publica,  
por isso se declara e declama um poema:

Para guardá-lo:

Para que ele, por sua vez, guarde o que guarda:

Guarde o que quer que guarda um poema:

Por isso o lance do poema:

Por guardar-se o que se quer guardar.

Antonio Cícero, 1994.

O presente trabalho nasceu do nosso incômodo gerado pela experiência de termos vivido no interior de Minas, e hoje estarmos atuando diretamente com as cidades coloniais, detentores de um acervo cultural extremamente importante para o entendimento da cultura, identidade e memória nacional, e em convívio direto com comunidades de municípios de pequeno porte, com problemas de ordem sócio-econômica e que se diferenciam substancialmente das inseridas nos grandes centros, tais como: Rio de Janeiro e São Paulo.

Essas unidades museológicas, localizadas em “territórios” com um potencial sócio-cultural inesgotável não desenvolvem uma reflexão política que possa reinserir os bens culturais como alternativa social para a comunidade circundante e são mantidos “invisíveis”.

Procuramos apresentar conceitos de CULTURA, IDENTIDADE E MEMÓRIA com enfoque nos museus históricos em contextos comunitários, e como a informação nestes espaços culturais deve se constituir como uma geradora da produção do conhecimento, a partir do entendimento de que a informação é o objeto de trabalho da instituição museológica, considerando-se a informação em dois tipos: a semântica e a estética, buscando na Ciência da Informação os conceitos sedimentados na percepção da diversidade informacional que o objeto museológico oferece, ou como SARACEVIC afirma: “uma complexidade organizada”.

Passamos pela discussão do MUSEU OBJETO DE ESTUDO, tentando entender os conceitos de cultura, identidade e memória na relação com o espaço museológico; MUSEU INFORMAÇÃO COMO OBJETO estabelecendo a relação entre a Museologia e a Ciência da Informação, nesta questão da informação e comunicação museológica, produzindo sentido, gerando conhecimento e MUSEU UMA LEITURA INFORMACIONAL, o estudo do campo empírico e metodologia de pesquisa aplicada ao Museu do Ouro, em Sabará, Minas Gerais.

Quanto às questões informacionais e comunicacionais, a proposta da Nova Museologia se coaduna com os paradigmas da Ciência da Informação ao perceber o objeto museológico como documento, mensagem e informação que carrega níveis informacionais múltiplos, e que se comunica com o sujeito através da sua exposição. Este meio de comunicação tem tido a tendência de oscilar entre o elitismo e o populismo, ao analisarmos o discurso do visitante do Museu do Ouro percebemos o distanciamento institucional da comunidade, e numa pequena oportunidade de se fazer ouvir, ela contribui respondendo o questionário e aponta a falha no processo da comunicação museu x sociedade.

Quanto ao discurso institucional, observamos uma reflexão clara por parte dos dirigentes no entendimento das questões informacionais e comunicacionais do museu, mas, como o Museu do Ouro padece do mal maior da maioria dos museus brasileiros, potencial tem, mas pessoal qualificado não, e acabam por se tornar apenas depositários de objetos.

A promoção social comunitária deve ser um processo com o objetivo de investigação, conhecimento e sistematização da situação econômica, política e social da comunidade. A busca da valorização das manifestações culturais é que historicamente determina e caracteriza aquele território, no resgate da memória

através da preservação e difusão do seu patrimônio cultural, já que os museus possuem a matéria prima do processo educativo que vem por motivar a promoção social.

As dificuldades começam na formação profissional do museólogo, quando este tem a possibilidade de trabalhar na área, sabendo que, na maioria das vezes, a ausência desse tipo de profissional continua gritante nas instituições museológicas, até pelo desconhecimento da sua existência no mercado de trabalho.

A formação do profissional de museologia também se modificou, mas continua existindo somente duas universidades no Brasil que oferecem a graduação em Museologia, a Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO, e a Universidade Federal da Bahia – UFBA. E, em ambos os currículos observamos a minimização das disciplinas da documentação museológica, fazendo dela uma disciplina optativa, ou, quando disciplina obrigatória, com carga horária baixa, embora se possa observar que na graduação de museologia da UNIRIO a interface com a Ciência da Informação já se faz presente.

Consideramos que esta observação se desenvolveu durante o desenrolar deste trabalho não sendo ele o foco da pesquisa, mas que com certeza abriu uma possibilidade de desenvolver a questão dos cursos de graduação de museologia, na área da Ciência da Informação numa tese de doutorado.

Se o objeto de trabalho do museu é o acervo, como se explica essa deficiência, que, com certeza, afeta de maneira irreversível o desempenho do museólogo. Os museus não podem continuar apenas como depósitos de objetos; como a maioria ainda persiste em ser, o século XXI impele vertiginosamente que estas instituições sejam produtoras de conhecimento; do contrário, estarão fadados ao fenecimento.

As instituições museológicas em contextos comunitários devem ter um compromisso muito maior com a comunidade em que estão inseridas pela sua forte identidade cultural; o diálogo pode ser enriquecedor para os dirigentes de museus e a comunidade, permitindo um fluxo contínuo de informação, e se tornando verdadeiros meios de comunicação, que conseqüentemente poderão atingir um número cada vez maior de pessoas.

As mudanças dos processos informacionais que atingem os aspectos culturais, econômicos e tecnológicos fazem do museu, na atualidade, um meio de comunicação de massa, e o não entendimento do objeto museológico como documento, demonstra a falta de metodologia e pesquisa científica. Os sistemas de recuperação da informação inexistentes, precários, falhos geradores do desconhecimento da informação de que o museu é detentor, fazem dele um espaço estagnado, sem dinâmica, persistindo o “segredo” e o “sagrado”.

Os museus são espaços de comunicação e informação, mas a questão pedagógica deve ser aliada a estas, só assim o público poderá aprender a se informar e a informar, onde buscar as informações que necessita, tendo a capacidade de selecionar e criticar. A informação museológica, como a informação em qualquer área do conhecimento humano, tem duas faces, caracterizadas por (LE COADIC, 2003) como: face cognitiva e face social.

A face cognitiva são os processos intelectuais e técnicas, ou seja, trabalha com os problemas teóricos e práticos da área; enquanto a face social é a aplicação dos processos da face cognitiva de maneira a melhorá-los e ampliá-los, e assim legitimá-los.

O museu tem que se entender como um espaço informacional e comunicacional, fonte de pesquisa científica e estética, produtor de conhecimento, e conseqüente mediador da informação, dentro do seu contexto cultural, e sua pluralidade social. O museu histórico, em contexto comunitário, tem que se ver como aquele que pode e deve usufruir desse espaço e potencializar toda a dimensão expressa anteriormente.

Entretanto, para isso faz-se necessário que o museu estabeleça uma visão clara a respeito de para onde se dirige e como chegar lá. Para isso acontecer, um Plano Diretor é de vital importância, ele proporcionará ao museu idéias de finalidade, de público, de direção, de avaliação, estratégia e plataforma financeira.

A metodologia e a prática museológica continuam em conflito até mesmo numa instituição reconhecida de preservação do patrimônio cultural como o IPHAN, que atua no país desde 1937, com quase 70 (setenta) anos de existência. Existe a possibilidade da criação do Instituto Brasileiro de Museus, e assim, os museus, hoje vinculados ao IPHAN, pode ser incorporados a este instituto, que talvez represente

um fortalecimento da área, para que o desenvolvimento e a prática informacional se tornem mais presente nas suas discussões e ações.

Consideramos que a contribuição para a Ciência da Informação é a possibilidade de estreitamento com a Museologia e a promoção do diálogo das duas áreas, ainda tão incipiente. Abrir mais um espaço no desenvolvimento da pesquisa científica da pós-graduação da Universidade Federal de Minas Gerais, entendendo o museu como espaço informacional e comunicacional é nossa intenção. Ao deslocar o foco museal do objeto em si e abrir o leque de vários níveis de informação que o formam e o inserem no processo cultural, o Museu será compreendido como instituição comunicativa, fonte de pesquisa científica e estética, transmissora de conhecimento e disseminadora da informação.

O museu, sobretudo, deve ser a atenção que recebe da sua comunidade, atuando na valorização das vivências sociais, concentrando-se nas experiências passadas, nas ações presentes e aspirações futuras do povo brasileiro. O Museu como pilar cultural é um desafio, e através de conceitos da Ciência da Informação é possível perceber a diversidade informacional do objeto/documento.

A prática museológica oscila entre os dois paradigmas: museologia tradicional e a nova museologia. O primeiro é aquele que se preocupa basicamente com questões administrativas e preservacionista do objeto; a outra forma de atuação está mais voltada para as necessidades e anseios sociais, assim como trabalha com a idéia de patrimônio entendido na sua globalidade e, as ações de preservação documentação e pesquisa são feitas a partir dessa noção mais global do patrimônio.

É evidente que, no século XXI, torna-se cada vez mais impossível atuar nas ciências sociais de “costas” voltadas para o homem e para o mundo que nos rodeia, mundo este carregado de diferenças, dicotomias e pluralidade de culturas, e se não pensarmos de maneira holística à sociedade estaremos fadados a sermos tragados pela “globalização perversa” (SANTOS,2003), em que o autor apresenta a violência da informação, em que ela é manipulada e ideológica.

A trajetória do campo museológico pode ser contextualizada dentro da história sócio-cultural e política-econômica pela qual a América Latina tem passado, com diversos conflitos sociais, econômicos, políticos, ideológicos. Os museus brasileiros dependentes das políticas culturais estabelecidas têm estado preocupados com os

problemas sociais gerados por uma sociedade globalizada, mas de cunho eminentemente econômico, onde o homem/sujeito não encontra o seu lugar, gerando um crescente fosso entre os países subdesenvolvidos x países, ou seja, dominados x dominantes.

As discussões museológicas pelos profissionais da área apontam diversos problemas existentes, tais como: nas áreas culturais, educativas, sociais e, até mesmo, econômicas, sentindo-se comprometidos com estes problemas que afetam a todos, em diversos níveis, procuram indicar alguns caminhos que possam servir de alerta, pelo menos, no âmbito da Museologia.

Esperamos ter repensado na construção do museu além do olhar institucional, mas perpassando principalmente pelo seu público, para quem o museu deve estar a serviço, acreditamos que a Ciência da Informação a cada dia possa ter um papel preponderante nas questões relacionadas aos museus, como afirma WERSIG (1997) “os museus são meios de comunicação importante para a pós-modernidade e devem se adaptar as características da sociedade da informação”.

Esperamos que o museu no século XXI passe a entender a palavra GUARDAR como o poeta carioca Antonio Cícero, e se perceba como espaço informacional e comunicacional, mas, para isso, faz-se necessário uma vontade política arrojada, aliada a uma reflexão científica, com certeza um grande desafio para a museologia brasileira.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA JR., Oswaldo Francisco de. Sobre os métodos e as técnicas de pesquisa: reflexões. In: Métodos qualitativos de pesquisa em Ciência da Informação. São Paulo. Polis, 2005.

BARRETO, Aldo de Albuquerque. A questão da informação. São em Perspectiva, São Paulo: Revista Fundação SEADE, v.8, n.4, p.3-8, out-dez. 1994.

BARRETO, Aldo de Albuquerque. A oferta e a demanda da informação: condições técnicas, econômicas e políticas. In: Ciência da Informação. nº336, 2004.

BARRETTO, Margarita. Paradigmas actuales de la Museologia. In: Ciudad Virtual de Antropología Y Arqueología. Disponível em <http://www.naya.org.ar>, acessado em 09 de dezembro de 2004.

BORGES, Mônica Erichsen Nassif e outros. Estudos Cognitivos em Ciência da Informação. Enc. Bibli: R. Eletr. Biblioteconomia. Ci. Inf., Florianópolis, n.15, 1ºsem. 2003.

BOSI, Ecléa. Memória e Sociedade. São Paulo. T. A. Queiroz Editor, 1979.

\_\_\_\_\_. O tempo vivo da memória: ensaios de psicologia social. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

BOURDIEU, Pierre. O poder simbólico. Lisboa: DIFEL, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

BRONOWSKI, Jacob. A escalada do homem. São Paulo. Martins Fontes, 1992.

BUCKLAND, M.K. Information as thing. In: Journal of the American Society of Information Science, v.42, n.5, p.351 – 360.1991.

BURKE, Peter. Uma História Social do Conhecimento: de Gutenberg a Diderot. Rio de Janeiro. Jorge Zahar Ed. 2003.

BYATT, A.S. Morpho Eugenia. In: Anjos e Insetos. São Paulo. Cia.das Letras, 1992.

CAMERON, Duncan F. Le musée: temple ou forum. In: Desvallées, André (org.). Vagues: une anthologie de la nouvelle museologie. Mâcon, FR. Edition W/M.N.E.S, 1992, v.1.

CANCLINI, Néstor García. Museos y Público: Cómo Democratizar la Cultura. In: El Público Como Propuesta: Cuatro Estudios Sociológicos en Museos de Arte. Colección Artes Plásticas. Série Investigación y Documentación de las Artes. CENIDIAP, México, 1987.

\_\_\_\_\_. Culturas Híbridas: Estratégias para entrar e sair da Modernidade/Nestor García Canclini; tradução Heloísa Pezza Cintrão, Ana Regina Lessa. 3ed.-São Paulo. Editora da Universidade de São Paulo, 2000.

CAPRA, Fritjof. A Teia da Via: Uma Nova Compreensão Científica dos Sistemas Vivos. São Paulo. Editora Cultrix, 1996.

CAPURRO, Rafael. Epistemologia e Ciência da Informação. In: V Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (ENANCIB), Belo Horizonte, 2003.

CASTELLO, José. Cultura. In: A Era FHC, um balanço/Bolívar Lamounier, Rubens Figueiredo (organizadores). São Paulo: Cultura Editores Associados, 2002.

CASTRO, Ana Lúcia Siaines de. O Museu: Do Sagrado ao Segredo – Uma abordagem sobre Informação Museológica e Comunicação. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação). Rio de Janeiro: UFRJ/ECO, 1995.

\_\_\_\_\_. Memórias Clandestinas e sua museificação: uma prospecção sobre institucionalização e agregação informacional.Tese (Doutorado em Ciência da Informação). Rio de Janeiro: UFRJ/ECO, 2002.

\_\_\_\_\_. Informação museológica: uma proposição teórica a partir da Ciência da Informação. In: Ciência da Informação, ciências sociais e interdisciplinaridade. Rio de Janeiro. IBICT, 1999.

CASTRO, Sonia Rabello de. O Estado na Preservação de bens culturais: o tombamento. Rio de Janeiro, Renovar, 1991.

CHAGAS, Mário de Souza. Museália. Rio de Janeiro: J C Editora, 1996.

\_\_\_\_\_. Linguagens, tecnologias e processos museológicos. In: Oficina do Inconfidência: revista de trabalho. – ano 1. n.0 (dez.) 1999. Ouro Preto: Museu da Inconfidência. 1999.

CÍCERO, Antonio. Guardar. Rio de Janeiro, Ed.Record, 1996.

COELHO, Teixeira. Dicionário Crítico de Política Cultural: Cultura e Imaginário. São Paulo, Ed.Illuminuras Ltda., 1999.

\_\_\_\_\_. O que é ação cultural. São Paulo, Editora Brasiliense, 1989.

CONSTELAÇÃO CAPANEMA: intelectuais e políticas/Organizadora: Helena Bomeny. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001.

COSTA, Lygia Martins. A defesa do patrimônio cultural móvel. In: Revista do IPHAN, vol.22. Rio de Janeiro, 1987.

CUCHE, Denys. A noção de cultura nas ciências sociais. Bauru. EDUSC, 2002.

DARNTON, Robert. Vandalismo em Bagdá. In: Mais! Folha de São Paulo, SP, 04.05.2003.

DELOCHE, Bernard. Museologia e Instituições museológicas como agentes ativos da mudança: passado, presente, futuro. Museologia e futuro – o futuro como problema de teoria dos museus. In: Cadernos Museológicos. nº2 . Coletânea de Textos Técnicos. Rio de Janeiro. Secretaria da Presidência da República/IBPC, 1989.

DESVALLÉES, André. Présentation. In: Desvallées, André (org.). Vagues: une anthologie de la nouvelle museologie. V.1. Mâcon, FR: Edition W./M.N.E.S, 1992, v.1.

\_\_\_\_\_. A museologia e os Museus: mudanças de conceitos. In: Cadernos Museológicos. nº1. Coletânea de Textos Técnicos. Rio de Janeiro. Secretaria da Presidência da República/IBPC, 1989.

DURKHEIM, Émilia. Éléments d'une theorie sociale. Paris: De Minuit, 1975.

FARIA, Margarida Lima de. A função social dos museus. Texto apresentado na Conferência Internacional – A cultura em ação: impactos sociais e território, Porto, outubro de 2001. Disponível em [www.@rpmuseus-pt.org/Pt/cont/MargaridaFaria.html](http://www.rpmuseus-pt.org/Pt/cont/MargaridaFaria.html), acessado em 19/03/2003.

FERREIRA, Sueli Mara. A abordagem Sense Making. 1997. Disponível em [www.eca.usp.br/nucleos/sense](http://www.eca.usp.br/nucleos/sense), acessado em 05/06/2003.

FEIJÓ, Martin Cezar. O que é política cultural. Coleção Primeiros Passos, vol.182. São Paulo, Editora Brasiliense, 1986.

FERREZ, Helena Dodd. Documentação Museológica: Teoria para uma Boa Prática. In: Cadernos de Ensaio nº2 – Estudos de Museologia/MINC, IPHAN. Deptº de Promoção. Rio de Janeiro: IPHAN, 1994. (pág.65 – 74)

FRANÇA, Júnia Lessa. Manual para normalização de publicações técnico-científicas; colaboração: Ana Cristina de Vasconcellos, Maria Helena de Andrade Magalhães, Stella Maris Borges. – 5. ed. – rev. – Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2001.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélide. Metodologia de pesquisa no campo da Ciência da Informação. In: DataGramZero. Revista de Ciência da Informação. V.1, nº6, RJ, dez/2000. Disponível em: < <http://www.gzg.org.br/dez00/art.03.htm>. Acessado em 26 mai 2004.

GUARNIERI, Waldisa Rússio. Museologia e Identidade. In: Cadernos Museológicos. nº 1. Rio de Janeiro: IBPC, 1989.

\_\_\_\_\_. Conceito de cultura e sua interrelação com o patrimônio cultural e a preservação. In: Cadernos Museológicos. nº3. Rio de Janeiro. Secretaria da Presidência da República/IBPC, 1990.

HALBWACHS, Maurice. A memória coletiva. São Paulo. Vértice, 1990.

\_\_\_\_\_. Les Cadres Sociaux de la Mémoire. Ed.Albin Michel, Paris, 1994.

HELL, Victor. A idéia de cultura. São Paulo, Martins Fontes, 1989.

HORTA, Maria de Lourdes. O processo de comunicação em museus. In: Cadernos Museológicos. Nº1. Coletânea de Textos Técnicos. Rio de Janeiro. Secretaria da Presidência da República/IBPC, 1989.

\_\_\_\_\_. Museologia nos países em desenvolvimento: ajuda ou manipulação. In: Cadernos Museológicos. Nº2. Coletânea de Textos Técnicos. Rio de Janeiro. Secretaria da Presidência da República/IBPC, 1989.

\_\_\_\_\_. A relação cultura material e museus. In: Cadernos Museológicos. Nº3. Coletânea de Textos Técnicos. Rio de Janeiro. Secretaria da Presidência da República/IBPC, 1990.

JAKOBSON, Roman. Lingüística. Poética. Cinema. Coleção Debates, 22. Ed.Perspectiva, 1970.

LATOUR, Bruno. Redes que a razão desconhece: laboratórios, bibliotecas, coleções. In: O Poder das Bibliotecas: a memória dos livros no Ocidente. Rio de Janeiro. Editora UFRJ, 2000.

LE COADIC, Yves-François. A ciencia da informação. – 2ed.rev.e atual. – Brasília, DF: Briquet de Lemos/Livros, 2004.

LE GOFF, Jacques. Documento/Monumento. In: Memória-História. Vol.1.Enciclopédia Einaudi, Lisboa: Imprensa Nacional, 1997.

LEMOS, Carlos A. C. O que é patrimônio histórico. Coleção Primeiros Passo, vol. 51. São Paulo, Ed.Brasiliense, 4ª ed., 1985.

LÉON, Aurora. El Museo. Teoría, Praxís y utopía. Cuadernos Arte Cátedra, Madrid, Ediciones Cátedra S/A., 1986.

LOURENÇO, Maria Cecília França. *Museus à Grande*. In: Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. nº 30. Brasília, DF. IPHAN/MINC, 2002.

MAGALHÃES, Aluísio. E Triunfo?: A questão dos bens culturais no Brasil. Rio de Janeiro, Nova Fronteira: Fundação Nacional ProMemoria, 1983.

MARAOEVIC, Ivo. The museum message: between the document and information. In: Museum, Media, Message. London: Routledge. 1995.

MARTELETO, Regina. Cultura da Modernidade: discursos e práticas informacionais. In: Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG. Belo Horizonte, v.23, n.2. (pág.115-137). Jul/dez de 1994.

\_\_\_\_\_. Sujeito e Informação. Escola de Ciência da Informação, UFMG. 1º semestre/2003. Notas de aula.

\_\_\_\_\_ e TOMAÉL, Maria Inês. A Metodologia de Análise de Redes Sociais (ARS). In: Métodos qualitativos em Ciência da Informação. São Paulo. Polis, 2005.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. América Latina e os anos recentes: o estudo da recepção em comunicação social. In: Sujeito, o lado oculto do receptor. SOUSA, Mauro Wilton de (org.) São Paulo. Brasiliense, 1995.

MEC.SPHAN.PROMEMÓRIA. Proteção e Revitalização do Patrimônio Cultural no Brasil: Uma trajetória. MEC.SPHAN.ProMemória, Brasília, DF., 1980.

MEC.IPHAN. Legislação Brasileira de Proteção aos Bens Culturais. MEC.IPHAN, RJ., 1976.

MENESES, José Newton Coelho. História & Turismo. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra. Do Teatro da memória ao laboratório da História: a exposição museológica e o conhecimento histórico. In: Anais do Museu Paulista. São Paulo: USP. v.2. jan/dez. 1994.

\_\_\_\_\_. Memória e cultura material: documentos pessoais no espaço público. In: Seminário Internacional sobre Arquivos Pessoais, Rio/São Paulo, CPDOC/FGV-IEB/USP, 1997.

MENSCH, Peter van. Museus em movimento – uma estimulantes visão dinâmica sobre interrelação museologia – museus. In: Cadernos Museológicos. nº1. Coletânea de Textos Técnicos. Rio de Janeiro. Secretaria da Presidência da República/IBPC, 1989.

MENSCH, Peter van & POUW, Piet J. M. & SCHOUTEN, Frans F. J. Metodologia da museologia e treinamento profissional. In: Cadernos Museológicos. nº3. Coletânea de Textos Técnicos. Rio de Janeiro. Secretaria da Presidência da República/IBPC, 1990.

MINAYO, Maria Cecília de Sousa. Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social. In: DESLANDES, S.F. Pesquisa social: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 1994.

\_\_\_\_\_. O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. 8ª Ed. São Paulo. Hucitec, 2004.

MINISTÉRIO DA CULTURA. Política Nacional de Museus: Bases Para a Política Nacional de Museus e Programa de Formação e Capacitação em Museologia. Brasília. MINC, 2003.

MINISTÉRIO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA. Conteúdos e Identidade Cultural – Capítulo 5. In: Sociedade da Informação no Brasil: livro verde/org. por Tadao Takahashi. Brasília, 2000.

MOLINA, J.Carlos Fernández. Enfoque objetivo y subjetivo del concepto de informacion. In: Revista Española de Documentación Científica. Española. 17 de março de 1994.

MOURÃO, Rui. A Nova Realidade do Museu. Ouro Preto, MINC-IPHAN – Museu da Inconfidência, 1994.

MUSEOGRAFIA: A LINGUAGEM DOS MUSEUS A SERVIÇO DA SOCIEDADE E DE SEU PATRIMÔNIO CULTURAL/org. Jurema Kopke Eis Arnaut, Cícero Antonio Fonseca de Almeida. Rio de Janeiro: IPHAN/OEA, 1997.

NASCIMENTO JR., José do. Museu e Educação. Disponível em [www.museunet.com.br/Leitura/leitura32.htm](http://www.museunet.com.br/Leitura/leitura32.htm), acessado em 01/07/2003.

NOGUEIRA, Sandra. A cultura material no processo educativo: museus, objectos e ofícios tradicionais na reconstrução de identidades e evocação de memórias. In: Revista de Turismo y Patrimônio Cultural. Vol.1. nº1; 2003, pág.97-103. Disponível [www.pasosoline.org](http://www.pasosoline.org). Acessado em julho de 2004.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Projeto História, São Paulo, n.10, dez, 1993.

PACHECO, Leila Maria Serafim. Informação e Contexto: uma análise arqueológica. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação). Rio de Janeiro. UFRJ/ECO, 1992.

POLLACK, Michel. Memória e Identidade Social. Estudos Históricos: memória, Rio de Janeiro, v.2, n.3, 1989.

ROCHA, Luísa Maria Gomes de Mattos. Museu, Informação e Comunicação: o processo de construção do discurso museográfico e suas estratégias. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação). Rio de Janeiro. UFRJ/ECO, 1999.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Um discurso sobre as ciências. São Paulo. Cortez, 2003.

SANTOS, José Luiz dos Santos. O que é cultura. Coleção Primeiros Passos. Vol.110. São Paulo, Ed.Brasiliense, 2ªed., 1984.

SANTOS, Milton. Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal. – 10. ed. - rev. Rio de Janeiro: Record, 2003.

SARACEVIC, T. Ciência da Informação: origem, evolução e relações. 1996 (xerox)

SETZER, Valdemar. Dado, informação, Conhecimento e Competência. Abril/2001. Disponível em [www.ime.usp.br/~vwsetzer](http://www.ime.usp.br/~vwsetzer), acessado em 20/06/2003.

SFEZ, Lucien. A comunicação. Lisboa: Instituto Piaget, 1996.

SHANNON, C e WEAVER, w. The mathematical theory of communication. University of Illinois Press. 1949.

SHERA, Jesse H. Bibliothéconomie, documentation et science de l'information. Paris. Unesco. Vol.XXII, nº2, mars-avril 1968.

SHERA, J.H e CLEVELAND, D.B. History and foundations of Information Science. In: Annual Review of Information Science and Technology, v.12, 1977.

SILVA, Armando Malheiro da e outros. Arquivística – Teoria e Prática de uma Ciência da Informação. Coleção Biblioteca das Ciências do Homem/Plural/2, vol.1. Porto, Ed. Afrontamento, 1998.

SMIT, Johanna W. Archivología, Biblioteconomía y Museología: Semejanzas y diferencias. In: Ciencias de la Información. Vol.30. nº2; sept., 1999 (3-10).

SODRÉ, Muniz. Reiventando @ cultura: a comunicação e seus produtos. Petrópolis, RJ. Editora Vozes, 1996.

SOFKA, Vinos. A galinha ou o ovo? . In: Cadernos Museológicos. nº 1. Coletânea de Textos Técnicos. Rio de Janeiro. Secretaria da Presidência da República/IBPC, 1989.

SOLA, Tomislaw. Identidade – Reflexões sobre um problema crucial para os museus. In: Cadernos Museológicos nº1. Coletânea de Textos Técnicos. Rio de Janeiro, IBPC, 1989.

\_\_\_\_\_. Contribuição para uma possível definição de museologia. In: Cadernos Museológicos. nº3. Coletânea de Textos Técnicos. Rio de Janeiro. Secretaria da Presidência da República/IBPC, 1990.

SOUSA, Mauro Wilton de. (org.). Recepção e comunicação: a busca do sujeito. In: Sujeito, o lado oculto do receptor. São Paulo: Brasiliense, 1995.

SPIELBAVER, Judith K. Identidade. In: Cadernos Museológicos. nº 1. Coletânea de Textos Técnicos. Rio de Janeiro. Secretaria da Presidência da República/IBPC, 1989.

SUANO, Marlene. O que é Museu. Coleção Primeiros Passos. Vol. 182. São Paulo, Editora Brasiliense, 1986.

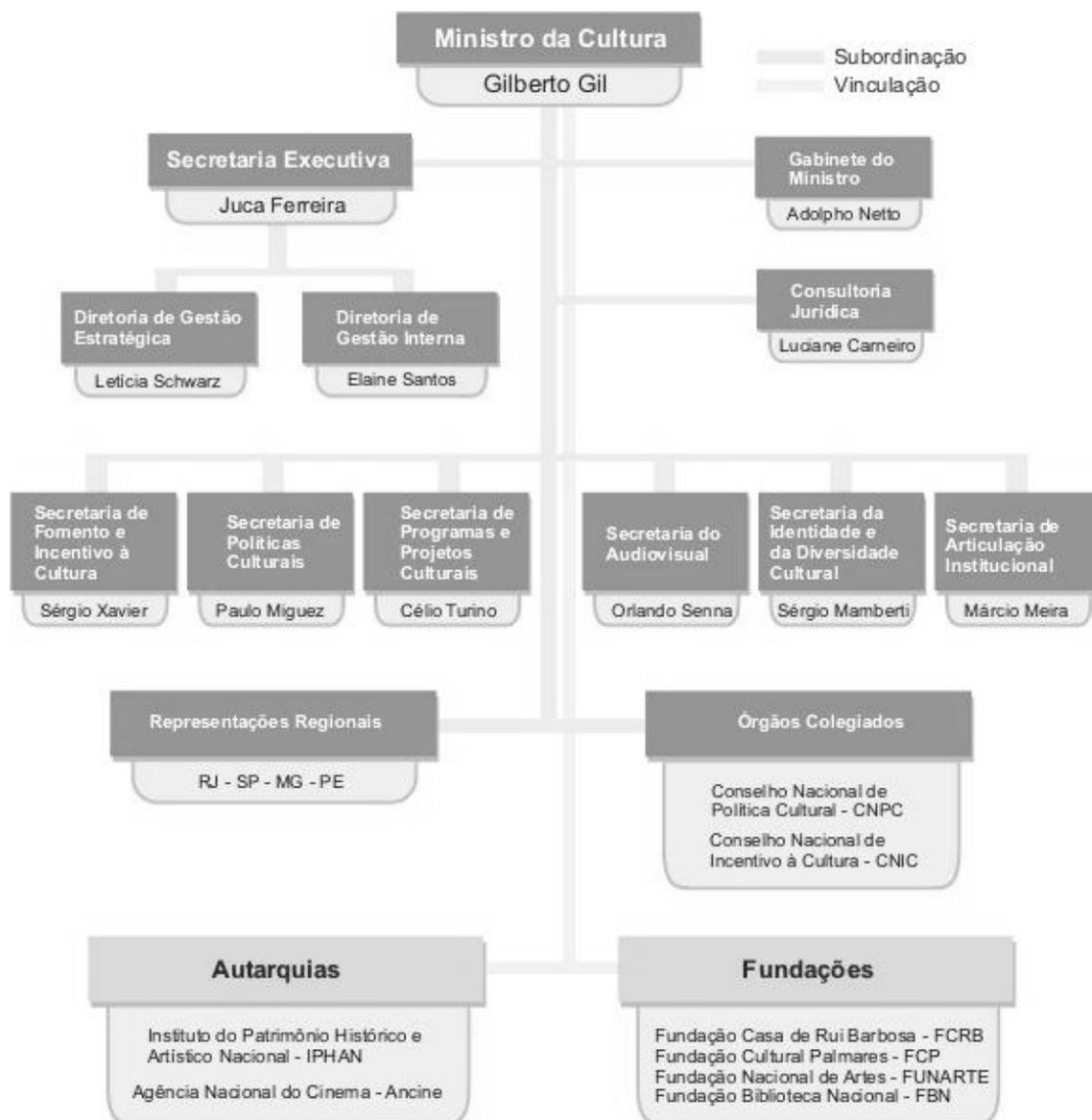
VARINE - BOHAN, Hugues de. O Tempo Social. Coleção Eleutherias. Rio de Janeiro, Livraria Eça Editora, 1987.

VILLALTA, Luiz Carlos. 1789 – 1808: O imperio luso-brasileiro e os brasis. Coord. Laura de Mello e Souza. Lilia Mortiz Schwarcz. São Paulo. Cia das Letras. 2000 (Virando Séculos).

WERSIG, Gernot. Museums and “information society” – between market culture and people’s assurance seeking. Berlin, set.1997. Disponível em : <http://www2.kommwiss.fu-berlin.de/~gwersig/publi-pro/www/fhtw97.htm>. Acesso em 25 mai.2004.

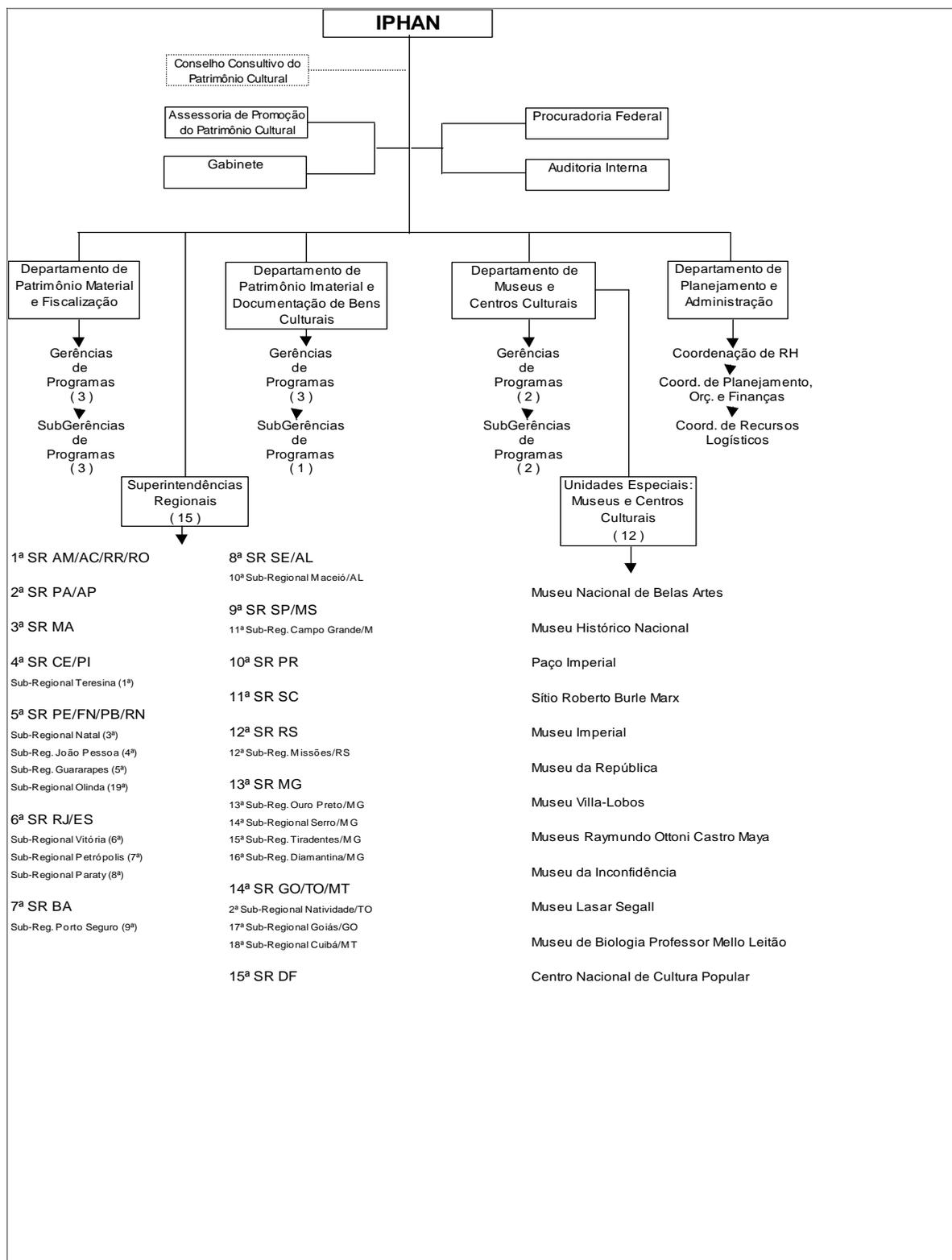
ZBYNĚK, Z. Stransky. Para uma definição de uma Teoria de Museus. In: Cadernos Museológicos. nº3. Coletânea de Textos Técnicos. Rio de Janeiro. Secretaria da Presidência da República/IBPC, 1990.

## ANEXO I – ORGANOGRAMA MINISTÉRIO DA CULTURA



Fonte: [www.cultura.gov.br](http://www.cultura.gov.br), acessado em 12 de abril de 2005.

# ANEXO II – ORGANOGRAMA DO INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL – IPHAN



**ANEXO III – LEI N º 378 DE 13 DE JANEIRO DE 1937**  
**CRIA O SERVIÇO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL**

O Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil:

Faço saber que o Poder Legislativo decreta e eu sanciono a seguinte lei:

**CAPÍTULO III**

**Seção III**

Dos serviços à educação

Artigo 46.º- Fica criado o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, com a finalidade de promover, em todo o país e de modo permanente, o tombamento, a conservação, o enriquecimento e o conhecimento do patrimônio histórico e artístico nacional.

§ 1º O serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional terá, além de outros órgãos que se tornarem necessários ao seu funcionamento, o Conselho Consultivo.

§ 2º O Conselho Consultivo se constituirá de diretor do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, dos diretores dos museus nacionais de coisas históricas ou artísticas, e de mais dez membros, nomeados pelo Presidente da República.

§ 3º O Museu Histórico Nacional, o Museu Nacional de Belas-Artes e outros museus nacionais de coisas históricas ou artísticas, que forem criados, cooperarão nas atividades do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, pela forma que for estabelecida em regulamento

**CAPÍTULO IX**

Disposições transitórias

Artigo 119.º - Fica o Poder Executivo autorizado a despender, no exercício de 1937, por conta da dotação de Rs. 86.813:193\$400, constante da parte III (Serviços e encargos diversos), verba 23a., subconsignação n.º 2, do orçamento do Ministério da Educação e saúde:

1) com as despesas de material necessário ao Instituto Nacional de Pedagogia, ao Instituto Nacional de Cinema Educativo, ao Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, ao Museu Nacional de Belas-Artes, ao Instituto Cairu e ao Serviço de Radiofusão Educativa, respectivamente, as quantias de R\$.250:000\$000, R\$ 400:000\$000, R\$ 300:000\$000, R\$ 100:000\$000, R\$ 50:000\$000;

Artigo 130.º - Fica extinto o Conselho Nacional de Belas-Artes, cujas funções passarão a ser exercidas pelo Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional pelo Museu Nacional de Belas-Artes.

Artigo 143.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 144.º - Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 13 de Janeiro de 1937; 116º da Independência e 49º da República.

Getúlio Vargas

Gustavo Capanema

Artur de Souza Costa.

#### ANEXO VIII

Exposição de motivos submetida pelo Ministro Gustavo Capanema ao Presidente Gétulio Vargas em novembro de 1937.

SR. presidente:

A proteção do patrimônio histórico e artístico nacional é assunto que de longa data vem preocupando os homens de cultura de nosso país

Nada, pelo menos nada de orgânico e sistemático se havia feito, porém, até 1936, quando foi por V.Exa. criado o serviço do Patrimônio Histórico Nacional.

Trabalhava-se aqui e ali, com pequenos recursos para evitar um ou outro desastre irreparável.

O grande acervo de preciosidades de valor histórico ou artístico ia-se perdendo, dispersando, arruinando, alterando.

Proprietários sem escrúpulos ou ignorantes deixavam que bens os mais preciosos se acabassem ou se evadissem, ante o descaso ou a inércia dos poderes públicos.

As vozes de um ou outro patriota ou esforço deste ou daquele homem público não traziam o remédio necessário adequado.

A criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, em abril de 1936, foi o passo decisivo. Montou-se o aparelho de alcance nacional, destinado a

exercer ação enérgica e permanente, de modo direto ou indireto, para conservar e enriquecer o nosso patrimônio histórico e artístico e ainda para torná-lo conhecido.

A princípio funcionou o serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional em bases provisórias.

A lei n.º 378, de 13 de janeiro de 1937, proposta pelo Poder Executivo, deu-lhe a estrutura definitiva, que ora apresenta.

Em pouco mais de um ano e meio de funcionamento, a soma copiosa de trabalhos realizados tem demonstrado a utilidade do empreendimento.

Desde logo, entretanto, se verificou que a ação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional não teria a necessária eficiência se não fossem fixados os princípios fundamentais da proteção das coisas de valor histórico ou artístico, princípios que não somente traçassem o plano de ação dos poderes públicos, mas ainda assegurassem, mediante o estabelecimento de penalidades, a cooperação de todos os proprietários.

Foi, assim, elaborado o necessário projeto de lei. Na sua feitura, aproveitou-se tudo quanto de útil, entre nós, se projetara anteriormente. Foi consultada e atendida, no que pareceu conveniente, a legislação estrangeira.

Vossa Excelência apresentou o projeto ao Poder Legislativo em 15 de outubro de 1936. Na Câmara dos Deputados não se lhe fez emenda. O Senado Federal introduziu-lhe algumas pequenas modificações. A 10 do corrente mês de novembro, quando se decretou a nova Constituição, estava o projeto em fase final de elaboração, de novo na Câmara dos Deputados.

Retomando agora o projeto inicial, julguei de bom aviso nele incluir, com uma ou duas exceções, as emendas do Senado Federal, e ainda uma ou outra nova disposição com o que lhe melhorou o texto.

O projeto de decreto-lei, que ora tenho a honra de submeter à elevada consideração de Vossa Excelência é, assim, o resultado de longo trabalho, em que foram aproveitadas as lições e os alvitre dos estudiosos da matéria.

É ainda de notar que, nesse projeto, está regulada em toda a sua plenitude, a disposição do art. 134 da Constituição.

Transformado em lei, é lícito esperar que de sua execução decorra para o nosso patrimônio histórico e artístico a proteção vigilante, segura e esclarecida de que ele, há tanto tempo, está carecendo.

Apresento a Vossa Excelência os meus protestos de respeitosa consideração.  
Gustavo Capanema.

## **ANEXO IV – DECRETO-LEI Nº25 DE 30 DE NOVEMBRO DE 1937.**

### **ORGANIZA A PROTEÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL.**

O Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

#### **CAPÍTULO I Do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**

Artigo 1º - Constitui o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no País e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico.

§ 1º - Os bens a que se refere o presente artigo só serão considerados parte integrante do patrimônio histórico e artístico nacional depois de inscritos separada ou agrupadamente num dos quatro Livros do Tombo, de que trata o Art. 4º desta lei.

§ 2º - Equiparam-se aos bens a que se refere o presente artigo e são também sujeitos a tombamento os monumentos naturais, bem como os sítios e paisagens que importe conservar e proteger pela feição notável com que tenham sido dotados pela Natureza ou agenciados pela indústria humana.

Artigo 2º - A presente lei se aplica às coisas pertencentes às pessoas naturais, bem como às pessoas jurídicas de direito privado e de direito público interno.

Artigo 3º - Excluem-se do patrimônio histórico e artístico nacional as obras de origem estrangeira:

- 1º) que pertençam às representações diplomáticas ou consulares acreditadas no País;
- 2º) que adornem quaisquer veículos pertencentes a empresas estrangeiras, que façam carreira no País;
- 3º) que se incluam entre os bens referidos no art. 10 da Introdução ao Código Civil, e que continuem sujeitas à lei pessoal do proprietário;
- 4º) que pertençam a casas de comércio de objetos históricos ou artísticos;
- 5º) que sejam trazidas para exposições comemorativas, educativas ou comerciais;
- 6º) que sejam importadas por empresas estrangeiras expressamente para adorno dos respectivos estabelecimentos.

Parágrafo único: As obras mencionadas nas alíneas 4 e 5 terão guia de licença para livre trânsito, fornecida pelo Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

#### **CAPÍTULO II Do Tombamento**

Artigo 4º - O Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional possuirá quatro Livros do Tombo, nos quais serão inscritas as obras a que se refere o art. 1º desta lei, a saber:

1º) no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, as coisas pertencentes às categorias de arte arqueológica, etnográfica, ameríndia e popular, e bem assim as mencionadas no § 2º do citado art. 1º;

2º) no Livro do Tombo Histórico, as coisas de interesse histórico e as obras de arte histórica;

3º) no Livro do Tombo das Belas-Artes, as coisas de arte erudita nacional ou estrangeira;

4º) no Livro do Tombo das Artes Aplicadas, as obras que se incluírem na categoria das artes aplicadas, nacionais ou estrangeiras.

§ 1º - Cada um dos Livros do Tombo poderá ter vários volumes.

§ 2º - Os bens, que se incluem nas categorias enumeradas nas alíneas 1, 2, 3 e 4 do presente artigo, serão definidos e especificados no regulamento que for expedido para execução da presente lei.

Artigo 5º - O tombamento dos bens pertencentes à União, aos Estados e aos Municípios se fará de ofício por ordem do Diretor do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, mas deverá ser notificado à entidade a quem pertencer, ou sob cuja guarda estiver a coisa tombada, a fim de produzir os necessários efeitos.

Artigo 6º - O tombamento de coisa pertencente à pessoa natural ou à pessoa jurídica de direito privado se fará voluntária ou compulsoriamente.

Artigo 7º - Proceder-se-á ao tombamento voluntário sempre que o proprietário o pedir e a coisa se revestir dos requisitos necessários para constituir parte integrante do patrimônio histórico e artístico nacional a juízo do Conselho Consultivo do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, ou sempre que o mesmo proprietário anuir, por escrito, à notificação, que se lhe fizer, para inscrição da coisa em qualquer dos Livros do Tombo.

Artigo 8º - Proceder-se-á ao tombamento compulsório quando o proprietário se recusar a anuir à inscrição da coisa.

Artigo 9º - O tombamento compulsório se fará de acordo com o seguinte processo:

1º) O Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, por seu órgão competente, notificará o proprietário para anuir ao tombamento, dentro do prazo de quinze dias, a contar do recebimento da notificação, ou para, se o quiser impugnar, oferecer dentro do mesmo prazo as razões de sua impugnação;

2º) no caso de não haver impugnação dentro do prazo assinado, que é fatal, o diretor do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional mandará por simples despacho que proceda à inscrição da coisa no competente Livro do Tombo;

3º) se a impugnação for oferecida dentro do prazo assinado, far-se-á vista da mesma, dentro de outros quinze dias fatais, ao órgão de que houver emanado a iniciativa do tombamento, a fim de sustentá-la. Em seguida, independentemente de custas, será o processo remetido ao Conselho Consultivo do Serviço do Patrimônio Histórico Nacional, que proferirá decisão a respeito, dentro do prazo de sessenta dias, a contar do seu recebimento. Dessa decisão não caberá recurso.

Artigo 10º - O tombamento dos bens, a que se refere o art. 6º desta lei, será considerado provisório ou definitivo, conforme esteja o respectivo processo iniciado pela notificação ou concluído pela inscrição dos referidos bens no competente Livro do Tombo.

Parágrafo único - Para todos os efeitos, salvo a disposição do art. 13 desta lei, o tombamento provisório se equipará ao definitivo.

### CAPÍTULO III Dos efeitos do tombamento

Artigo 11 - As coisas tombadas, que pertençam à União, aos Estados ou aos Municípios, inalienáveis por natureza, só poderão ser transferidas de uma à outra das referidas entidades.

Parágrafo único. Feita a transferência, dela deve o adquirente dar imediato conhecimento ao Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

Artigo 12 - A alienabilidade das obras históricas ou artísticas tombadas, de propriedade de pessoas naturais ou jurídicas de direito privado, sofrerá as restrições constantes da presente lei.

Artigo 13 - O tombamento definitivo dos bens de propriedade particular será, por iniciativa do órgão competente do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, transcrito para os devidos efeitos em livro a cargo dos oficiais do registro de imóveis e averbado ao lado da transcrição do domínio.

§ 1º - No caso de transferência de propriedade dos bens de que trata este artigo, deverá o adquirente, dentro do prazo de trinta dias, sob pena de multa de dez por cento sobre o respectivo valor, fazê-la constar do registro, ainda que se trate de transmissão judicial ou *causa mortis*.

§ 2º - Na hipótese de deslocação de tais bens, deverá o proprietário, dentro do mesmo prazo e sob pena da mesma multa, inscrevê-los no registro do lugar para que tiveram sido deslocados.

§ 3º - A transferência deve ser comunicada pelo adquirente, e a deslocação pelo proprietário, ao Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, dentro do mesmo prazo e sob a mesma pena.

Artigo 14 - A coisa tombada não poderá sair do País, senão por curto prazo, sem transferência de domínio e para fim de intercâmbio cultural, a juízo do Conselho Consultivo do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

Artigo 15 - Tentada, a não ser no caso previsto no artigo anterior, a exportação para fora do País, da coisa tombada, será esta seqüestrada pela União ou pelo Estado em que se encontrar.

§ 1º - Apurada a responsabilidade do proprietário, ser-lhe-á imposta a multa de cinquenta por cento do valor da coisa, que permanecerá seqüestrada em garantia do pagamento, e até que este se faça.

§ 2º - No caso de reincidência, a multa será elevada ao dobro.

§ 3º - A pessoa que tentar a exportação de coisa tombada, além de incidir na multa a

que se referem os parágrafos anteriores, incorrerá nas penas cominadas no Código Penal para o crime de contrabando.

Artigo 16 - No caso de extravio ou furto de qualquer objeto tombado, o respectivo proprietário deverá dar conhecimento do fato ao Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, dentro do prazo de cinco dias, sob pena de multa de dez por cento sobre o valor da coisa.

Artigo 17 - As coisas tombadas não poderão, em caso nenhum, ser destruídas, demolidas ou mutiladas, nem, sem prévia autorização especial do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, ser reparadas, pintadas ou restauradas, sob pena de multa de cinquenta por cento do dano causado.

Parágrafo único: Tratando-se de bens pertencentes à União, aos Estados ou aos Municípios, a autoridade responsável pela infração do presente artigo incorrerá pessoalmente na multa.

Artigo 18 - Sem prévia autorização do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, não se poderá, na vizinhança da coisa tombada, fazer construção que lhe impeça ou reduza a visibilidade, nem nela colocar anúncios ou cartazes, sob pena de ser mandada destruir a obra ou retirar o objeto, impondo-se neste caso multa de cinquenta por cento do valor do mesmo objeto.

Artigo 19 - O proprietário de coisa tombada, que não dispuser de recursos para proceder às obras de conservação e reparação que a mesma requerer, levará ao conhecimento do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e necessidade das mencionadas obras, sob pena de multa correspondente ao dobro da importância em que for avaliado o dano sofrido pela mesma coisa.

§ 1º - Recebida a comunicação, e consideradas necessárias as obras, o diretor do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional mandará executá-las, a expensas da União, devendo as mesmas ser iniciadas dentro do prazo de seis meses, ou providenciará para que seja feita a desapropriação da coisa.

§ 2º - À falta de qualquer das providências previstas no parágrafo anterior, poderá o proprietário requerer que seja cancelado o tombamento da coisa.

§ 3º - Uma vez que verifique haver urgência na realização de obras e conservação ou reparação em qualquer coisa tombada, poderá o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional tomar a iniciativa de projetá-las e executá-las, a expensas da União, independentemente da comunicação a que alude este artigo, por parte do proprietário.

Artigo 20 - As coisas tombadas ficam sujeitas à vigilância permanente do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, que poderá inspecioná-las sempre que for julgado conveniente, não podendo os respectivos proprietários ou responsáveis criar obstáculos à inspeção, sob pena de multa de cem mil réis, elevada ao dobro em caso de reincidência.

Artigo 21 - Os atentados cometidos contra os bens de que trata o art. 1º desta lei são equiparados aos cometidos contra o patrimônio nacional.

## CAPÍTULO IV Do direito de preferência

Artigo 22 - Em face da alienação, onerosa de bens tombados, pertencentes a pessoas naturais ou a pessoas jurídicas de direito privado, a União, os Estados e os Municípios terão, nesta ordem, o direito de preferência.

§ 1º - Tal alienação não será permitida sem que previamente sejam os bens oferecidos, pelo mesmo preço, à União, bem como ao Estado e ao Município em que se encontrarem. O proprietário deverá notificar os titulares do direito de preferência a usá-lo, dentro de trinta dias, sob pena de perdê-lo.

§ 2º - É nula a alienação realizada com violação do disposto no parágrafo anterior, ficando qualquer dos titulares do direito de preferência habilitado a seqüestrar a coisa e a impor a multa de vinte por cento do seu valor ao transmitente e ao adquirente, que serão por ela solidariamente responsáveis. A nulidade será pronunciada, na forma da lei, pelo juiz que conceder o sequestro, o qual só será levantado depois de paga a multa e se qualquer dos titulares do direito de preferência não tiver adquirido a coisa no prazo de trinta dias.

§ 3º - O direito de preferência não inibe o proprietário de gravar livremente a coisa tombada, de penhor, anticrese ou hipoteca.

§ 4º - Nenhuma venda judicial de bens tombados se poderá realizar sem que, previamente, os titulares do direito de preferência sejam disso notificados judicialmente, não podendo os editais de praça ser expedidos, sob pena de nulidade, antes de feita a notificação.

§ 5º - Aos titulares do direito de preferência assistirá o direito de remissão, se dela não lançarem mão, até a assinatura do auto de arrematação ou até a sentença de adjudicação, as pessoas que, na forma da lei, tiverem a faculdade de remir.

§ 6º - O direito de remissão por parte da União, bem como do Estado e do Município em que os bens se encontrarem, poderá ser exercido, dentro de cinco dias a partir da assinatura do auto de arrematação ou da sentença de adjudicação, não se podendo extrair a carta enquanto não se esgotar este prazo, salvo se o arrematante ou o adjudicante for qualquer dos titulares do direito de preferência.

## CAPÍTULO V Disposições gerais

Artigo 23 - O Poder Executivo providenciará a realização de acordos entre a União e os Estados, para melhor coordenação e desenvolvimento das atividades relativas à proteção do patrimônio histórico e artístico nacional e para a uniformização da legislação estadual complementar sobre o mesmo assunto.

Artigo 24 - A União manterá, para conservação e exposição de obras históricas e artísticas de sua propriedade, além do Museu Histórico Nacional e do Museu Nacional de Belas Artes, tantos outros museus nacionais quantos se tornarem necessários, devendo outrossim providenciar no sentido a favorecer a instituição de museus estaduais e municipais, com finalidades similares.

Artigo 25 - O Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional procurará entendimentos com as autoridades eclesiásticas, instituições científicas, históricas ou artísticas e pessoas naturais e jurídicas, com o objetivo de obter a cooperação das mesmas em benefício do patrimônio histórico e artístico nacional.

Artigo 26 - Os negociantes de antigüidade, de obras de arte de qualquer natureza, de manuscritos e livros antigos ou raros são obrigados a um registro especial no Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, cumprindo-lhes outrossim apresentar semestralmente ao mesmo relações completas das coisas históricas e artísticas que possuem.

Artigo 27 - Sempre que os agentes de leilões tiverem de vender objetos de natureza idêntica à dos mencionados no artigo anterior, deverão apresentar a respectiva relação ao órgão competente do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, sob pena de incidirem na multa de cinquenta por cento sobre o valor dos objetos vendidos.

Artigo 28 - Nenhum objeto de natureza idêntica à dos referidos no art. 26 desta lei poderá ser posto à venda pelos comerciantes ou agentes de leilões, sem que tenha sido previamente autenticado pelo Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, ou por perito em que o mesmo se louvar, sob pena de multa de cinquenta por cento sobre o valor atribuído ao objeto.

Parágrafo único: A autenticação do mencionado objeto será feita mediante o pagamento de uma taxa de peritagem de cinco por cento sobre o valor da coisa, se este for inferior ou equivalente a um conto de réis, e de mais cinco mil-réis por conto de réis ou fração que exceder.

Artigo 29 - O titular do direito de preferência goza de privilégio especial sobre o valor produzido em praça por bens tombados, quanto ao pagamento de multas impostas em virtude de infrações da presente lei.

Parágrafo único - Só terão prioridade sobre o privilégio a que se refere este artigo os créditos inscritos no registro competente antes do tombamento da coisa pelo Serviço Nacional do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

Artigo 30 - Revogam-se as disposições em contrário. Rio de Janeiro, em 30 de novembro de 1937; 116º da Independência e 49º da República.

Getúlio Vargas Gustavo Capanema

## **ANEXO V – DECRETO-LEI Nº7483, DE 23 DE ABRIL DE 1945.**

### **CRIA O MUSEU DO OURO**

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1º. Fica criado o Museu do Ouro, com a finalidade de recolher, classificar, conservar e expor objetos de valor histórico e artístico relacionados com a indústria de mineração no País, atendendo aos aspectos principais da sua evolução, da sua técnica e da sua influência no desenvolvimento econômico e na formação social de Minas Gerais e de todo o Brasil.

Parágrafo único. O Museu do Ouro terá como sede a antiga Casa da Intendência do Ouro, em Sabará, Estado de Minas Gerais.

Art.2º. Fica criado no Quadro Permanente do Ministério da Educação e Saúde, um cargo de Diretor de Museu, padrão L, em comissão.

Art.3º. Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 23 de abril de 1945; 124º da Independência e 57º da República.

## **ANEXO VI – CONSTITUIÇÃO 1988 DE 05 DE OUTUBRO DE 1988.**

### **(artigos referentes ao patrimônio cultural brasileiro)**

Promulgada por Assembléia Nacional Constituinte, sendo Presidente da República, José Sarney.

De uma maneira geral, a nova Constituição descentraliza o poder e devolve ao Legislativo a exclusividade de legislar, ao suprimir o mecanismo dos decretos-leis, embora mantenha a possibilidade do Presidente legislar mediante medidas excepcionais.

Muitas normas jurídicas da lei ordinária, que figuravam antes somente no Código Penal, Código Civil e Consolidação das Leis do Trabalho, passaram a constar, agora, da Constituição, que em seu conjunto, é bastante explícita.

No tocante à cultura e aos bens culturais, nunca antes um texto constitucional brasileiro lhes dedicou tanto espaço. Pela primeira vez surge a denominação patrimônio cultural e sua definição. Outra novidade é a distinção entre patrimônio cultural e natural, este último sob a denominação ambiental. O meio ambiente, aliás, passa a constar de capítulo específico.

A ação popular tem explicitado, no novo texto, seu papel na defesa do patrimônio cultural e do meio ambiente.

Artigo 5º - Todos são iguais Perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

LXXIII -- qualquer cidadão é parte legítima para propor ação popular que vise a anular ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural, ficando o autor, salvo comprovada má-fé, isento de custas judiciais e do ônus da suculência;

Artigo 23º - É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios:

III - proteger os documentos, as obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural, os monumentos, as paisagens naturais notáveis e os sítios arqueológicos;

IV - impedir a evasão, a destruição e a descaracterização de obras de arte e de outros bens de valor histórico, artístico ou cultural;

V - proporcionar os meios de acesso à cultura, à educação e à ciência;

VI - proteger o meio ambiente e combater a poluição em qualquer de suas formas;

VII - preservar as florestas, a fauna e a flora;

Artigo 24º - Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

VI - florestas, caça, pesca, fauna, conservação da natureza, defesa do solo e dos recursos naturais, proteção do meio ambiente e controle da poluição;

VII - proteção ao patrimônio histórico, cultural, artístico, turístico e paisagístico;

VIII - responsabilidade por dano ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico;

IX - educação, cultura, ensino e desporto;

Artigo 30º - Compete aos Municípios:

IX - promover a proteção do patrimônio histórico-cultural local, observada a legislação e a ação fiscalizadora federal e estadual.

Artigo 170º - A ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados os seguintes princípios:

VI - defesa do meio ambiente;

Artigo 215. O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.

§ 1º. O Estado protegerá as manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras e das de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional.

§ 2º. A lei disporá sobre a fixação de datas comemorativas de alta significação para os diferentes segmentos étnicos nacionais.

Artigo 216º - Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

I – as formas de expressão;

II – os modos de criar, fazer e viver;

III – as criações científicas, artísticas e tecnológicas;

IV – as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;

V – os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

§ 1º. O Poder Público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação.

§ 2º. Cabem à administração pública, na forma da lei, a gestão da documentação governamental e as providências para franquear sua consulta a quantos dela necessitem.

§ 3º. A lei estabelecerá incentivos para a produção e o conhecimento de bens e valores culturais.

§ 4º. Os danos e ameaças ao patrimônio cultural serão punidos, na forma da lei.

§ 5º. Ficam tombados todos os documentos e os sítios detentores de reminiscências históricas dos antigos quilombos.

Os artigos 220 e 221, referentes à comunicação social, expressam princípios que interessam à questão cultural:

Artigo 220º - A manifestação do pensamento, a criação, a expressão, e a informação, sob qualquer forma, processo ou veículo não sofrerão qualquer restrição, observado o disposto nesta Constituição.

Artigo 221º - A produção e a programação das emissoras de rádio e televisão atenderão aos seguintes princípios:

- I – preferência a finalidades educativas, artísticas, culturais e informativas,
- II – promoção da cultura nacional e regional e estímulo à produção independente que objetive sua divulgação;
- III - regionalização da produção cultural, artística e jornalística, conforme percentuais estabelecidos em lei;

Artigo 225º - Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

§ 1º. Para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao Poder Público:

- I - preservar e restaurar os processos ecológicos essenciais e prover o manejo ecológico das espécies e ecossistemas;
- II - preservar a diversidade e a integridade do patrimônio genético do País e fiscalizar as entidades dedicadas à pesquisa e manipulação de material genético;
- III - definir, em todas as unidades da Federação, espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos, sendo a alteração e a supressão permitidas somente através de lei, vedada qualquer utilização que comprometa a integridade dos atributos que justifiquem sua proteção;
- IV - exigir, na forma da lei, para instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente, estudo prévio de impacto ambiental, a que se dará publicidade;
- V - controlar a produção, a comercialização e emprego de técnicas, métodos e substâncias que comportem risco para a vida, a qualidade de vida e o meio ambiente;
- VI - promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente;
- VII - proteger a fauna e a flora, vedadas, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção de espécies ou submetam os animais a crueldade.

§ 2º. Aquele que explorar recursos minerais fica obrigado a recuperar o meio ambiente degradado, de acordo com solução técnica exigida pelo órgão público competente, na forma da lei.

§ 3º. As condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados.

§ 4º. A Floresta Amazônica brasileira, a Mata Atlântica, a Serra do Mar, o Pantanal

Mato-grossense e a Zona Costeira são patrimônio Nacional e sua utilização far-se-á, na forma da lei, dentro de condições que assegurem a. preservação do meio ambiente, inclusive quanto ao uso dos recursos naturais.

§ 5º. São indisponíveis as terras devolutas ou arrecadadas pelos Estados, por ações discriminatórias, necessárias à proteção dos ecossistemas naturais.

§ 6º. As usinas que operem com reator nuclear deverão ter sua localização definida em lei federal, sem o que não poderão ser instaladas.

## **ANEXO VII – POLÍTICA NACIONAL DE MUSEUS – MAIO DE 2003**

### **BASES PARA A POLÍTICA NACIONAL DE MUSEUS**

#### **APRESENTAÇÃO**

Ao se propor a sistematização de uma política pública voltada para os museus brasileiros, a preocupação inicial do Ministério da Cultura foi estabelecer o debate necessário sobre a questão com os diversos segmentos culturais que tratam do assunto, buscando travar um diálogo com pessoas e entidades vinculadas à museologia, meio universitário, profissionais da área e secretarias estaduais e municipais de cultura.

Desta forma, a primeira apresentação pública do texto com os eixos programáticos sobre as bases para a Política Nacional de Museus ocorreu durante os dias 24 a 27 de março de 2003, quando foram realizadas reuniões junto à comunidade museológica para discussão do tema. Posteriormente, seguindo a linha participativa que adotamos, o texto foi distribuído e disseminado por meio eletrônico a diversas pessoas e entidades vinculadas à museologia para discussão, apreciação e sugestões.

A realização das reuniões e a distribuição do texto base teve como principais objetivos a divulgação das linhas programáticas da Política, o debate e o esclarecimento de dúvidas, recolhimento de sugestões e evidenciar a importância da participação de todos na construção de uma política integrada em nível nacional.

As reuniões mencionadas envolveram aproximadamente cem pessoas, entre as quais destacamos responsáveis e profissionais de entidades museológicas de diferentes tutelas, representantes do meio acadêmico, profissionais de departamentos ligados ao patrimônio cultural de governos estaduais e prefeituras, e órgãos do governo federal de vários ministérios que têm museus em sua estrutura ou que, de alguma forma, têm relação com o tema.

Os debates que as reuniões proporcionaram e as sugestões recebidas por meio eletrônico foram fundamentais para a consolidação dos eixos programáticos e finalização do texto base da Política. Ademais, se constituíram como um primeiro passo para a implementação de um projeto articulado que pretende contribuir para a revitalização das unidades museológicas no Brasil. Vale ressaltar que foram recebidas contribuições inclusive de entidades e personalidades da comunidade museológica de outros países.

A implementação dos sete eixos programáticos da Política está prevista para acontecer em quatro anos. As primeiras ações a serem realizadas serão a criação do Cadastro Nacional de Museus, previsto no eixo 1, e do Programa de Formação e Capacitação de Recursos Humanos em Museologia, previsto no eixo 3, lançados oficialmente junto com a Política Nacional de Museus.

O Cadastro Nacional de Museus visa a criação de uma base unificada com amplitude nacional, estabelecendo uma plataforma de informações e dados sobre os museus brasileiros. É o passo inicial para a implementação do Sistema Nacional de Museus, previsto na Política.

Da mesma forma, também será lançado o Selo Museus Brasileiros, que qualquer museu, independente se privado ou vinculado a qualquer esfera governamental, poderá utilizar, desde que cumpridos requisitos básicos em seus projetos institucionais, que demonstrem a atuação do museu.

O Programa Nacional de Capacitação em Museologia, por sua vez, prevê a criação de programa de capacitação e formação em museologia para técnicos do setor, com a ampliação de oferta de cursos de graduação, pós-graduação, oficinas e cursos de aperfeiçoamento nas diversas áreas de atuação dos museus. O Programa foi elaborado por um grupo de trabalho, criado em uma das reuniões mencionadas acima.

No texto consolidado que se segue, procedeu-se a uma revisão do texto inicial, incorporando as principais contribuições recebidas ou explicitando alguns pontos que necessitavam de maior clarificação. Deste amplo processo de consulta à comunidade museológica, resultaram as bases da Política Nacional de Museus, agora editadas, que visam fundamentar as ações a serem desenvolvidas em prol da revitalização dos museus brasileiros. O processo, até então, é apenas o início da implementação da Política, que ainda está em construção e pretende incorporar muitas outras contribuições.

## **INTRODUÇÃO**

Numa sociedade complexa como a brasileira, rica em manifestações culturais diversificadas, o papel dos museus, no âmbito de políticas públicas de caráter mais amplo, é de fundamental importância para a valorização do patrimônio cultural como dispositivo estratégico de aprimoramento dos processos democráticos. A noção de patrimônio cultural, do ponto de vista museológico, implica a abertura para o trato com o tangível e o intangível, a dimensão cultural pressuposta na relação dos diferentes grupos sociais e étnicos com os diversos elementos da natureza, bem como no respeito às culturas indígenas e afro-descendentes.

Para cumprir esse papel, os museus devem ser processos e estar a serviço da sociedade e do seu desenvolvimento. Comprometidos com a gestão democrática e participativa, eles devem ser também unidades de investigação e interpretação, de mapeamento, documentação e preservação cultural, de comunicação e exposição dos testemunhos do homem e da natureza, com os objetivos de propiciar a ampliação do campo das possibilidades de construção identitária e a percepção crítica acerca da realidade cultural brasileira.

Assim, no momento em que se renovam as perspectivas de construção de um novo Projeto de Nação mais inclusivo e com maiores estímulos à participação cidadã, torna-se premente a implantação de uma Política Nacional de Museus, que além de abrangente e integrada à política cultural, seja um estímulo ao desenvolvimento, à criatividade, à produção de saberes e fazeres e ao avanço técnico-científico do campo museológico. Essa política deve ter como premissa a democratização do acesso aos bens culturais produzidos, bem como a democratização dos dispositivos de estímulo e incentivo à dinâmica de produção de bens culturais representativos de diferentes grupos sociais e étnicos, de diferentes regiões e localidades existentes no país.

## **OBJETIVO GERAL**

Promover a valorização, a preservação e a fruição do patrimônio cultural brasileiro, considerado como um dos dispositivos de inclusão social e cidadania, por meio do desenvolvimento e da revitalização das instituições museológicas existentes e pelo fomento à criação de novos processos de produção e institucionalização de memórias consituivas da diversidade sócio, étnico e cultural do país.

## **PRINCÍPIOS ORIENTADORES**

1. Estabelecimento e consolidação de políticas públicas no campo do patrimônio cultural, da institucionalização da memória social e dos museus, visando à democratização das instituições e dos usos dos bens culturais nacionais, estaduais e municipais;
2. Valorização do patrimônio cultural sob a guarda dos museus, compreendendo-os como unidades de valor estratégico nos diferentes processos identitários, sejam eles de caráter nacional, regional ou local;
3. Desenvolvimento de processos educacionais para o respeito à diferença e à diversidade cultural do povo brasileiro frente aos procedimentos políticos de homogeneização decorrentes da globalização;
4. Reconhecimento e garantia dos direitos das comunidades organizadas de participar, em conjunto com os profissionais, técnicos e gestores do patrimônio cultural, dos processos de registro e proteção legal, e dos procedimentos técnicos e políticos de definição do patrimônio a ser preservado;
5. Estímulo e apoio à participação de museus comunitários, ecomuseus, museus locais, museus escolares e outros na Política Nacional de Museus e nas ações de preservação e gerenciamento do patrimônio cultural;
6. Incentivo a programas e ações que viabilizem a conservação, preservação e sustentabilidade do patrimônio cultural submetido a processo de musealização;
7. Respeito ao patrimônio cultural das comunidades indígenas e afro-descendentes, de acordo com as suas especificidades e diversidades.

## **A CONSTRUÇÃO DA REDE DE PARCERIAS**

A elaboração e a implementação da Política Nacional de Museus, a ser coordenada pelo Ministério da Cultura, deverá contar com a participação de órgãos dos governos federal, estadual, municipal e do setor privado, ligados à cultura, à pesquisa e ao fomento, bem como entidades da sociedade civil organizada. A meta é a constituição de uma ampla e diversificada rede de parceiros que, somando esforços, contribuam para a valorização, a preservação e o gerenciamento do nosso patrimônio cultural, de modo a torná-lo cada vez mais representativo da diversidade étnica e cultural do Brasil.

A Política Nacional de Museus deverá contar com os recursos previstos no Fundo Nacional da Cultura (FNC), com as leis de incentivo fiscal e com os orçamentos próprios dos órgãos e entidades envolvidos, além de valorizar a integração de

instâncias governamentais e entidades da sociedade civil voltadas para o campo museal, constituindo uma rede de responsabilidades no tocante à preservação e ao gerenciamento de bens culturais.

## **EIXOS PROGRAMÁTICOS**

### **1. GESTÃO E CONFIGURAÇÃO DO CAMPO MUSEOLÓGICO**

1.1 Implementação do Sistema Nacional de Museus e incentivo à criação de sistemas estaduais e municipais de museus e outras instituições de memória;

1.2 Criação do Cadastro Nacional de Museus, visando a produção de conhecimentos sobre a realidade museológica do país;

1.3 Criação e aperfeiçoamento de legislação que oriente a atuação dos museus no país, sobretudo, no que diz respeito às políticas de aquisição e gerenciamento de acervos, ao uso do espaço público, ao uso e direito de imagem, à comercialização, gerenciamento e circulação de acervos e coleções de interesse público;

1.4 Integração de diferentes instâncias governamentais diretamente envolvidas com a gestão de patrimônios culturais submetidos a musealização;

1.5 Criação de pólos museais regionalizados e de equipes volantes com vários níveis de especificidade, de modo a desenvolver ações preventivas e a apontar soluções para problemas localizados;

1.6 Criação de medidas de cooperação técnica entre laboratórios de restauração e conservação de diversas tipologias de acervos;

1.7 Promoção à participação de comunidades indígenas e afro-descendentes no gerenciamento e promoção de seus patrimônios culturais;

1.8 Estabelecimento de planos de carreira, seguidos de concursos públicos específicos para atender aos diferentes níveis e instâncias governamentais e às diferentes especificidades das profissões museais.

### **2. DEMOCRATIZAÇÃO E ACESSO AOS BENS CULTURAIS**

2.1 Apoio à criação de redes de informação entre os museus brasileiros e entre os profissionais desses museus, a fim de facilitar a pesquisa, o desenvolvimento profissional e democratizar o acesso ao conhecimento produzido;

2.2 Estímulo e apoio ao desenvolvimento de processos e metodologias de gestão participativa nos museus, a começar pela própria agenda de temas e conteúdos expositivos;

2.3 Criação de mecanismos que favoreçam a documentação, organização, conservação, restauração, informatização e disponibilização dos acervos museológicos;

2.4 Criação de programas que visem uma maior inserção do patrimônio cultural musealizado na vida social contemporânea, por meio de exposições, concursos, espetáculos, oficinas e outras ações de caráter educativo-cultural;

2.5 Apoio à realização de eventos multi-institucionais e à circulação de exposições museológicas;

2.6 Apoio à publicação da produção intelectual e científica e à difusão da produção editorial específica dos museus e da museologia;

2.7 Apoio às ações que tenham por objetivo a democratização do acesso aos museus e o desenvolvimento de políticas de comunicação com o público;

2.8 Criação de medidas de cooperação técnica e de socialização de experiências:

a. realizadas em programas de comunicação com públicos gerais e específicos (curadorias participativas, exposições, visitas orientadas, elaboração de materiais didáticos, desenvolvimento de serviços educativos etc.);

b. perpetradas nas áreas da gestão, da preservação e da documentação museográfica (inventários participativos, instalação e organização de reservas técnicas, gerenciamento e informatização de acervos, desenvolvimento de equipes e projetos, conservação preventiva etc.);

c. desenvolvidas na área da investigação e da editoração (teoria museológica, estudos de coleções, estudos de público, história e trajetória de museus, estudos de espaços museológicos, programas editoriais etc.).

### **3. FORMAÇÃO E CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS**

3.1 Criação e implementação de um programa de formação e capacitação de recursos humanos em museus e museologia, com a ampliação da oferta de cursos de graduação e pós-graduação (estrito e lato senso), além de cursos técnicos, cursos de extensão e oficinas nas diversas áreas de atuação dos museus;

3.2 Inclusão nos currículos escolares de ensinamentos fundamental e médio de conteúdos e disciplinas que tratem do uso educacional dos museus e dos patrimônios culturais;

3.3 Criação de políticas de formação em educação museal e patrimonial, reconhecendo que estas expressões configuram campos de atuação e não metodologias específicas;

3.4 Criação de pólos de capacitação e de equipes volantes, com condições de atuação nacional;

3.5 Desenvolvimento de programa de estágios em museus brasileiros e estrangeiros com reconhecida e comprovada capacidade e disponibilidade de atuação na área da formação profissional;

3.6 Apoio à realização de encontros, seminários, congressos e outros fóruns de discussão para divulgação da produção de conhecimento da área dos museus, da memória social, do patrimônio cultural e da museologia.

#### **4. INFORMATIZAÇÃO DE MUSEUS**

- 4.1 Criação de políticas de apoio à informatização dos museus brasileiros;
- 4.2 Apoio aos processos de desenvolvimento de sistemas informatizados de documentação e gestão de acervos;
- 4.3 Estímulo e apoio a projetos que visam disponibilizar informações sobre acervos, pesquisas e programações dos museus em mídias eletrônicas;
- 4.4 Apoio aos projetos institucionais de transferência de tecnologias para outras instituições de memória;
- 4.5 Estímulos aos projetos de informatização e tecnologia digital desenvolvidos em parceria com instituições de ensino.

#### **5. MODERNIZAÇÃO DE INFRA-ESTRUTURAS MUSEOLÓGICAS**

- 5.1 Apoio à realização de obras de manutenção, adaptação, saneamento, climatização, segurança, arranjos exteriores de lazer e de acessibilidade aos imóveis que abrigam acervos museológicos;
- 5.2 Apoio a projetos de modernização de exposições de longa duração e ao desenvolvimento de programas de exposições de curta duração e itinerantes;
- 5.3 Estímulo a projetos de pesquisa e desenvolvimento de novas tecnologias no campo da conservação, documentação e exposição;
- 5.4 Apoio aos projetos de modernização das instalações de reservas técnicas e de laboratório de restauração e conservação.

#### **6. FINANCIAMENTO E FOMENTO PARA MUSEUS**

- 6.1 Criação de um Fundo de Amparo ao patrimônio cultural e aos museus brasileiros;
- 6.2 Criação de Programas de Qualificação de Museus junto ao CNPq, à CAPES e às Fundações de Amparo à Pesquisa e às instituições de ensino superior, levando em conta as especificidades da realidade museológica brasileira;
- 6.3 Criação de políticas de fomento e difusão da produção intelectual e científica dos museus nacionais, estaduais e municipais;
- 6.4 Estabelecimento de parcerias entre as diversas esferas do poder público e a iniciativa privada, de modo a promover a valorização e a sustentabilidade do patrimônio cultural musealizado;
- 6.5 Aperfeiçoamento da legislação de incentivo fiscal, visando à democratização e à distribuição mais harmônica dos recursos aplicados ao patrimônio cultural musealizado.

## **7. AQUISIÇÃO E GERENCIAMENTO DE ACERVOS CULTURAIS**

7.1 Criação de um programa de políticas integradas de permuta, aquisição, documentação, pesquisa, preservação, conservação, restauração e difusão de acervos nos níveis municipal, estadual e nacional e de acervos de comunidades indígenas, afro-descendentes e das diversas etnias constitutivas da sociedade brasileira;

7.2 Apoio ao estabelecimento de políticas democráticas de aquisição de acervos que levem em consideração a diversidade étnica, cultural e social do povo brasileiro, bem como a necessidade de preservar acervos representativos da vida social e cultural brasileira no século XX;

7.3 Estabelecimento de critérios de apoio e financiamento às ações de conservação e restauração de bens culturais;

7.4 Apoio às instâncias nacionais e internacionais de fiscalização e controle do tráfico ilícito de bens culturais;

7.5 Apoio às ações e aos dispositivos legais de reconhecimento, salvaguarda e proteção legal dos bens culturais claramente vinculados à história e à memória social de caráter local ou nacional.

**ANEXO VIII – DECRETO N º 5264 DE 05.11.2004.**

**INSTITUI O SISTEMA BRASILEIRO DE MUSEUS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso VI, alínea "a", da Constituição,

DECRETA:

Art. 1º Fica instituído o Sistema Brasileiro de Museus, com a finalidade de promover:

I - a interação entre os museus, instituições afins e profissionais ligados ao setor, visando ao constante aperfeiçoamento da utilização de recursos materiais e culturais;

II - a valorização, registro e disseminação de conhecimentos específicos no campo museológico;

III - a gestão integrada e o desenvolvimento das instituições, acervos e processos museológicos; e

IV - o desenvolvimento das ações voltadas para as áreas de aquisição de bens, capacitação de recursos humanos, documentação, pesquisa, conservação, restauração, comunicação e difusão entre os órgãos e entidades públicas, entidades privadas e unidades museológicas que integrem o Sistema.

Parágrafo único. Caberá ao Ministério da Cultura coordenar o Sistema Brasileiro de Museus, fixar diretrizes, estabelecer orientação normativa e supervisão técnica para o exercício de atividades sistematizadas no âmbito das matérias e objetivos do Sistema, preservada a autonomia administrativa, as dotações orçamentárias e a gestão de pessoal próprias dos órgãos e entidades que o integrem.

Art. 2º São características das instituições museológicas, dentre outras:

I - o trabalho permanente com patrimônio cultural;

II - a disponibilização de acervos e exposições ao público, propiciando a ampliação do campo de construção identitária, a percepção crítica da realidade cultural brasileira, o estímulo à produção do conhecimento e à produção de novas oportunidades de lazer;

III - o desenvolvimento de programas, projetos e ações que utilizem o patrimônio cultural como recurso educacional e de inclusão social; e

IV - a vocação para a comunicação, investigação, interpretação, documentação e preservação de testemunhos culturais e naturais.

Art. 3º As instituições museológicas dos órgãos vinculados ao Ministério da Cultura passam a integrar o Sistema Brasileiro de Museus.

Parágrafo único. Poderão fazer parte do Sistema Brasileiro de Museus, mediante a formalização de instrumento hábil a ser firmado com o Ministério da Cultura:

I - outras instituições museológicas vinculadas aos demais Poderes da União, bem como de âmbito estadual e municipal;

II - as instituições museológicas privadas, inclusive aquelas das quais o Poder Público participe;

III - as organizações sociais, os museus comunitários, os ecomuseus e os grupos étnicos e culturais que mantenham ou estejam desenvolvendo projetos museológicos;

IV - as escolas e as universidades oficialmente reconhecidas pelo Ministério da Educação, que mantenham cursos relativos ao campo museológico; e

V - outras entidades organizadas vinculadas ao setor museológico.

Art. 4º Constituem objetivos específicos do Sistema Brasileiro de Museus:

I - promover a articulação entre as instituições museológicas, respeitando sua autonomia jurídico-administrativa, cultural e técnico-científica;

II - estimular o desenvolvimento de programas, projetos e atividades museológicas que respeitem e valorizem o patrimônio cultural de comunidades populares e tradicionais, de acordo com as suas especificidades;

III - divulgar padrões e procedimentos técnico-científicos que orientem as atividades desenvolvidas nas instituições museológicas;

IV - estimular e apoiar os programas e projetos de incremento e qualificação profissional de equipes que atuem em instituições museológicas;

V - estimular a participação e o interesse dos diversos segmentos da sociedade no setor museológico;

VI - estimular o desenvolvimento de programas, projetos e atividades educativas e culturais nas instituições museológicas;

VII - incentivar e promover a criação e a articulação de redes e sistemas estaduais, municipais e internacionais de museus, bem como seu intercâmbio e integração ao Sistema Brasileiro de Museus;

VIII - contribuir para a implementação, manutenção e atualização de um Cadastro Nacional de Museus;

IX - propor a criação e aperfeiçoamento de instrumentos legais para o melhor desempenho e desenvolvimento das instituições museológicas no País;

X - propor medidas para a política de segurança e proteção de acervos, instalações e edificações;

XI - incentivar a formação, atualização e a valorização dos profissionais de instituições museológicas; e

XII - estimular práticas voltadas para permuta, aquisição, documentação, investigação, preservação, conservação, restauração e difusão de acervos museológicos.

Art. 5º O Sistema Brasileiro de Museus disporá de um Comitê Gestor, com a finalidade de propor diretrizes e ações, bem como apoiar e acompanhar o desenvolvimento do setor museológico brasileiro.

§ 1º O Comitê Gestor do Sistema Brasileiro de Museus será composto por representantes dos seguintes órgãos e entidades:

I - dois do Ministério da Cultura;

II - um do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional;

III - um do Ministério da Educação;

IV - um do Ministério da Defesa;

V - um do Ministério da Ciência e Tecnologia;

VI - um do Ministério do Turismo;

VII - um dos sistemas estaduais de museus;

VIII - um dos sistemas municipais de museus;

IX - um de entidade representativa dos museus privados de âmbito nacional;

X - um do Conselho Federal de Museologia;

XI - um de entidade de âmbito nacional representativa dos ecomuseus e museus comunitários;

XII - um do Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus;

XIII - um da Associação Brasileira de Museologia, e

XIV - dois de instituições universitárias relacionadas à área de Museologia.

§ 2º O Comitê Gestor do Sistema Brasileiro de Museus será coordenado pelo Ministro de Estado da Cultura, ou por representante por ele designado.

§ 3º Os representantes, titulares e suplentes, serão indicados pelos titulares dos Ministérios e entidades representados e serão designados pelo Ministro de Estado da Cultura.

§ 4º Poderão, ainda, ser convidados a participar das reuniões do Comitê Gestor especialistas, personalidades e representantes de órgãos e entidades dos setores público e privado, desde que os temas da pauta justifiquem o convite.

§ 5º Poderão ser constituídos, no âmbito do Comitê Gestor, grupos temáticos, de caráter permanente ou temporário, destinados ao estudo e elaboração de propostas sobre temas específicos.

Art. 6º A participação nas atividades do Comitê Gestor e dos grupos temáticos será considerada função relevante, não remunerada.

Art. 7º Ao Ministério da Cultura cabe prover o apoio administrativo e os meios necessários à execução dos trabalhos de secretaria do Comitê Gestor e dos grupos temáticos.

Art. 8º Para o cumprimento de suas funções, o Comitê Gestor contará com recursos orçamentários e financeiros consignados no orçamento do Ministério da Cultura.

Art. 9º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 5 de novembro de 2004; 183º da Independência e 116º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA  
Gilberto Gil

Publicado no D.O.U. de 08.11.2004, Seção I, Pág. 5.

